



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (CCHL)**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
MODALIDADE PRESENCIAL**

**TERESINA-PI  
OUTUBRO/2014**

**REITOR**

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

**VICE-REITOR**

Prof. Dr<sup>a</sup>. Nadir do Nascimento Nogueira

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

PRÓ-REITORA: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Socorro Leal Lopes

**DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

**VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira Andrade

**COORDENAÇÃO DE CURRÍCULO/PREG**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirtes Gonçalves Honório de Carvalho

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Beatriz Martins dos Santos Seraine (DCIES/UFPI)

Prof<sup>a</sup>. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva (CCP/UFPI)

Prof<sup>a</sup>. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos (DCJ/UFPI)

Prof<sup>a</sup>. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior (CCP/UFPI)

Prof. Ms. Cleber Ranieri Ribas de Almeida (CCP/UFPI)

## IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

### DENOMINAÇÃO DO CURSO:

Bacharelado em Ciência Política

### DURAÇÃO DO CURSO:

Mínima: 4 anos

Máxima: 6 anos

### REGIME LETIVO:

Seriado Semestral

### TURNOS DE OFERTA:

Noturno

### VAGAS AUTORIZADAS:

40 vagas anuais ofertadas no primeiro período.

### CARGA HORÁRIA:

**DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 2.355h**

**DISCIPLINAS OPTATIVAS: 300h**

**ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: 225h**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC): 180h**

**ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 120h**

**CARGA HORÁRIA TOTAL: 2940H      CRÉDITOS: 208**

### TÍTULO ACADÊMICO:

Bacharel em Ciência Política

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>06</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA</b>	<b>07</b>
<b>3. OBJETIVO DO CURSO</b>	<b>11</b>
<b>4. PRINCÍPIOS CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA</b>	<b>12</b>
<b>5. PERFIL PROPOSTO PARA O BACHAREL EM CIÊNCIA POLÍTICA</b>	<b>15</b>
5.1. Perfil do Egresso	15
5.2. Competências e Habilidades	15
5.3. Mercado Trabalho	17
<b>6. PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM</b>	<b>18</b>
6.1. O Perfil do aluno	19
6.2. O Perfil do professor	19
<b>7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b>	<b>20</b>
7.1. Estrutura do curso	20
7.1.1. Eixo de Formação Específica	20
7.1.2. Eixo de Formação Complementar	21
7.1.3. Estágio Obrigatório	23
7.1.4. Trabalho de Conclusão do Curso – Monografia (TCC)	25
7.1.5. Atividades Complementares	25
7.2. Integralização Curricular	26
7.3. Duração do Curso	28
7.4. Matriz Curricular	28
<b>8. EMENTAS DAS DISCIPLINAS</b>	<b>31</b>
8.1. Disciplinas do Eixo de Formação Específica	31
8.2. Disciplinas do Eixo de Formação Complementar	66
8.3. Disciplinas Optativas	86
8.4. Estágio Obrigatório	119
8.5. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (TCC)	120
<b>9. FLUXOGRAMA</b>	<b>122</b>

<b>10. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO</b>	<b>123</b>
<b>10.1. Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem</b>	<b>123</b>
<b>10.2. Avaliação do Projeto Pedagógico</b>	<b>125</b>
<b>11. ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</b>	<b>127</b>
<b>12. ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>128</b>
<b>13. CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO</b>	<b>129</b>
<b>13.1 Necessidades de recursos humanos e materiais para implantação do Curso</b>	<b>129</b>
<b>14. APOIO AO DISCENTE</b>	<b>131</b>
<b>15. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>135</b>
<b>16. ADAPTAÇÃO CURRICULAR</b>	<b>136</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICE I – Regulamento para aferição e avaliação das atividades complementares do Curso de Bacharelado em Ciência Política</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE II – Regulamento de Estágio Obrigatório do Curso de Bacharelado em Ciência Política</b>	<b>153</b>
<b>APÊNDICE III – Regulamento para elaboração do trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em Ciência Política</b>	<b>176</b>

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (CCHL/UFPI), através da Comissão Interna instituída pela Portaria 07/2010 vem apresentar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência Política. O Projeto foi concebido em conformidade com os documentos e atos normativos produzidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para a criação dos cursos na área de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e das resoluções específicas da Universidade Federal do Piauí.

O curso de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí terá como princípio criar competência técnico-científica sobre o conhecimento das relações políticas no âmbito regional, estadual e nacional. A necessidade de profissionais mais qualificados para a atuação na área resulta de novas demandas das esferas públicas, privadas e do Terceiro Setor por serviços especializados. Assim, organizações como sindicatos, partidos políticos, ONG's, além de Fundações e Institutos de Pesquisa vêm tendo a necessidade de profissionais com essa formação, porque a atividade política vem se complexificando e ampliando suas exigências.

Tal Curso visa, portanto, prover à sociedade piauiense com mais uma alternativa de curso de graduação e, portanto, de qualificação profissional de nível superior. A formação que tem sido dada até o momento, na área, não tem contemplado as necessidades de qualificação teórico-metodológica capaz de abarcar os novos desafios colocados pela sociedade à Universidade, o que justifica a implantação do Bacharelado em Ciência Política. Dessa forma, esse curso procura atender as novas demandas impostas pela dinâmica social.

## 2. JUSTIFICATIVA

O Colegiado do curso de Bacharelado em Ciência Política, no uso de suas atribuições regimentais, decidiu proceder algumas alterações no Projeto Pedagógico do curso. Tais alterações estão abaixo justificadas, discriminadas e aprovadas pelo Colegiado. Elas atendem às exigências do “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância”, o qual, em seu art. 1º da Portaria Normativa 40/2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010, regulamenta os indicadores de avaliação e subsidia os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, licenciatura e bacharelado para as modalidades presencial e a distância. Tal Instrumento, como sabemos, é expedido pelo Ministério da Educação, mais especificamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior – Daes e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes.

Outrossim, tais alterações seguem as recomendações de reformulação prescritas pela Coordenadoria de Currículo/PREG via memorando (Memo Nº 167/2014, de 17 de Setembro de 2014), além das correções sugeridas no parecer 034/2014, datado do dia 28/10/2014, processo nº 026203/2014-88, expedido pela Coordenadora de Currículo, Profª. Drª. Mirtes Gonçalves Honório de Carvalho.

Portanto, o Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Ministro Petrônio Portella, decide proceder as seguintes alterações no Projeto Pedagógico do Curso:

1. Incorporação ao Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência Política de um “Regulamento de Estágio Obrigatório”, o qual constará como apêndice do Projeto;

2. Incorporação ao Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência Política de um “Regulamento para Aferição e Avaliação das Atividades Complementares” do curso, o qual constará como apêndice do Projeto;

**3.** Incorporação ao Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência Política de um “Regulamento para Elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso”, o qual constará como apêndice do Projeto;

**4.** Reformulação da disposição gráfica e informacional do Fluxograma do curso. Tal reformulação passou a incluir a carga horária e a distribuição de créditos das disciplinas segundo seus respectivos pré-requisitos com indicações de setas, horas-aula e exposição dos créditos.

**5.** Converter a “Disciplina de formação livre” em uma disciplina optativa (“Optativa II”), tendo em vista que a Resolução 177/2012 CEPEX/UFPI não reconhece tal modalidade de disciplina.

**6.** Converter a disciplina obrigatória “LIBRAS” em disciplina optativa, tendo em vista que o curso de Ciência Política é um Bacharelado.

**7.** Subdividir a disciplina de TCC (180h) em duas disciplinas: TCC I e TCC II, ambas de 90h.

**8.** Utilizar a lacuna deixada pela remoção da disciplina obrigatória “LIBRAS” no 7º (sétimo) período para criar a disciplina “TCC I” em sua substituição.

**9.** Converter a disciplina optativa "Elaboração de Projetos e de Artigos Científicos" em uma disciplina obrigatória, contudo, intitulando-a “TCC I”. Embora equivalentes em conteúdo programático, “TCC I” (90h) e "Elaboração de Projetos e de Artigos Científicos" (60h) possuem cargas horárias desiguais. Optou-se por acrescer a carga horária de "Elaboração de Projetos e de Artigos Científicos" em 30 (trinta) horas. Logo, teremos duas disciplinas de TCC: “TCC I” e “TCC II”, ambas com 90h. Perfarão 180 horas no total, ou seja, a mesma carga horária da disciplina TCC conforme disposta no Projeto Pedagógico original do curso de Ciência Política. Em resumo, transformamos a disciplina optativa “Elaboração de Projetos e de Artigos Científicos” na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, contudo, com o aumento da carga horária de 60 horas para 90 horas totais.

**10.** As disciplinas que eram pré-requisito da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso” no Projeto Pedagógico original do curso passaram a ser pré-requisito da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I” (TCC I). A disciplina “TCC I”,

por sua vez, passou a ser pré-requisito da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso II - Monografia”.

**11.** Foram feitas várias alterações de nomes incorretos de autores citados nas respectivas bibliografias das disciplinas, além de correções das referências bibliográficas conforme a norma padrão da ABNT. Foram feitas, também, inclusões e remanejamentos das referências bibliográficas, além de atualizações visando a aquisição de livros disponíveis no mercado editorial. Todas estas alterações foram feitas para atender às exigências do “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância” o qual determina, entre outras disposições, que as Ementas devem constar de, no mínimo, cinco indicações bibliográficas complementares, além de, no mínimo, três indicações bibliográficas básicas;

Portanto, foram feitas alterações na bibliografia complementar e na bibliografia básica das seguintes disciplinas:

- 1.Seminário de Introdução ao Curso de Ciência Política
- 2.Iniciação à Ciência Política
- 3.Teoría Política I (Clássica)
- 4.Teoría Política II (Moderna)
- 5.Teoría Política III (Contemporâneo)
- 6.Teoría das Relações Internacionais
- 7.Pensamento social e político do Brasil I
- 8.Pensamento social e político do Brasil II
- 9.Instituições políticas brasileiras
- 10.Política externa brasileira
- 11.Cultura política e movimentos sociais
- 12.Comunicação política e opinião pública
- 13.Política piauiense
14. Marketing político
- 15.Políticas Públicas
- 16.Desenho de Pesquisa em Ciência Política
- 17.Planejamento e Assessoria Técnica
- 18 Metodologia do Trabalho Científico
- 19.Iniciação à Sociologia
- 20.Filosofia da ciência
- 21.Antropologia política
- 22.Inglês instrumental
- 23.História do Brasil
- 24.Introdução à Economia
- 25.Direito Constitucional
- 26.Fundamentos de lógica matemática

27. Legislação eleitoral
28. Gestão pública
29. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
30. Política e Meio Ambiente
31. Ética e Política
32. Elaboração de projeto e de artigos científicos
33. Psicologia Política
34. Federalismo e representação política
35. Política e desenvolvimento econômico
36. Estudos Legislativos
37. Política Latino-americana
38. Regimes e Organizações Internacionais
39. Processo Legislativo
40. Sociologia Brasileira
41. História das Ideias Políticas e Sociais
42. Introdução ao Estudo do Direito
43. Democracia e Competição Política
44. Planejamento de Campanha Eleitoral
45. Corrupção e Accountability em Sistemas Políticos Modernos
46. Direitos Humanos, Política e Direito
47. Constitucionalismo, Democracia e Estado de Direito
48. Financiamento da competição política em perspectiva comparada
49. Democracia e participação
50. Desenvolvimento econômico e questões regionais
51. Estágio Obrigatório.
52. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (TCC)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Para uma averiguação pormenorizada de tais alterações, verifique a discriminação em anexo ao processo.

### **3. OBJETIVO**

O Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI) visa promover a formação teórico-metodológica sólida de profissionais para o exercício de atividades relacionadas à pesquisa, à gestão e administração pública, ao planejamento, consultoria e assessoria técnica em órgãos públicos, empresas privadas e associações da sociedade civil. Assim, o curso tem o intuito de prover aos alunos habilidades analíticas e metodológicas para a compreensão dos processos políticos nacionais e internacionais.

#### 4. PRINCÍPIOS CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA

O currículo do Curso de Ciência Política da UFPI está orientado no sentido de formar profissionais éticos, a partir de uma formação de caráter humanístico. Além disso, o currículo do Curso busca aliar teoria e prática, proporcionando ao egresso conhecimentos científico e crítico da realidade social e política nacional e internacional.

A proposta curricular, portanto, tem o intuito de articular conhecimentos básicos e específicos, de forma que a relação teoria e prática seja parte de um mesmo processo, tendo em vista que a realidade política e social é dinâmica. O currículo, dessa maneira, busca formar cidadãos conscientes e capazes de analisar criticamente a realidade política.

Conforme o perfil do curso e as diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – (Resolução CNE/CES nº 17/2002, publicado no Diário Oficial da União, em 09 de abril de 2002, e conforme o Parecer CNE/CES nº 492/2001), o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Ciência Política deve propiciar uma sólida formação na área, ao tempo que seja também flexível e pluralística.

Segundo o Parecer CNE/CES 492/2001, o curso deve:

Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social; Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística; Partir da idéia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular; Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão; Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso (Parecer CNE/CES nº 492/2001).

Portanto, seguindo a orientação da legislação vigente, o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Ciência Política foi construído tendo em vista

possibilitar que no processo ensino-aprendizagem leve-se em consideração uma formação que possibilite uma melhor relação entre aluno e professor, que fuja da tradicional fórmula de ensino-aprendizagem. É, nesse sentido, que o curso foi organizado visando uma relação dinâmica do processo ensino-aprendizagem em que alunos deixam de ser meros expectadores passando a serem atores atuantes na construção do ensino, através dos eixos que devem nortear a atividade acadêmica: ensino, pesquisa e extensão.

No que diz respeito à formação do Cientista Político, a legislação vigente assevera que o conteúdo que dá base à formação dos profissionais da área de Ciência Política deve estar amparado na formação humanística e, especificamente, nos conteúdos relativos aos eixos das Ciências Sociais, dentre elas: História, Economia, Filosofia, Direito, Sociologia, Antropologia, Relações Internacionais etc. Assim sendo, esta formação possibilitará aos profissionais formados no curso de Bacharelado em Ciência Política acesso aos Programas de Pós-Graduação na área e em outras áreas afins.

A partir das diretrizes, pretende-se, portanto, que no decorrer do curso de Ciência Política leve-se em consideração os seguintes princípios:

- **Ética e Cidadania:** o curso de Ciência Política da UFPI tem o compromisso de desenvolver a formação ético-humanística do alunado, desenvolvendo o espírito crítico e autonomia intelectual, de maneira a formar cidadãos conscientes, *id est*, de agentes dinâmicos diante da realidade social e política. A formação voltada para a ética e a cidadania será responsabilidade de todos os docentes, que abordarão em todas as unidade temáticas das disciplinas e das atividades complementares ligadas ao curso.
- **Interdisciplinaridade:** o curso de Ciência Política da UFPI tem como um dos seus princípios construir uma identidade profissional que integre um conjunto de disciplinas de diversas áreas do conhecimento humano, possibilitando a formação de um profissional pluralista capaz de realizar pesquisas e exercer a atividade profissional de forma ampla e articulada com os diferentes ramos do conhecimento.

- **Relação orgânica entre teoria e prática:** o currículo do curso de Ciência Política da UFPI tem como princípios (re)construir conhecimentos a partir da interação e da integração orgânica entre teoria e prática. Para isso, o gerenciamento do currículo do Curso será alicerçado nos conhecimentos advindos de pesquisas científicas e da tradição humanística que dá base aos princípios curriculares do curso.
- **Relação indissociável entre Ensino, Pesquisa e Extensão:** um dos princípios básicos do currículo do curso de Ciência Política da UFPI é a organicidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Este é o tripé básico que compõe as atividades de docentes e discentes da Universidade e, conseqüentemente, do curso ora proposto. Por meio da indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão é que o alunado poderá ser efetivamente um profissional mais adequado às exigências do mercado e da sociedade brasileira. Os professores têm o compromisso de ministrar cursos que interajam com suas pesquisas e com os núcleos de estudo e pesquisa que atuarão junto à comunidade.
- **Flexibilidade curricular:** o curso de Ciência Política da UFPI tem o propósito de garantir uma formação sólida na área, através de um leque de atividades e disciplinas de conteúdo livre e opcional. Para isso, o currículo exige que o aluno participe de atividades outras que possam garantir a plenificação do currículo do curso, como: monitorias, participação em pesquisa científica, estágios extra-curriculares, programas de iniciação científica, estudos complementares, cursos realizados em áreas afins, participação em eventos científicos, cursos e mini-cursos, entre outros.

## 5. PERFIL PROPOSTO PARA O BACHAREL EM CIÊNCIA POLÍTICA

### 5.1 Perfil do Egresso

O Bacharel em Ciência Política, segundo o Parecer CNE/CES 492/2001, deverá atuar como pesquisador na área acadêmica ou não, consultor, assessor ou como profissional no planejamento técnico em organizações governamentais e não-governamentais, instituições privadas, Terceiro Setor, organizações políticas (partidos, sindicatos, movimentos sociais etc.) e atividades afins.

### 5.2 Competências e Habilidades

As competências e habilidades gerais para o profissional de Ciência Política devem estar pautada no: “Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica; Autonomia intelectual; Capacidade analítica; Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social; Compromisso social; Competência na utilização da informática” (Parecer CNE/CES 492/2001).

Esses princípios procuram desenvolver habilidades analíticas, além de articulá-las à realidade cultural, social e política. Assim, o curso de Ciência Política tem como meta proporcionar uma formação flexível com o intuito de fomentar um processo de ensino-aprendizagem compatível com os desafios cotidianos impostos pela realidade. A partir dessa caracterização geral, pode-se apresentar duas formas distintas de competências e habilidades que o curso deve desenvolver: capacidades teórico-conceituais; e capacidades metodológico-instrumentais.

#### *1) Capacidades teórico-conceituais*

Essas capacidades incorporam competências de cunho analítico e interpretativa, cujo processo de apreensão dessas habilidades se dá através da aquisição de conhecimento das disciplinas teóricas do curso: as de Teoria Política, as

relacionadas à Política Comparada e Brasileira e as de Relações Internacionais, além da contribuição de disciplinas de outras áreas: Filosofia, História, Sociologia, Antropologia e Economia.

O graduando em Ciência Política terá que assimilar os conteúdos relacionados às disciplinas, que possibilitarão uma sólida formação teórica na área. Isso será fundamental para o progresso analítico do aluno, permitindo o desenvolvimento da sua autonomia intelectual e profissional. De posse dessas capacidades teórico-conceituais, o cientista político formado na UFPI poderá desempenhar atividades de âmbito local, nacional e internacional, seja na exposição, debate de ideias, de dados, de questões relacionadas à prática política, seja na esfera eleitoral, governamental, legislativa ou privada.

## *2) Capacidades metodológico-instrumentais*

Essas capacidades incorporam competências de cunho metodológico-instrumental, ou seja, referem-se às habilidades específicas adquiridas pelo aluno, ao longo do curso, necessárias para o desempenho da profissão. Estas dizem respeito à competência na construção de projetos e desenhos metodológicos que instrumentalizam a atividade do aluno-pesquisador a formular e desenvolver pesquisas que envolvam as relações de poder, que é o próprio objeto da Ciência Política.

Essas capacidades serão apreendidas por meio de disciplinas metodológicas e instrumentais do curso: as de Metodologia e Desenho de Pesquisa e as relacionadas ao ensino da Estatística e do conhecimento lógico e matemático, além das que contemplam o ensino do exercício de planejador e assessor técnico, e das que envolvem a apreensão de técnicas de Marketing Político, conhecimento da legislação eleitoral e do direito constitucional etc. Isso vai permitir o desenvolvimento da competência necessária para o aluno formular, implementar e avaliar projetos de intervenção, podendo também participar diretamente do processo de coleta, processamento e análise dos dados referentes ao trabalho do cientista político.

### 5.3. Mercado de Trabalho

A atividade profissional do Cientista Político está em expansão no país e encontra espaço no mercado de trabalho tanto no setor público quanto no setor privado. A formação do cientista político o permite atuar nas áreas de pesquisa, assessoria, consultoria e planejamento. Dessa forma, o profissional da área pode atuar diretamente nos seguintes seguimentos:

- 1) Órgãos governamentais nos três níveis federativos – união, estado e município;
- 2) Organizações Políticas (partidos, sindicatos, entidades de classe etc.);
- 3) Organizações do Terceiro Setor;
- 4) Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores;
- 5) Empresas privadas (Institutos de opinião pública, Institutos de pesquisa, planejamento e assessoria técnica etc.);
- 6) Meios de comunicação (jornais, revistas, mídia televisiva etc.);
- 7) Marketing político e governamental;

## 6. PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem é o conjunto de ações e estratégias que busca orientar o estudante à obtenção dos recursos necessários para a formação do profissional da área de Ciência Política. Este se caracteriza por uma relação dialética de construção do conhecimento entre educando e educador. Para isso, deve-se pensar o curso de tal forma que as atividades sugeridas tenham uma sequência lógica, ou seja, que tenham relações de interdependência entre si.

Assim, o caráter interativo do processo de ensino-aprendizagem evoca a necessidade de tornar as atividades que constituem o curso de Ciência Política mais integradas, partindo dos seguintes princípios pedagógicos: instrução, supervisão e cooperação, *id est*, da formação de um saber que se retroalimenta. Dessa forma, os conteúdos abordados durante as atividades do curso podem ser ressignificados e reconstruídos a cada momento, tornando este processo mais efetivo.

As vivências estabelecidas entre aluno e professor, ou seja, entre educando e educador, devem ser fruto de um processo de ensino-aprendizagem, cada vez mais, atento com as necessidades impostas na sociedade contemporânea. Novos saberes devem ser explorados, sendo o professor parte ativa nesse processo, assim como o aluno.

O *modus operandi* do processo educativo deve ir além da simples adaptação de conteúdos para a sala-de-aula. Deve envolver capacidades que irão contribuir para a formação crítica do profissional de Ciência Política, fomentando uma cultura ético-profissional. Enfim, os cientistas políticos egressos da UFPI serão formados por uma conduta condizente com a ética profissional e valores sociais que incentivem um posicionar cidadão diante da realidade social e política vigente.

Para isso, faz-se mister que educando e educador participem ativamente do processo de ensino-aprendizagem, nas suas mais variadas facetas. Assim, conteúdo e método não devem estar dissociados, mas integrados numa relação dialógica que envolve os principais atores desse processo: o aluno e o professor.

### **6.1. O Perfil do Aluno**

Como o aluno é um sujeito integrante do processo de ensino-aprendizagem, o currículo do curso de Ciência Política da UFPI está organizado de forma a possibilitar a participação ativa do aluno em todo o processo educativo. Dessa forma, o aluno não está limitado a apenas aprender, mas em contribuir de forma decisiva na construção do saber, através de sua integração no ensino, na pesquisa e na extensão. O aluno deve, assim, ter postura de curiosidade epistemológica e teórico-metodológica frente aos desafios da área.

Dessa forma, o aluno do curso será estimulado a desenvolver a capacidade de trabalhar individualmente e em grupo. Isso será fundamental para a construção de um espírito ético e humanista, essencial para a formação de uma índole responsável e, conseqüentemente, de um espírito crítico-reflexivo. Portanto, o aluno, antes de tudo, deve ter consciência do seu papel, de que aprendizagem é um processo de retroalimentação que envolve uma postura dinâmica e compromissada do aluno com todas as fases da formação acadêmica e profissional.

### **6.1. O Perfil do professor**

O currículo do curso de Ciência Política será gerido de modo a aproximar aluno e professor. Nesse caso, o professor tem o papel central no processo de ensino-aprendizagem, à medida que ele exerce uma função significativa de facilitador das principais atividades do processo educacional.

O professor deve exercer suas atividades para além da sala-de-aula, ou seja, deve despertar o interesse pelo curso, pelos conteúdos abordados e demais atividades que fazem parte da formação do aluno. Nisso, a pesquisa e os projetos de extensão não deve somente incluir os alunos, mas torná-los parte ativa desse processo. O currículo do curso contempla as necessidades impostas para uma relação dialógica entre professor e aluno. Nesses termos, professor é compreendido como um mediador do conhecimento.

## **7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), através da Resolução CNE/CES nº 17/2002 e conforme o Parecer CNE/CES nº 492/2001, definem as normas para a concepção do curso na área de Ciência Política. Propõe-se, nesse sentido, estabelecer a organização curricular do curso, de acordo com atividades acadêmicas que recusem a especialização precoce dos estudantes da área de Ciência Política.

Por isso, o currículo organizado para o curso prevê tanto a formação específica como complementar, tendo, assim, uma preocupação com o desenvolvimento intelectual mais amplo do alunado. Sugere-se, a partir disso, o estabelecimento de uma gama de atividades acadêmicas que contemplam temáticas, questões teóricas e sociais relevantes para a atuação profissional do cientista político.

### **7.1. Estrutura do curso**

A organização curricular do curso em Ciência Política estrutura-se, de acordo com as diretrizes curriculares supracitadas, em dois eixos de formação: 1) Formação Específica; 2) Formação Complementar.

#### **7.1.1. Eixo de Formação Específica**

Segundo a Resolução CNE/CES nº 17/2002 e conforme o Parecer CNE/CES nº 492/2001, o eixo de Formação Específica deve

[...] constituir a base do saber característico da área de atuação do cientista social. Entende-se que tal Eixo deva ser composto de um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e complementares que fazem parte da identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Cabe ao Colegiado do curso definir criteriosamente as atividades que definem a especificidade do curso bem como a tradução destas em carga horária (Parecer CNE/CES nº 492/2001).

Dessa forma, foram definidos as disciplinas do Eixo de Formação Específica como aquelas que estão relacionadas à formação básica em Ciência Política: as Teoria Políticas, disciplinas relacionadas a Relações Internacionais e sobre política brasileira e comparada. As disciplinas obrigatórias associadas a essas temáticas estão expostas nas tabelas a seguir:

<b>Eixo de Formação Específica</b>		
<b>Ordem</b>	<b>Nome da disciplina obrigatória</b>	<b>Carga horária (h/a)</b>
01	Seminário de introdução ao curso de Ciência Política	15
02	Iniciação à Ciência Política	60
03	Teoria Política I (Clássica)	60
04	Teoria Política II (Moderna)	60
05	Teoria Política III (Contemporânea)	60
06	Teoria das Relações Internacionais	60
07	Pensamento social e político do Brasil I	60
08	Pensamento social e político do Brasil II	60
09	Instituições políticas brasileiras	60
10	Política externa brasileira	60
11	Partidos políticos e sistemas partidários	60
12	Sistemas eleitorais	60
13	Cultura Política e movimentos sociais	60
14	Comunicação política e opinião pública	60
15	Política piauiense	60
16	Marketing político	60
17	Políticas públicas	60
18	Desenho de pesquisa em Ciência Política	60
19	Metodologia Quantitativa	60
20	Metodologia Qualitativa	60
21	Planejamento e assessoria técnica	60
<b>TOTAL PARCIAL</b>		<b>1215</b>

### **7.1.2. Eixo de Formação Complementar**

Segundo a Resolução CNE/CES nº 17/2002 e conforme o Parecer CNE/CES 492/2001, o eixo de Formação Complementar compreende:

atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e atividades definidas a partir dos conjuntos temáticos das áreas específicas de formação do curso, bem como de atividades acadêmicas que fazem interface com aqueles conjuntos advindas de outros cursos da IES, definidas previamente no projeto pedagógico do curso (Parecer CNE/CES nº 492/2001).

### Eixo de Formação Complementar – Disciplinas Obrigatórias

<b>Ordem</b>	<b>Nome da disciplina obrigatória</b>	<b>Carga horária (h/a)</b>
<b>01</b>	Iniciação à Sociologia	60
<b>02</b>	Filosofia da Ciência	60
<b>03</b>	Antropologia política	60
<b>04</b>	Inglês instrumental	60
<b>05</b>	História do Brasil	60
<b>06</b>	Introdução à Economia	60
<b>07</b>	Direito constitucional	60
<b>08</b>	Fundamentos de lógica matemática	60
<b>09</b>	Estatística I	60
<b>10</b>	Estatística II	60
<b>11</b>	Legislação eleitoral	60
<b>12</b>	Gestão pública	60
<b>13</b>	Política e meio ambiente	60
<b>14</b>	Ética e política	60
<b>15</b>	Metodologia do trabalho científico	60
<b>TOTAL PARCIAL</b>		<b>900</b>

Além das disciplinas do Eixo de Formação Complementar obrigatórias, o aluno deverá cursar quatro disciplinas optativas (300 horas/aula). Estas disciplinas serão ofertadas pelo curso, de acordo com o disposto a seguir.

<b>Eixo de Formação Complementar - Disciplinas Optativas</b>		
<b>Ordem</b>	<b>Nome da disciplina</b>	<b>Carga horária (h/a)</b>
01	Regime e organizações internacionais	60
02	Relações internacionais e política social	60
03	Geografia internacional e geopolítica	60
04	História das idéias políticas e sociais	60
05	Processo legislativo	60
06	Sociologia brasileira	60
07	Introdução ao estudo do direito	60
08	Democracia e competição política	60
09	Política latino-americana	60
10	Planejamento de campanha eleitoral	60
11	Corrupção e accountability em sistemas políticos modernos	60
12	Estado e sociedade no capitalismo contemporâneo	60
13	Direitos humanos, política e direito	60
14	Constitucionalismo, democracia e Estado de direito	60
15	Financiamento da competição política em perspectiva comparada	60
16	Democracia e participação	60
17	Desenvolvimento econômico e questões regionais	60
18	Psicologia política	60
19	Estudos legislativos	60
20	Federalismo e representação política	60
21	Política e desenvolvimento econômico	60
22	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60
<b>TOTAL A SER CURSADO</b>		<b>300</b>

As disciplinas do Eixo de Formação Complementar, portanto, contemplam um total de **1140 horas/aula**, resultado da somatória das 900 horas/aula das disciplinas obrigatórias mais 300 horas/aula das disciplinas optativas deste Eixo.

### **7.1.3 Estágio Obrigatório**

O Estágio Obrigatório é obrigatório e totaliza **225 horas/aula**. Deve ser realizado, preferencialmente, no penúltimo período, sob orientação de um professor do curso de Ciência Política da UFPI, tendo como meta oportunizar ao educando um momento de aliar teoria e prática. Este é um momento em que o aluno terá contato

mais autoral com o uso de procedimentos de pesquisa apreendidos ao longo do curso, de forma a contribuir para a inserção do aluno no mercado de trabalho.

#### **7.1.4 Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (TCC)**

As disciplinas “Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Trabalho de Conclusão de Curso II” (TCC I e TCC II) são obrigatórias e totalizam **180 horas/aula**. Devem ser cursadas no final da graduação (sétimo e oitavo período), sob orientação de um professor do curso de Ciência Política da UFPI, possibilitando o aprofundamento do aluno em um tópico específico do conteúdo estudado ao longo do curso. Os Trabalhos de Conclusão do Curso são, portanto, um momento de iniciação do aluno à prática acadêmica de pesquisa, ou seja, são um ato em que o estudante detém-se a dissertar sobre um determinado tema de relevância acadêmica ou social. Para tanto, subdividimos esta disciplina em duas etapas. A primeira – TCC I - tem por propósito orientar o aluno na elaboração de um projeto de pesquisa acadêmica ou num projeto de intervenção social. Nesta etapa, o aluno colocará em prática as técnicas de pesquisa apreendidas em disciplinas anteriores, tais como “metodologia quantitativa”, “metodologia qualitativa” e “Desenho de Pesquisa em Ciência Política”. Após esta primeira fase de elaboração de projeto, o aluno deverá cursar a disciplina TCC II, na qual elaborará uma monografia acerca do tema anteriormente pesquisado.

O TCC deve obedecer às normas atualizadas de produção de trabalho científico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O trabalho deverá ser apresentado publicamente e avaliado por uma banca composta de três professores: 1) o orientador; 2) um professor da Coordenação do Curso de Ciência Política da UFPI; e 3) um professor, de preferência, de outro Departamento/Coordenação ou de outra Instituição de Ensino Superior (IES).

#### **7.1.5 Atividades Complementares**

Segundo a Resolução CNE/CES nº 17/2002 e conforme o Parecer CNE/CES nº 492/2001, dentro da estrutura curricular, outras atividades acadêmicas podem ser consideradas parte da integralização curricular, dentre elas: “estágios, iniciação científica, laboratórios, trabalho em pesquisa, (...) participação em eventos científicos, seminários extra-classe, empresa júnior, projetos de extensão” (CNE/CES nº

492/2001). Essas atividades só poderão ser creditadas com aval do Colegiado do curso de Ciência Política da UFPI. Essas atividades visam à complementação da formação profissional do bacharel em Ciência Política, totalizando, no mínimo, **120 horas/aula**.

Mais especificamente, de acordo com a Resolução CEPEX 177/12, as atividades complementares consideradas pela UFPI são as seguintes:

As Atividades Complementares de Graduação, a serem desenvolvidas durante o período da formação, constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias a sua formação. Parágrafo único. Podem ser consideradas atividades complementares: a) Exercício de monitoria b) participação em PET e PIBID; c) participação em pesquisa e projetos institucionais; d) participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI; e) atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais: congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização); f) experiências profissionais e/ou complementares: realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, realização de estágios em Empresa Júnior/Incubadora de Empresas, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais e participação em programas de bolsa da UFPI; g) trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos; h) atividades de extensão: cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão; i) vivências de gestão: participação em órgãos colegiados da UFPI, participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionados a eventos, e participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria; j) atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos; l) disciplinas eletivas. (Resolução CEPEX 177/12).

## **7.2 Integralização Curricular**

Segundo a Resolução CNE/CES nº 02/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, a carga horária mínima para o curso de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) é de 2.400 horas. O currículo do curso de Ciência Política da UFPI terá carga horária total de 2.940 horas/aula, considerando todas as atividades relacionadas para a integralização do curso, conforme Tabela abaixo.

### Resumo da Carga Horária de Integralização do Curso

<b>Ordem</b>	<b>Atividades</b>	<b>Carga horária (h/a)</b>
<b>01</b>	Eixo de Formação Específica	1215
<b>02</b>	Eixo de Formação Complementar	1200
<b>03</b>	Estágio Obrigatório	225
<b>04</b>	Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (TCC)	180
<b>05</b>	Atividades Complementares	120
<b>TOTAL</b>		<b>2940</b>

### 7.3 Duração do Curso

O curso de Ciência Política da UFPI será de 4 (quatro) anos e funcionará no turno noturno. O limite máximo para a conclusão do mesmo será de 6 (seis) anos.

Duração do Curso de Ciência Política da UFPI		
Ordem	Duração	Anos
01	Mínima (Sugerida)	4
02	Máxima	6

### 7.4 Matriz Curricular

Nome da Disciplina	Créd.	Carga Horária (h/a)	Pré-requisitos
<b>1º Período (315 h/a)</b>		<b>T.P.TP</b>	
Seminário de introdução ao curso de Ciência Política	1.0.0	15	-
Metodologia do trabalho científico	4.0.0	60	-
Iniciação à Ciência Política	4.0.0	60	-
Iniciação à Sociologia	4.0.0	60	-
Inglês instrumental	4.0.0	60	-
Filosofia da ciência	4.0.0	60	-
<b>TOTAL</b>	<b>21.0.0</b>	<b>315</b>	
<b>2º Período (315 h/a)</b>		<b>T.P.TP</b>	
Teoria Política I (Clássica)	4.0.0	60	Iniciação à Ciência Política
História do Brasil	4.0.0	60	-
Introdução à Economia	4.0.0	60	-
Fundamentos de lógica matemática	4.0.0	60	-
Antropologia política	4.0.0	60	-
<b>TOTAL</b>	<b>20.0.0</b>	<b>300</b>	
<b>3º Período (315 h/a)</b>		<b>T.P.TP</b>	
Teoria Política II (Moderna)	4.0.0	60	Teoria Política I (Clássica)
Teoria das Relações Internacionais	4.0.0	60	Teoria Política I (Clássica)
Pensamento social e político do Brasil I	4.0.0	60	História do Brasil
Desenho de pesquisa em Ciência Política	4.0.0	60	-
Estatística I	4.0.0	60	Fundamentos da Lógica Matemática
<b>TOTAL</b>	<b>20.0.0</b>	<b>300</b>	

<b>4º Período (330 h/a)</b>	<b>T.P.TP</b>		
Teoria Política III (Contemporânea)	4.0.0	60	Teoria Política II (Moderna)
Pensamento social e político do Brasil II	4.0.0	60	Pensamento Social e Político do Brasil I
Instituições políticas brasileiras	4.0.0	60	-
Direito constitucional	4.0.0	60	-
Estatística II	4.0.0	60	Estatística I
<b>TOTAL</b>	<b>20.0.0</b>	<b>300</b>	
<b>5º Período (315 h/a)</b>	<b>T.P.TP</b>		
Partidos políticos e sistemas partidários	4.0.0	60	Teoria Política II (Moderna)
Política externa brasileira	4.0.0	60	Teoria das Relações Internacionais
Políticas públicas	4.0.0	60	-
Política e meio ambiente	4.0.0	60	-
Metodologia quantitativa	4.0.0	60	Desenho de Pesquisa em Ciência Política
<b>TOTAL</b>	<b>20.0.0</b>	<b>300</b>	
<b>6º Período (315 h/a)</b>	<b>T.P.TP</b>		
Disciplina optativa I	4.0.0	60	-
Legislação eleitoral	4.0.0	60	-
Gestão pública	4.0.0	60	Políticas Públicas
Planejamento e assessoria técnica	4.0.0	60	-
Metodologia qualitativa	4.0.0	60	Desenho de Pesquisa em Ciência Política
<b>TOTAL</b>	<b>20.0.0</b>	<b>300</b>	
<b>7º Período (570 h/a)</b>	<b>T.P.TP</b>		
Sistemas eleitorais	4.0.0	60	-
Cultura política e movimentos sociais	4.0.0	60	-
Comunicação política e opinião pública	4.0.0	60	-
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I)	0.0.6	90	Metodologia Quantitativa; Metodologia Qualitativa; Teoria Política III
Disciplina Optativa II	4.0.0	60	
Estágio Obrigatório	0.0.15	225	Teoria Política III (Contemporânea); Desenho de Pesquisa em Ciência Política; e Planejamento e Assessoria
<b>TOTAL</b>	<b>16.0.21</b>	<b>555</b>	

<b>8º Período (405 h/a)</b>	<b>T.P.TP</b>		
Política piauiense	4.0.0	60	-
Marketing político	4.0.0	60	Comunicação Política e Opinião Pública
Disciplina optativa III	4.0.0	60	-
Disciplina optativa IV	4.0.0	60	-
Disciplina Optativa V	4.0.0	60	-
Ética e política	4.0.0	60	-
Trabalho de Conclusão de Curso II – Monografia (TCC)	0.0.6	90	TCC I
<b>TOTAL</b>	<b>24.0.6</b>	<b>390</b>	

## RESUMO DA MATRIZ

**DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 2.355 h**

**DISCIPLINAS OPTATIVAS: 300h**

**ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: 225h**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC): 180h**

**ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 120h**

**CARGA HORÁRIA TOTAL: 2940 CRÉDITOS: 212**

## 8. EMENTAS DAS DISCIPLINAS

### 8.1 Disciplinas do Eixo de Formação Específica

DISCIPLINA: <b>Seminário de Introdução ao Curso de Ciência Política</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 15 h	CRÉDITOS 1.0.0	PRÉ-REQUISITOS: —
<b>Ementa:</b> Apresentação do curso de Ciência Política, das disciplinas, dos professores e da estrutura técnica e física do curso. Indicação das possibilidades dos alunos em projetos e núcleos de pesquisa ligados ao curso e aos professores de Ciência Política. Discussão das perspectivas dos egressos no mercado de trabalho.		
<b>Bibliografia básica:</b>  BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. <b>Dicionário de Política</b> . 8ª ed. — Brasília. Editora UNB. (Verbete: Ciência Política pp. 164-168). 1995.  DUVERGER, M. <b>Ciência Política: teoria e método</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1976.  LAMOUNIER, B. <b>A ciência política nos anos 80</b> . Brasília: UnB, 1982.  MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. <b>Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em ciências sociais - antropologia, ciência política, sociologia</b> . Brasília, 2002. p.1.  MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. <b>Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014</b> . Teresina, 2010, p.232.  UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. <b>Resolução 177/12 CEPEX (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão). Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí</b> . Teresina, 2012. p.48.		
<b>Bibliografia complementar:</b>  BOBBIO, Norberto. <b>Estado, Governo e Sociedade: Para uma Teoria Geral da Política</b> . 4ªed—São Paulo. Paz e Terra. 1992.  COMISSÃO GULBENKIAN. <b>Para abrir as Ciências Sociais</b> . Lisboa: Europa-américa, 1996.  HENRIQUE, F; LAMOUNIER, B. A Bibliografia de Ciência Política sobre o Brasil (1949-1974), <b>Dados</b> , n º 18, 1978.		

MOREIRA, A. **Ciência Política**. Coimbra: Almedina, 2009.

STRAUSS, L. **O Que é a Filosofia Política?** Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política, n. 2, pp. 167-193, 2011.

<b>DISCIPLINA: Iniciação à Ciência Política</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Antecedentes da Ciência Política. Objeto da Ciência Política. Filosofia e Teoria Política. Questões Metodológicas da Ciência Política. Estado e Instituições Políticas. Conceitos básicos: Estado, sociedade civil, soberania, democracia, cidadania, partidos e representação política e participação política.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BOBBIO, N (Org.). <b>Dicionário de Política</b>. vol. 1 e 2. Brasília: UnB, 1992.</p> <p>BOBBIO, N. <b>Teoria Geral da Política</b>. Rio de Janeiro. Campus, 1999.</p> <p>DUVERGER, M. <b>Ciência Política: teoria e método</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.</p> <p>FERNANDES, A. T. <b>Os fenômenos políticos: sociologia do poder</b>. Porto: Afrontamento, 1988.</p> <p>MOREIRA, A. <b>Ciência Política</b>. Coimbra: Almedina, 2009.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>BALL, T. <b>Aonde vai a teoria política?</b>. In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 23, p. 9-22, 2004.</p> <p>BERLIN, I. <b>Ainda existe a Teoria Política?</b>. In: HARDY, Henry e HAUSHEER, Roger (eds). Isaiah Berlin: Estudos sobre a Humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, p. 99-130, 2002.</p> <p>BOBBIO, N. e BOVERO, M. <b>Sociedade e Estado na filosofia política moderna</b>. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>BOÉTIE. Etienne de la. <b>Discurso da servidão voluntária</b>. São Paulo: Brasiliense, 1999.</p> <p>DAHL, R. <b>Análise Política moderna</b>. Brasília: UnB, 1988.</p> <p>WEBER, M. <b>A Política como Vocação</b>. in: Ciência e Política. Duas Vocações. São Paulo: Cultrix, 2006.</p>		

<b>DISCIPLINA: Teoria Política I (Clássica)</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Iniciação à Ciência Política
<p><b>Ementa:</b> Formação do Estado moderno e Teoria Política. Nicolau Maquiavel e a formação do Estado Nacional. Jean Bodin e a soberania no Estado moderno. Thomas Hobbes: contrato e soberania. John Locke: contrato e liberdade. Jean-Jacques Rousseau: contrato, liberdade e vontade geral. Montesquieu e a teoria da separação dos poderes.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BOBBIO, N. e BOVERO, M. <b>Sociedade e Estado na filosofia política moderna</b>. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>BODIN, J. <b>Os seis livros da república</b>. Editora Ícone, 2011.</p> <p>HOBBS, T. <b>Leviatã</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>LOCKE, J. <b>Dois tratados sobre o governo</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p> <p>MAQUIAVEL, N. <b>O Príncipe</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p> <p>MONTESQUIEU, <b>O espírito das leis</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2005</p> <p>ROUSSEAU, J. J. <b>O contrato social</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1999.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> QUIRINO, C. G.; VOUGA, C.; BRANDÃO, G. (Orgs.). <b>Clássicos do pensamento político</b>. São Paulo: EDUSP, 1998.</p> <p>QUIRINO, C. G.; SADEK, M. T. <b>O pensamento político clássico</b>. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.</p> <p>STRAUSS, L.; CROPSEY, J. <b>História da Filosofia Política</b>. São Paulo: Forense Universitária, 2013.</p> <p>STRAUSS, L. <b>La Filosofía Política de Hobbes. Su Fundamento y su génesis</b>. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.</p> <p>VOEGELIN, E. <b>História das Ideias Políticas. Renascença e Reforma</b>. São Paulo: É Realizações, 2014.</p>		

<b>DISCIPLINA: Teoria Política II (Moderna)</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Teoria Política I (Clássica)
<p><b>Ementa:</b> Estado e representação. Liberdade e utilidade na Teoria Política do século XIX. As instituições políticas liberais e seu funcionamento. Autores: Benjamin Constant, Edmund Burke, Alexis Tocqueville, Jeremy Bentham, John Stuart Mill e Karl Marx.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>BENTHAM, J. <b>O Panóptico</b>. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.</p> <p>BENTHAM, J. <b>Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação</b>. São Paulo: Abril Cultural, 1974.</p> <p>BURKE, E. <b>Reflexões sobre a Revolução na França</b>. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.</p> <p>CONSTANT, B. <b>Princípios de Política Aplicáveis a todos os Governos</b>. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.</p> <p>MARX, K. <b>O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte</b>. São Paulo: Boitempo, 2011.</p> <p>TOCQUEVILLE, A. <b>A Democracia na América. Leis e Costumes. (Livro I)</b> São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p> <p>TOCQUEVILLE, A. <b>A Democracia na América. Sentimentos e Opiniões. (Livro II)</b> São Paulo: Martins Fontes, 2013.</p> <p>TOCQUEVILLE, A. <b>O antigo regime e a revolução</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2009.</p> <p>STUART MILL, J. <b>A liberdade/Utilitarismo</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>_____. <b>Considerações sobre o governo representativo</b>. Brasília: UnB, 1981.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>GUIZOT, F. <b>A história das origens do governo representativo na Europa</b>. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.</p> <p>HUMBOLDT, W. <b>Os Limites da Ação do Estado</b>. Rio de Janeiro: Topbooks/Liberty Funds, 2004.</p> <p>MERQUIOR, J.G. <b>Liberalismo: Antigo e Moderno</b>. São Paulo: É Realizações Nova Fronteira, 2014.</p>		

QUIRINO, C. G.; VOUGA, C.; BRANDÃO, G. (Orgs.). **Clássicos do pensamento político**. São Paulo: EDUSP, 1998.

QUIRINO, C. G.; SADEK, M. T. **O pensamento político clássico**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

<b>DISCIPLINA: Teoria Política III (Contemporâneo)</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Teoria Política II (Moderna)
<p><b>Ementa:</b> Pensamento político contemporâneo: teoria das elites, marxismo e neomarxismo, pluralismo, institucionalismo e neoinstitucionalismo, e neocontratualismo.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ARROW, K. <b>Social choice and individual value</b>. Yale: Yale University Press, 1963.</p> <p>DAHL, R. <b>Poliarquia</b>. São Paulo: Edusp, 1997.</p> <p>DAHL, R. <b>Um prefácio à teoria democrática</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.</p> <p>DOWNS, A. <b>Uma teoria econômica da democracia</b>. São Paulo: Edusp, 1999.</p> <p>MILIBAND, R. <b>O Estado na sociedade capitalista</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.</p> <p>MILLS, C. W. <b>A elite do poder</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.</p> <p>OLSON, M. <b>A lógica da ação coletiva</b>. São Paulo: Edusp, 1999.</p> <p>SCHUMPETER, J. <b>Capitalismo, socialismo e democracia</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.</p> <p>WEBER, M. <b>Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva</b>. vol. 1 e 2. Brasília, UnB, 2003.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> BUCHANAN, J. M. <b>The calculus of consent</b>. New York, Ann Arbor, 1999.</p> <p>HABERMAS, J. <b>A Inclusão do Outro. Estudos de Teoria Política</b>. São Paulo: Edições Loyola, 2002.</p> <p>NOZICK, R. <b>Anarquia, Estado e Utopia</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2012.</p> <p>RAWLS, J. <b>Uma Teoria da Justiça</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2012.</p> <p>TULLOCK, G. <b>Falhas de governo</b>. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2002.</p>		

<b>DISCIPLINA: Teoria das Relações Internacionais</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Teoria Política I (Clássica)
<p><b>Ementa:</b> O sistema internacional do século XIX e XX. Diplomacia e Ordem. Guerra e Paz. Teoria das Relações Internacionais. Realismo. Funcionalismo. Idealismo. Teoria da Dependência. Neorealismo. Teoria da Inter-Dependência. Globalização e Regionalização.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ARON, R. <b>Estudos políticos</b>. Brasília: UnB, 1985.</p> <p>_____. <b>Paz e guerra entre as nações</b>. Brasília: UnB, 1986.</p> <p>_____. <b>Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária</b>. Brasília: UnB, 1986.</p> <p>BULL, H. <b>The Anarchical Society: a study of order in World Politics</b>. Londres: Macmillan, 1977.</p> <p>BARBÉ, E. <b>Relaciones Internacionales</b>. Madrid: Tecnos, 1995.</p> <p>BURTON, J. W. <b>Teoría General de las Relaciones Internacionales</b>. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1973.</p> <p>CARR, E. H. <b>Vinte anos de crise: 1919-1939</b>. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.</p> <p>HALLIDAY, F. <b>Repensando as relações internacionais</b>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.</p> <p>KEOHANE, R. O; NYE; J. S. <b>Después de la Hegemonía: Cooperación y Discordia en la Política Económica Mundial</b>. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.</p> <p>_____. <b>Poder e Interdependencia: la Política Mundial en Transición</b>. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.</p> <p>MIYAMOTO, S. Ideário da paz em um mundo conflituoso. In: BEDIN, Gilmar Antonio et al. <b>Paradigmas das relações internacionais: idealismo-realismo-dependência-independência</b>. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.</p> <p>MORGHENTHAU, H. J. <b>Política entre las Naciones: la Lucha para el Poder y para la Paz</b>. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1986.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> DOUGHERTY, J. E., PFALTZGRAFF JR., Robert L., <b>Relações internacionais: as teorias em</b></p>		

**confronto**. Lisboa: Gradiva, 2003.

FONSECA JÚNIOR, G. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FRIEDMAN, B. **As consequências morais do crescimento econômico**. São Paulo: Record, 2009.

HERZ, M. HOFFMANN, A. R. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.

JOHNSON, C. **Blowback: os custos e as consequências do império americano**. São Paulo: Record: 2007.

TRUYOL Y SERRA, A. **La Teoría de las Relaciones Internacionales como sociología**. (Introducción Estudio de las Relaciones Internacionales). Madrid: Instituto de Estudios Politicos, 1973.

\_\_\_\_\_. **La Sociedad Internacional**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1977.

<b>DISCIPLINA: Pensamento social e político do Brasil I</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: História Brasil
<p><b>Ementa:</b> Relação Estado-sociedade e a formação do sistema político no Brasil do Império e à República. As fundações do pensamento social e político brasileiro do século XIX à primeira metade do século XX: Visconde do Uruguai, Tavares Bastos, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Alberto Torres, Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Formação das instituições políticas brasileiras. Autoritarismo, republicanism, federalismo e liberalismo no Brasil.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> AMARAL, A. <b>O Estado autoritário e a realidade nacional</b>. Brasília: UnB, 1981.</p> <p>BARBOSA, Ruy. <b>Cartas de Inglaterra</b>. Rio de Janeiro: LEUVINGER, 1996.</p> <p>_____. <b>Queda do Império</b>. 2 v. Rio de Janeiro: Cartilho, 1921.</p> <p>CARVALHO, J. M. <b>A Construção da Ordem/Teatro de Sombras</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>NABUCO, Joaquim. A Escravidão. In: <b>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</b> no 204. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.</p> <p>_____. <b>O Abolicionismo</b>. Petrópolis: Vozes, 1988.</p> <p>_____. <b>Um estadista do Império</b>. 2 vol. Rio de Janeiro: Topbooks/Faculdade da Cidade, 1997.</p> <p>OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. <b>Instituições Políticas Brasileiras</b>. 2 v. São Paulo: José Olympio, 1949.</p> <p>OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. <b>Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras</b>. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.</p> <p>SOUZA, P. J. S. de S. (Visconde do Uruguai). <b>Ensaio sobre o Direito Administrativo</b>. Brasília: Ministério da Justiça, 1997. (1ed. 1862).</p> <p>_____. <b>Estudos Práticos sobre a administração das Províncias no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1865.</p> <p>TAVARES BASTOS, A. C. <b>A Província</b>. São Paulo/Brasília: Cia Editora Nacional/INL, 1975.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p>		

BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social - Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 22, n. 1, jun. 2010.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.

CARDOSO, F. H. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 8, n. 14/15, 2001.

RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

SANTOS, W. G. dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARCZ, L. M.; BOTELHO, A. Simpósio: cinco Questões sobre o Pensamento social brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, 82: 139-159, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a07n82.pdf>.

WEFFORT, F. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.

<b>DISCIPLINA: Pensamento social e político do Brasil II</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Pensamento Social e Político do Brasil I
<p><b>Ementa:</b> Relação entre Estado e Sociedade no Brasil. Formação social brasileira conforme Gilberto Freyre. As raízes do Brasil por Sérgio Buarque de Holanda. Os conflitos sociais na gênese nacional. Caio Prado Junior e o processo de formação econômica do Brasil. A dicotomia público-privado no Brasil. Coronelismo e clientelismo por Victor Nunes Leal. O estamento burocrático nas origens nacionais e a sua contemporaneidade. A formação do patronato político brasileiro em Raymundo Faoro. Nacionalismo e desenvolvimento na Escola Superior de Guerra (ISEB) e na Escolha Superior de Guerra (ESG). Revolução e burguesia no Brasil para Florestan Fernandes.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>FAORO, R. <b>Os donos do poder</b>: formação do patronato político brasileiro. vol. 1 e 2. Porto Alegre: Globo, 1984.</p> <p>FERNANDES, F. <b>A Revolução burguesa no Brasil</b>: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo, Globo: 2006.</p> <p>FREYRE, G. <b>Casa-grande &amp; senzala</b>. Rio de Janeiro: Record, 2000.</p> <p>_____ : <b>Ordem e progresso</b>. São Paulo: Global, 2004.</p> <p>_____ : <b>Sobrados e mucambos</b>. São Paulo: Global, 2004.</p> <p>FURTADO, C. <b>Formação econômica do Brasil</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>HOLANDA, S. B. de: <b>Raízes do Brasil</b>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.</p> <p>LEAL, V. N. <b>Coronelismo, enxada e voto</b>: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1993.</p> <p>PRADO JUNIOR, C. <b>A revolução brasileira</b>. São Paulo: Brasiliense, 1977.</p> <p>PRADO JUNIOR, C. <b>Formação do Brasil contemporâneo</b>. Colônia/São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.</p> <p>_____. <b>Evolução política do Brasil</b>: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 2007.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>ANTUNES, R.; FERRANTE, V.; MORAES, R. (Orgs.). <b>Inteligência Brasileira</b>. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p>		

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociológica brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 46, n. 1, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. (Org.) **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

LOVATTO, Angélica. **A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe**: os tempos do ISEB. São Paulo: Xamã/Arte Escrita Editora, 2010.

RICÚPERO, Bernardo. **Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Ed. FAPESP/Depto. Ciência Política - USP, 2000.

<b>DISCIPLINA: Instituições políticas brasileiras</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> A República de 1946 e a ruptura democrática. As instituições políticas e a Constituição de 1988. Federalismo, sistema eleitoral e partidário. O presidencialismo de coalizão: as relações entre os poderes Executivo e Legislativo. A judicialização da política. Governabilidade, representação e reforma política.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  ABRANCHES, S. <b>Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro.</b> <b>Dados</b>, vol. 31, n. 1, 1998, p. 5-33.</p> <p>ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. <b>Reforma do estado e o contexto federativo brasileiro.</b> São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.</p> <p>AMES, B. <b>Os entraves da democracia no Brasil.</b> Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.</p> <p>ARANTES, R. B. e COUTO, C. G. Constituição, governo e democracia no Brasil. <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>, vol. 21, nº 61, 2006, p. 41-62.</p> <p>AVELAR, L; CINTRA, A. O. (Orgs). <b>Sistema político brasileiro: uma introdução.</b> Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo, Editora Unesp, 2007.</p> <p>FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. <b>Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.</b> Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.</p> <p>LIMA JUNIOR, O. B. <b>Partidos políticos brasileiros - 1945/1964.</b> Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.</p> <p>NICOLAU, J. M. <b>Multipartidarismo e Democracia.</b> Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.</p> <p>SANTOS, F.. <b>Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão.</b> Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.</p> <p>SANTOS, W. G. dos. <b>O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira.</b> Belo Horizonte: Editora da UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.</p> <p>SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. <b>Revista de Sociologia e Política</b>, nº 24, 2005, p. 105-121.</p> <p>VIANNA, L. W. (Org.) <b>A Democracia e os três poderes no Brasil.</b> Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.</p>		

**Bibliografia complementar:**

D'ARAÚJO, M. C. **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ e FGV. 1999.

NICOLAU, J. M. As distorções na representação dos estados na Câmara dos Deputados Brasileira. **Dados**, v. 40, n.3, 1997, p. 441-464.

O'DONNELL, G. (1997). Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, nº 44, p. 27-35, 1998.

TAYLOR, M. M. O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. **DADOS, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.50, nº 2, p.229-257, 2007.

VIANNA, L. W.; CARVALHO, M. A. R. de; MELO, M. P. da C. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

<b>DISCIPLINA: Política externa brasileira</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Teoria das Relações Internacionais
<p><b>Ementa:</b> A política externa do Império. A política externa do início da republica velha. A política externa de Rio Branco. A política externa do Estado Novo. As relações exteriores no período desenvolvimentista e a política externa independente. O regime militar e o pragmatismo responsável. A política externa de 1985 aos dias atuais.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ALBUQUERQUE, J. A. G. <b>Sessenta Anos de Política Externa Brasileira</b> - Crescimento, Modernização e Política Externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP.</p> <p>BANDEIRA, L. A. M. <b>Brasil-Estados Unidos: a Rivalidade Emergente (1950-1988)</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.</p> <p>_____. <b>Estado Nacional e política internacional da América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)</b>. São Paulo: Ensaio, 1993.</p> <p>_____. <b>O Milagre Alemão e o Desenvolvimento do Brasil: as Relações do Brasil com a Alemanha e a América Latina (1949-1994)</b>. São Paulo: Ensaio, 1994.</p> <p>CERVO, A. L. (Org.). <b>O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias</b>. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.</p> <p>FERREIRA, O. <b>A crise da política externa – autonomia ou subordinação</b>. Rio de Janeiro: Revan, 2001.</p> <p>_____. <b>Forças Armadas, para quê?</b> São Paulo: GRD, 1988.</p> <p>LIMA, M. R. S. de. <b>Notas sobre as relações Brasil-África no contexto da política externa brasileira recente</b>, Rio de Janeiro, Estudos Afro-Asiáticos, 6 (7), pp. 239-245, 1982.</p> <p>_____. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise, Rio de Janeiro, <b>Contexto Internacional</b>, 6 (12), pp. 7-27, 1990.</p> <p>LIMA, M. R. S. de; Moura, G. A Trajetória do Pragmatismo e uma Análise da Política Externa Brasileira, Rio de Janeiro, <b>Dados</b>, 25 (3), pp. 349-363, 1982.</p> <p>MARTINS, C. E. A evolução da política externa brasileira na década de 64/74, São Paulo, <b>Estudos Cebrap</b>, n ° 12, pp. 55-98, 1975.</p> <p>MELLO, L. I. de A. <b>A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata</b>. São Paulo, dissertação de</p>		

Mestrado, PUC, Departamento de Ciências Sociais, 1987.

\_\_\_\_\_. **Argentina e Brasil:** a balança de poder no cone Sul. São Paulo: Annablume, 1996.

**Bibliografia complementar:**

MIYAMOTO, S.; GONÇALVES, W. da S. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64, Campinas, **Primeira Versão**, n. 36, IFCH/UNICAMP, 1991a.

\_\_\_\_\_. A Política externa brasileira e o regime militar: 1964-1994, Campinas, **Primeira Versão**, IFCH/UNICAMP, n.o 38, 1991b.

OLIVEIRA, O. M. de. **A questão nuclear brasileira:** um jogo de mandos e desmandos, Florianópolis: da UFSC, 1989.

MIYAMOTO, S. Do **Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico (Geopolítica e Política Externa no Brasil pós-64)**. São Paulo: tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP, 1986.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica e política externa brasileira.** Marília: UNESP, Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação, 1987. (Séries Monográficas, Relações Internacionais, 51)

VIZENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro:** multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: UFRGS, 1998.

DISCIPLINA: <b>Partidos políticos e sistemas partidários</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Teoria Política II (Moderna)
<p><b>Ementa:</b> A Definição de Partido Político. A Trajetória dos Partidos Políticos na Democracia Os Partidos de Quadros, Os Partidos de Massa, Os Partidos <i>Catch-all</i> e o Partido Cartel. A Organização e o Funcionamento dos Partidos. Os Partidos Políticos na Arena Eleitoral. Os Partidos Políticos na Arena Legislativa. Os Partidos Políticos na Arena Governamental. Os Partidos Políticos e as Políticas Públicas. Os Partidos Políticos ainda Importam? A Relação entre Partidos Políticos e Ideologia.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> CÂNEDO, L. B. <b>O Sufrágio Universal e a Invenção Democrática</b>. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.</p> <p>DUVERGER, M. <b>Os Partidos Políticos</b>. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.</p> <p>GUNTHER, R. <b>Political Parties: Old Concepts and New Challenges</b>. Oxford: Oxford University Press, 2002.</p> <p>LIJPHART, A. <b>Modelos de Democracia</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>MELO, C. R. <b>A Democracia no Brasil</b>. Belo Horizonte.: UFMG, 2007.</p> <p>MENEGUELLO, R. <b>Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)</b>. São Paulo: Paz e Terra, 1998.</p> <p>MOLHANO, L. <b>Partidos e Políticas Sociais nos Municípios Brasileiros (1996-2003)</b>. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.</p> <p>NICOLAU, J. M. <b>Instituições Representativas no Brasil</b>. Belo Horizonte, UFMG, 2007.</p> <p>_____. <b>Multipartidarismo e Democracia</b>. Rio de Janeiro, FGV, 1996.</p> <p>PANEBIANCO, Â. <b>Modelos de Partido: Organização e Poder nos Partidos Políticos</b>. São Paulo, Martins Fontes, 2005.</p> <p>SARTORI, G. <b>Partidos e Sistemas Partidários</b>. Brasília: UnB, 1982.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> DIAMOND, L; GUNTHER, R. <b>Political Parties and Democracy</b>. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2001.</p>		

KATZ, R. S. **Democracy and Elections**. London, Oxford University Press, 1997.

KATZ, R. S. Changing Models of Party Organization and Party Democracy. **Party Politics**. v. 1 N° 01. 1995, p. 5-28.

MAIR, P. **Party System Change: Approaches and Interpretations**. New York, Oxford University Press, 2004.

MANIN, B. **The Principles of Representative Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

STROM, K.; MULLER, W. **Policy, Office, or Votes? How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions**. United Kingdom, Cambridge University Press, 1999.

DISCIPLINA: <b>Sistemas eleitorais</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> A Definição de Sistema Eleitoral. Os Sistemas Eleitorais Majoritários. Os Sistemas Eleitorais Proporcionais. Fórmulas para Distribuição de Cadeiras nos Sistemas Proporcionais. Os Sistemas Eleitorais Mistos. Os Sistemas Eleitorais e os Sistemas Partidários. Os Efeitos Políticos dos Sistemas Eleitorais. A Magnitude dos Distritos e Seus Efeitos. Índices Utilizados nos Estudos Eleitorais. Os Sistemas Eleitorais em Perspectiva Comparada. As Propostas de Reforma nos Sistemas Eleitorais.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> KLEIN, C. <b>O Desafio da Reforma Política</b>. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.</p> <p>NICOLAU, J. M. <b>Sistemas Eleitorais</b>. Rio de Janeiro: FGV, 2004.</p> <p>TAVARES, J. A. G. <b>Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas</b>. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> NORRIS, P. <b>Electoral Engineering</b>: voting rules and political behavior. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.</p> <p>RAE, D. <b>The Political Consequences of Electoral Laws</b>. New Haven: Yale University Press.</p> <p>LIJPHART, A. <b>Electoral Systems and Party Systems</b>. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.</p> <p>MASSICOTE, L; BLAIS, A. <b>Mixed electoral systems</b>: a conceptual and empirical survey, electoral studies, n. 18, p.341-366, 1999.</p> <p>SHUGART, M. S.; WATTENBERG, M. P. (Eds.). <b>Mixed-member electoral systems</b>; the best of of both worlds? Oxford: Oxford University Press, 1967.</p>		

<b>DISCIPLINA: Cultura política e movimentos sociais</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Cultura e identidade brasileira. Identidade cultural na pós-modernidade. Evolução política brasileira. Cultura política. Ideologia e política. Democracia deliberativa e participativa. Movimentos sociais: paradigma clássico e os novos movimentos sociais. Sociedade civil. Cultura e política nos movimentos sociais.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ALMOND, G. A. <b>Uma Teoria de política comparada</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.</p> <p>BOBBIO, N. et al. (Coord.). <b>Dicionário de Política</b>. Brasília: UNB, 1986.</p> <p>CHAUÍ, M. <b>Brasil: mito fundador e sociedade autoritária</b>. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.</p> <p>DOIMO, A. M. <b>A vez e a voz do popular</b>. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós – 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará ANPOCS, 1995.</p> <p>DAGNINO, E. (Org.). <b>Sociedade civil e espaços públicos no Brasil</b>. São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p> <p>DAGNINO, E.; ALVAREZ, S. E.; ESCOBAR, A. (Org.). <b>Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras</b>. Belo Horizonte: UFMG, 2000.</p> <p>FAORO, R. <b>Os donos do poder</b>. Rio de Janeiro: Globo, 1989.</p> <p>FREYRE, G. <b>Casa-Grande &amp; Senzala</b>. Rio de Janeiro: Record, 2002.</p> <p>GOHN, M. da G. <b>Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos</b>. São Paulo: Loyola, 2004.</p> <p>_____. <b>História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros</b>. São Paulo: Loyola, 1995.</p> <p>HALL, S. <b>A identidade cultural na pós-modernidade</b>. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2001.</p> <p>HOLANDA, S. B. de. <b>Raízes do Brasil</b>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.</p> <p>JUNIOR, Caio Prado. <b>Evolução Política do Brasil</b>. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>KRISCHKE, P. J. <b>Aprendendo a democracia na America Latina: atores sociais e mudança cultural</b>. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.</p>		

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

MELUCCI, A.. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Vozes, 2001.

MOISÉS, J. A. **Os Brasileiros e a Democracia:** Bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteira:** ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

#### **Bibliografia complementar:**

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Rev. bras. Ci. Soc.** n.66, 2008

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiência, fala e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo 1970/1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 2006.

TEIXEIRA, E. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 2007.

RENNÓ, Lucio. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais- BIB.** Rio de Janeiro, n. 45, 1.º semestre de 1998

<b>DISCIPLINA: Comunicação política e opinião pública</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Representações da política. Opinião pública. Democracia, política e os meios de comunicação. Propaganda política e eleitoral. Método de análise da cobertura jornalística em eleições.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ALBURQUERQUE, A. de. Spots políticos: americanização da propaganda política brasileira? <b>Textos de Cultura e Comunicação</b>, n. 39, p. 113-129, 1998.</p> <p>_____. Política versus televisão: o horário gratuito na campanha presidencial de 1994. <b>Comunicação &amp; Política</b>, v. 1, n. 3, p. 49-54, 1995.</p> <p>ALDÉ, A. <b>A construção da política</b>: democracia, cidadania e meios comunicação de massa. Rio de Janeiro: FGV, 2004.</p> <p>ALDÉ, A; DIAS, H. Intervalo surpresa: spots eleitorais na campanha municipal de 1996. <b>Comunicação &amp; Política</b>, v. 5, n. 1 jan.-abr., 1998.</p> <p>ALMEIDA, J. A conquista do lugar de fala e a fala fora do lugar nos discursos de FHC e Lula sobre o real. In: RUBIM, A; BENTZ, I; PINTO, M. (Org.). <b>Práticas discursivas na cultura contemporânea</b>. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. P. 69-91.</p> <p>ALMEIDA, J. <b>Como vota o brasileiro</b>. São Paulo: Casa Amarela, 1996.</p> <p>AZEVEDO, F. A.; RUBIM, Antonio Albino Canelas. Mídia e política na Brasil. <b>Lua Nova</b>, São Paulo, Centro de Estudo de Cultura Contemporânea, n. 43, p. 189-216, 1998.</p> <p>BARREIRA, I. Identificação versus competência: o debate televisão nas eleições de 1998. <b>Comunicação &amp; Política</b>. Rio de Janeiro, Cebela, v. 3, p. 57-72, set-dez, 1998.</p> <p>BARREIRA, I. <b>Chuva de papéis</b>: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.</p> <p>CHAMPAGNE, P. <b>Formar a opinião</b>: o novo jogo político. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.</p> <p>COSTA LIMA, L. <b>Teoria da cultura de massa</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.</p> <p>DEBRAY, R. <b>O Estudo sedutor</b>: as revoluções midiológicas do poder. Petrópolis: Vozes, 1994.</p> <p>ESTEVES, J. P. <b>A ética da comunicação e os média modernos</b>. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.</p>		

FAUSTO NETO, A. **O impeachment da televisão**: como se cassa um presidente. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

FAUSTO NETO, A. Quando a ética toma forma: as estratégias discursivas do jornalismo de combate. In: **ÉTICA, cidadania e imprensa**. Rio de Janeiro: Maudad, 2002.

FIGUEIREDO, M; ALDÉ, A.; DIAS, H; JORGE, V. L. **Estratégias de persuasão em eleições majoritárias**: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998. (Série Estudos, 100).

FIGUEIREDO, N. de L. **Estratégias de marketing político**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

GOMES, N. D. **Formas persuasivas de comunicação política**: publicidade eleitoral e propaganda política. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

GOMES, W. A política de imagem. Fronteiras. **Estudos Midiáticos**, v. 1, n. 1, p. 145-175, dez. 1999.

GOMES, W. Esfera pública política e media II. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, IMG.; PINTO, M.J. (Ed.). **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

JACKS, N; RONSINI, V. M. Mediações na recepção: estudo comparativo entre receptor urbano e rural. In: BRAGA, J. L. (Org.). **A encenação dos sentidos**: mídia, cultura e política. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

JARDIM, C. P. **Com a palavra o senhor presidente ou para compreender os meandros do poder**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LIMA, V. A. de. **Mídia, teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989. **Comunicação e política**, São Paulo, v. 9, n. 11, p. 29-54, 1990.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, out. 1995.

MIGUEL, L. F. Mídia e discurso político nas eleições presidenciais de 1994. **Comunicação & Política**, v. 4, n. 1, p. 80-97, 1997.

MIGUEL, L. F. Um ponto certo nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **Revista BIB**, n. 49, 2000/1.

NOELLE-NEUMAN, E. Pesquisa eleitoral e clima de opinião. **Opinião Pública**, v. 1, n. 2, dez. 1993.

QUEIROZ, A. De Debret a Nizan: a construção da imagem pública dos governantes. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. XXII, n. 1, jan/jun, 1999.

RUA, M. das G. Mídias, informação e política: a eleição presidencial brasileira de 1994. **Comunicação e Política**, v. 1, n. 3, 1995.

RUBIM, A. A. C. **Comunicação e política**. São Paulo: Hackers, 2000.

RUBIM, A. A. C. **Mídia e política no Brasil**. João Pessoa: Universitária, 1999.

SANTA RITA, C. **Batalhas Eleitorais – 25 anos de marketing político**. Geração I, 2001.

SARLO, B. Sete hipóteses sobre a videopolítica. In: \_\_\_\_\_. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 129-138.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**Bibliografia complementar:**

RUBIM, A. A. C. O lugar da política na sociabilidade contemporânea. In: **LUGAR global e lugar nenhum**. São Paulo: Hackers, 2001.

VENTURI, G. Continuidade administrativa: com base nos resultados do primeiro turno, uma análise do papel da propaganda e das pesquisas eleitorais nas eleições municipais de 1996. **Teoria e Debate**, n. 33, p. 4-9, 1997.

VEIGA, L. **Em busca de razões para o voto: o uso que o homem comum faz do horário eleitoral**. 2001. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VERON, E. Mediatización Del político: estrategias, actores y construcción de los colectivos. In: GAUTHIER, G.; GOOSELIN, A.; MOUCHON, J. (Org.). **Comunicación y política**. Barcelona: Gedisa, 1998.

WEBER, M. H. **Comunicação e espetáculo da política**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

<b>DISCIPLINA: Política piauiense</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> O Processo de Colonização do Território Piauiense e seu Impacto sobre a Estrutura Política. A Política Piauiense da Primeira República (1889) à Revolução de 1930. A Era das Interventorias na Política Piauiense. A Política Piauiense na Primeira Experiência Democrática Brasileira (1945-1964). O Período da Ditadura Militar e Suas Influências na Política Piauiense (1964-1985). Os Efeitos da Redemocratização (Pós-1985) no Contexto Político Piauiense: A Nova Dinâmica da Política Estadual.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ARRAES FILHO, M. R. <b>Oligarquias e Elites Políticas no Piauí: 1982-1995.</b> Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1999.</p> <p>BONFIM, W. L. de S. <b>Contra Todas as Possibilidades: O Primeiro Governo Petista do Nordeste.</b> Mimeo, 2003.</p> <p>BRASILEIRO, A. M. <b>O Município como Sistema Político.</b> Rio de Janeiro: FGV, 1973.</p> <p>DAHL, R. <b>Poliarquia.</b> São Paulo: Edusp, 1997.</p> <p>DE DEUS, C. <b>Concentração e Dispersão Eleitoral em Eleições Parlamentares: Um Estudo das Estratégias Eleitorais nos Pleitos de 1994 e 1998.</b> Dissertação de Mestrado. IUPERJ, 1999.</p> <p>DE DEUS, C. <b>O Novo Arranjo Federativo Brasileiro, O Regime Multipartidário e a Competição Política Municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004.</b> Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. IUPERJ, 2007.</p> <p>FERNANDES, A. S. A. Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados. <b>BIB</b>, São Paulo, nº 53, 1º semestre de 2002, pp. 79-102.</p> <p>LEAL, V. N. <b>Coronelismo, Enxada e Voto.</b> São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.</p> <p>MARTINS, A. de S. [Et. Al]. <b>Piauí: Evolução, Realidade e Desenvolvimento.</b> Teresina: Fundação CEPRO. 2ª Edição.</p> <p>MENDES, F. <b>Economia e Desenvolvimento do Piauí.</b> Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.</p> <p>NASCIMENTO, F. A. <b>A Revolução de 1930 no Piauí.</b> Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.</p> <p>QUEIROZ, M. I. P. <b>O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio.</b> São</p>		

Paulo: Alfa-Omega, 1976.

**Bibliografia complementar:**

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia**: Um Estudo sobre o Sistema Partidário Brasileiro (1985-1994). Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SANDES, V. **A lógica da formação de governos no estado do Piauí de 1987 a 2007**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

SANTANA, R. N. **Piauí: Formação, Desenvolvimento e Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995.

SILVA, R. J. G. da. **Metamorfose das Oligarquias**: o caso do Piauí. Tese de Doutorado. USP, 1999.

SOARES, G. A. D. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro. . FGV, 2001.

DISCIPLINA: <b>Marketing político</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Comunicação Política e Opinião Pública
<p><b>Ementa:</b> O funcionamento da propaganda política no cenário da cultura contemporânea, apresentando suas raízes históricas no Brasil, possibilitando-lhe também uma visão sobre realidades regionais neste campo. Pretende oferecer algumas referências teóricas sobre o conceito das seguintes categorias: marketing político, propaganda ideológica, publicidade eleitoral e imagem pública.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>ALMEIDA, Jorge. <b>Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia</b>. Editora: Fundação Perseu Abramo e Editora Xamã, 2002.</p> <p>FIGUEIREDO, R. <b>Marketing Político, Mitos e Verdades</b>. Coleção Estudos da Fundação Konrad, nº 30, 1977.</p> <p>QUEIROZ, A. <b>Marketing político brasileiro, ensino, pesquisa e mídia</b>. INTERCOM/UNESCO, 2005.</p> <p>KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. <b>Administração de Marketing</b>. 12a Edição. São Paulo: Prentice Hall, 2006.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>ALDÉ, Alessandra. <b>A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política</b>. Tese de doutorado, IUPERJ, 2001.</p> <p>BEZERRA, Ada Kesea Guedes; SILVA, Fábio Ronaldo da. <b>O marketing político e a importância da imagem-marca em campanhas eleitorais majoritárias</b>. Disponível em: <a href="http://www.bocc.ubi.pt">http://www.bocc.ubi.pt</a>. Acesso em: 17 de nov. 2011.</p> <p>GARCIA, N. J. <b>O que é propaganda ideológica</b>. Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 1988.</p> <p>MATTIELO, Camila Murari; RIBEIRO, Maria de Fátima dos Santos. <b>A importância do marketing político e eleitoral no processo decisório do voto: análise das campanhas eleitorais dos deputados Sidney Beraldo e Simão Pedro</b>. 2006. Disponível em: <a href="http://www.fae.br/memoria/index.html">www.fae.br/memoria/index.html</a></p> <p>MALHOTRA, N. K. <b>Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada</b>. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p>		

MANHANELLI, Carlos Augusto. **Estratégias Eleitorais: marketing político**. São Paulo: Summus, 1988.

RICHERS, R. **O que é marketing**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

<b>DISCIPLINA: Políticas públicas</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Fundamentos teóricos de políticas públicas. Consolidação e mudanças atuais das políticas públicas. Processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e questões metodológicas. Incorporação de demandas públicas.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. <b>Revista Brasileira em Ciências Sociais</b>, vol. 18, n. 51, São Paulo, 2003.</p> <p>DRAIBE, S. <b>O Welfare State no Brasil</b>: características e perspectivas. NEPP/Unicamp, Caderno n. 8, 1993.</p> <p>FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. <b>Planejamento e Políticas Públicas</b>, Brasília, IPEA, n. 21, p. 212-258.</p> <p>SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. de. <b>O processo de implementação de Políticas Públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programa e projetos</b>. NEPP/Unicamp, Caderno n. 48, 2000.</p> <p>SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>, vol. 18, n. 51, São Paulo, 2003.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> AVRITZER, L. Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. <i>Opinião Pública</i>, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.</p> <p>BORGES, A. Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses. <i>Sociologia</i>, Porto Alegre, ano 12, nº 24, p. 120-157, 2010.</p> <p>CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. <i>BIB</i>, São Paulo, v. 1, nº 61, p. 25-52, 2006.</p> <p>ROTHSTEIN, B. <b>Just institutions Matter</b>: the moral and political logic of the universal welfare state. Cambridge: Cambridge Universty Press, 1998.</p> <p>SOUZA, C. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. <b>São Paulo em Perspectiva</b>, vol. 18, n. 2, 2004, p. 27-41.</p>		

<b>DISCIPLINA: Desenho de pesquisa em Ciência Política</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> A Ciência na Ciência Política. Conceitos e Medidas. As Proposições que Orientam o Desenho de Pesquisa na Ciência Política: O Problema de Pesquisa, A Hipótese e as Evidências Empíricas. O Estudo de Caso e a Descrição. O Método Comparado. A Inferência Descrição e Causal. Os Métodos Quantitativos e Qualitativos na Ciência Política. A Pesquisa de Survey.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>BABBIE, E. <b>Métodos de Pesquisa de Survey</b>. Belo Horizonte: UFMG, 2003.</p> <p>BOBBIO, N. <b>Teoria Geral da Política</b>. Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p> <p>KERLINGER, F. N. <b>Metodologia da Pesquisa em Ciência Social</b>. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2007.</p> <p>REIS, F. W. O Tabela e a Lupa. <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>. Nº 16. Ano 6. jul/1991.</p> <p>SOARES, G. A. D. O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil. <b>Sociologia, Problemas e Práticas</b>, N. 48, 2005, p. 27-52.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>BRADY, H.; COLLIER, D. <b>Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards</b>, 2004.</p> <p>GERRING, J. <b>Social Science Methodology: A Criterial Framework</b>. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.</p> <p>GOERTZ, G. <b>Social Science Concepts: A User's Guide</b>. Princeton, Princeton University Press, 2005, p. 27-94.</p> <p>KEMAN, H. Et Alli. <b>Doing Research in Political Science: An Introduction to Comparative Methods and Statistics</b>. London: Sage Publications, 1999.</p> <p>KING, G; KEOHANE, R.; VERBA, S. <b>Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research</b>. Princeton: Princeton University Press, 1994.</p> <p>SYMPOSIUM II. <b>Conceptualizing Concepts</b>. <i>Qualitative Methods</i>, v. 3, nº 2, 2005, p. 19-36.</p> <p>WEBER, M. <b>Ciência e Política: Duas Vocações</b>. São Paulo: Cultrix, 2007.</p>		

<b>DISCIPLINA: Metodologia quantitativa</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Desenho de Pesquisa em Ciência Política
<p><b>Ementa:</b> O Método Quantitativo na Pesquisa em Ciência Política. As Modalidades do Método Quantitativo. As Técnicas Utilizadas no Método Quantitativo. A Abordagem Comparada: Teoria e Método. A Estatística na Ciência Política: Conceitos, Casos, Dados e Mensuração. A Estatística Descritiva. Análise Multivariada e a Inferência Causal.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BABBIE, E. <b>Métodos de Pesquisa de Survey</b>. Belo Horizonte. UFMG, 2003.</p> <p>KERLINGER, F. N. <b>Metodologia da Pesquisa em Ciência Social</b>. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2007.</p> <p>SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. T. <b>Métodos de pesquisa nas relações sociais</b>. São Paulo: EPU, 1987.</p> <p>TOLEDO, G. L. <b>Estatística Básica</b>. São Paulo. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> GERRING, J. <b>Social Science Methodology: A Criterial Framework</b>. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.</p> <p>JANET M. BOX-STEFFENSMEIER, Et al. <b>The Oxford Handbook of Political Methodology</b>. Oxford Handbooks of Political Science, 2008.</p> <p>KEMAN, H. Et Alli. <b>Doing Research in Political Science: An Introduction to Comparative Methods and Statistics</b>. London: Sage Publications, 1999.</p> <p>KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. <b>Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research</b>. Princeton, Princeton University Press, 1994.</p> <p>LANDMAN. T. <b>Issues and Methods in Comparative Politics</b>. London and New York: Routledge. Second Edition, 2003.</p>		

<b>DISCIPLINA: Metodologia qualitativa</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Desenho de Pesquisa em Ciência Política
<p><b>Ementa:</b> Enfoques epistemológicos e teóricos da pesquisa qualitativa. Diferentes estratégias de pesquisa qualitativa: etnografia, entrevista individual, grupo focal e análise documental. Análise e tratamento de informações em pesquisa qualitativa. O uso de softwares na pesquisa qualitativa. A combinação entre métodos qualitativos e quantitativos.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BABBIE, E. <b>Métodos de Pesquisa de Survey</b>. Belo Horizonte: UFMG, 2003.</p> <p>BARDIN, L. <b>Análise de conteúdo</b>. Lisboa: Edições 70, 1988.</p> <p>BARDIN, Laurence. <b>Análise do discurso</b>. Lisboa: Edições 70, 1994.</p> <p>BAUER, M. W.; GASKELL, G. <b>Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático</b>. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2002.</p> <p>BECKER, H. S. <b>Métodos de pesquisa em ciências sociais</b>. São Paulo: Hucitec, 1999.</p> <p>BRANDÃO, C. R. (Org.). <b>Repensando a pesquisa participante</b>. São Paulo: Brasiliense, 1984.</p> <p>DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. <b>O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens</b>. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. <b>Informação e Sociedade</b>, Estudos, v. 10, nº 2, 2000.</p> <p>FLICK, U. <b>Uma introdução à pesquisa qualitativa</b>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>FRANCO, K.L.P.B. <b>Análise de conteúdo</b>. Brasília: Plano, 2003.</p> <p>GEERTZ, C. <b>O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa</b>. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>GEERTZ, C. <b>A Interpretação das culturas</b>. Rio de Janeiro: LTC, 1989.</p> <p>GIUMBELLI, E. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>. 17(48), 2002, p. 91-107.</p> <p>GOLDENBERG, M. <b>A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais</b>. Rio de Janeiro: Record, 2000.</p>		

GROSSI, M. P. (Org.). **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: PPGAS, 1992.

HAGUETE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes/Unicamp, 1994.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, M. **Manual de etnografia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

MINAYO, C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

SILVA, R. C. da. A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisa. In: G. Romanelli & Z, M. M. Biasoli-Alves (Eds.), **Diálogos metodológicos sobre práticas de pesquisa**. Ribeirão Preto, SP: Legis Summa, 1998.

#### **Bibliografia complementar:**

GEORGE, A.; BENNETT, A. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

OLIVEIRA, R. C. O ofício do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/ UNESP, 2000, p.17-35.

POUPART, J; DESLAURIERS, et alii. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

PIERSON, P. **Politics in time**: history, institutions, and social analysis. Princeton: Princeton University Press, 2004.

RAGIN, C. **Fuzzy-set social science**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

<b>DISCIPLINA: Planejamento e assessoria técnica</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Diferentes perspectivas teóricas do planejamento na sociedade industrial. A prática do planejamento no Brasil. O processo decisório na administração pública e privada. Burocracia especializada. Assessoria política. Administração e política. Análise de conjuntura política. Planejamento no âmbito nacional, regional e local. Avaliação de projetos de intervenção.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>BAPTISTA, M. V. <b>Planejamento:</b> introdução à metodologia de planejamento social. São Paulo: Moraes, 1981.</p> <p>BORDENAVE, J. D.; Carvalho, H. M. <b>Comunicação e planejamento.</b> Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.</p> <p>BRASIL. <b>Programa de Aceleração do Crescimento,</b> Brasília: Ministério do Planejamento, 2007.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>BRASIL. <b>Plano Nacional de Logística e Transportes.</b> Brasília: Ministério da Defesa, Ministério dos Transportes, 2007.</p> <p>LAFER, B. M. (Org.). <b>Planejamento no Brasil.</b> São Paulo: Perspectiva, 1975.</p> <p>MENDES, F. <b>Economia e desenvolvimento do Piauí.</b> Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.</p> <p>MIGLIOLI, J. <b>Introdução ao planejamento econômico.</b> São Paulo: Brasiliense, 1983.</p> <p>SANTANA, R. N. M. <b>Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos.</b> Teresina: FUNDAPI, 2008.</p>		

## 8.2 Disciplinas do Eixo de Formação Complementar

DISCIPLINA: <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Conhecimento científico. Métodos de pesquisa. Técnicas de leitura e de compreensão de documentos. Normas técnicas para a elaboração de trabalhos científicos. Estratégias para a sistematização do conhecimento: resumos, resenhas e fichamentos. Estratégias para a elaboração de seminários. Projeto de Pesquisa. Etapas da pesquisa científica. Elaboração de Monografia.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ECO, H. <b>Como se Faz uma Tese</b>. São Paulo: Perspectiva, 1995.  DEMO, P. <b>Metodologia científica em Ciências Sociais</b>. São Paulo: Atlas, 1995.  LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. <b>Fundamentos de metodologia científica</b>. São Paulo: Atlas, 2005.  MEDEIROS, J. B. <b>Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas</b>. São Paulo: Atlas, 1991.  SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho científico</b>. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  CERVO, Amado L.; BERVIAN, P. A. <b>Metodologia científica</b>. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.  GIL, Antonio C. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. São Paulo: Atlas, 1996.  GOLDENBERG, Mirian. <b>A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais</b>. Edição 10. ed. Rio de Janeiro : Record, 2007.  KÖCHE, José C. <b>Fundamentos de metodologia científica</b>. Petrópolis: Vozes, 1997.  SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. T. <b>Métodos de pesquisa nas relações sociais</b>. São Paulo: EPU, 1987.</p>		

<b>DISCIPLINA: Iniciação à Sociologia</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Antecedentes da Sociologia. O objeto da Sociologia como ciência. A identidade da ciência sociológica através de seus conceitos básicos, como sociedade, grupo social, categoria social, classe social, mobilidade social, estratificação social, mudança social, movimentos sociais, ação social e interação, função e integração, conflito, individualismo, Campos e divisões acadêmicas da Sociologia. Métodos e técnicas. Principais temáticas.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ARON, R. <b>As etapas do pensamento sociológico</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2001.  BERGER, P. L. <b>Perspectivas sociológicas: uma visão humanística</b>. Petrópolis: Vozes, 1986.  BOURDIEU, P (Org.). <b>A miséria do mundo</b>. Petrópolis: Vozes, 1998.  FERREIRA, L. C. <b>A Sociologia no horizonte do século XIX</b>. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.  FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (Org.). <b>Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia</b>. Rio de Janeiro: LTC, 2008.  GIDDENS, A. <b>Sociologia</b>. São Paulo: Artmed, 2005.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  BAUMAN, Z. &amp; MAY, T. <b>Aprendendo a pensar com a sociologia</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.  BOURDIEU, P. <b>Questões de sociologia</b>. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.  GIDDENS, A. <b>A constituição da sociedade</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2003.  KALBERG, Stephen. <b>Max Weber: uma introdução</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.  SIMMEL, Georg. Sociologia. <b>Coleção Grandes Cientistas Sociais</b>. Nº 34. São Paulo: Ática, 1983.  _____. <b>Questões fundamentais da sociologia</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.</p>		

<b>DISCIPLINA: Filosofia da ciência</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Epistemologia, filosofia das ciências e filosofia das ciências sociais. Abordagens filosóficas das ciências humanas: positivismo, neopositivismo, dialética, funcionalismo, estruturalismo, hermenêutica e pragmatismo.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ARAÚJO, I. L. <b>Iniciação à filosofia das ciências</b>. Curitiba: EdUFPR, 1998.</p> <p>BOMBASSARO, C. C. <b>Ciências e mudança conceitual</b>: notas sobre epistemologia e história das ciências. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1995.</p> <p>GRODIN, J. <b>Introdução à hermenêutica filosófica</b>. São Leopoldo: Unisinos, 1999.</p> <p>KUHN, Thomas S. <b>A Estrutura das Revoluções Científicas</b>. São Paulo: Perspectiva, 1990.</p> <p>POPPER, K. <b>Lógica das Ciências Sociais</b>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> BRITO, E.; CHANG, L. (Org.) <b>Filosofia e método</b>. São Paulo: Loyola, 2002.</p> <p>FOUCAULT, M. <b>Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento</b>. São Paulo: Forense Universitária, 2002.</p> <p>_____. <b>As palavras e as coisas</b>: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1992.</p> <p>HORKHEIMER, M. <b>Eclipse da Razão</b>. Rio de Janeiro: Labor, 1976.</p> <p>POINCARÉ, H. <b>O Valor da Ciência</b>. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995</p>		

DISCIPLINA: <b>Antropologia política</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Estudo das formas de organização política em sociedades sem Estado centralizado, com proto-Estado e com Estado. Chefias e lideranças. Poder e autoridade. As interrelações entre o político, o social, o econômico e o religioso. Processos de formação dos sistemas políticos. Formas rituais de poder. Antropologia política das sociedades contemporâneas. Culturas políticas e sociabilidade.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BALANDIER, G. Construção da Antropologia Política. In: <b>Antropologia Política</b>. São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1969, p. 7-23.</p> <p>BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). <b>Antropologia das sociedades Contemporâneas</b>. São Paulo: Global, 1987, p. 159-193.</p> <p>BARREIRA, I. <b>Chuva de papéis</b>. Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998, p. 15-46.</p> <p>BEZERRA, M. O. Políticos, Representação Política e Recursos Públicos. In: <b>Horizontes Antropológicos</b>, 7, 15, p. 181-207.</p> <p>BHABHA, H. <b>O Local da Cultura</b>. Belo Horizonte: UFMG, 1998.</p> <p>BOURDIEU, P. <b>O Poder Simbólico</b>. Lisboa: DIFEL, 1989.</p> <p>CHAMPAGNE, P. <b>Formar a Opinião</b>. O novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>CLASTRES, P. <b>Sociedade contra o Estado</b>. Rio de Janeiro: Francisco Alves.</p> <p>_____. Arqueologia da Violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: CLASTRES, P. et alii. <b>Guerra, Religião, Poder</b>. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 9-47.</p> <p>COHEN, A. Antropologia Política: el analisis del simbolismo en las relaciones de poder. In: LLOBERA, J. R. (org). <b>Antropologia Política</b>. Barcelona: Anagrama, 1979, p. 55-82.</p> <p>CORADINI, O. L. O Referencial Teórico de Bourdieu e as Condições para a sua Aprendizagem e Utilização. In: <b>Veritas</b>, 41, 162, 1996, p. 207-220.</p> <p>DIGGINS, J. P. <b>Max Weber</b>. A política e o espírito da tragédia. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.</p> <p>ELIAS, N. <b>A sociedade de corte</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.</p>		

\_\_\_\_\_. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GENTILI, A. M. Antropologia Política. In: BOBBIO, N & MATEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: EdUnB, 1992, p. 45-49.

LEACH, E. R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1996.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. Antropologia Política. In: SILVA, B. (org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p. 64-67.

PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p. 73-84.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. Os comícios e a política de facções. In: **Anuário Antropológico**, 94, p. 31-94.

#### **Bibliografia complementar:**

PEIRANO, M. **Três ensaios breves**. Brasília: UnB, série antropologia, 230, p. 17-29.

PINTO, C. R. J. O poder político na teoria dos campos. In: **Veritas**, 41, 162, 1996, 221-227.

SMITH, M.G. Political Anthropology - Political Organization. In: SILLS, D. L. (org.). **International encyclopedia of the Social Sciences**. New York/London: Collier/MacMillan, 1972, p. 193-202.

TURNER, V. **The anthropology of performance**. New York: PAJ Publications, 1987.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: UnB, 1999.

<b>DISCIPLINA: Inglês instrumental</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Noções básicas de Inglês. Funções lingüísticas dos textos. Tempos verbais. Estratégias de leitura: <i>skimming</i> e <i>scanning</i>. Compreensão geral e específica de textos em língua inglesa.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ALLIANDRO, H. <b>Dicionário escolar inglês-português</b>. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1995.</p> <p>OUZA, M. do S. E. de. SOUSA, C. N. N. de. GONÇALVES, L. R. L. R. et alli. 2002. <b>Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura</b>. Teresina. Halley.</p> <p>PINTO, D. et al. <b>Compreensão inteligente de textos: grasping the meaning</b>. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1991.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>CAMBRIDGE. <b>International Dictionary of English</b>. Londres: Cambridge University Press, 1996.</p> <p>MURPHY, Raymond. <b>English Grammar in Use</b>. Cambridge University Press, 2004.</p> <p>OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, C.; SELIGSON P. <b>New English File Elementary</b>. Oxford: University Press, 2004.</p> <p>SILVA, J. A. de C.; GARRIDO, M. L.; BARRETO, T. P. <b>Inglês Instrumental: leitura e compreensão de Textos</b>. Salvador: Centro Editorial e Didático, UFBA, 1994.</p> <p>SWAN, Michael. <b>Practical English Usage</b>. Oxford: University Press, 1995</p>		

DISCIPLINA: <b>História do Brasil</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b>  Descobrimiento e Brasil Colônia. Sociedade e Economia colonial. Brasil Império. Implantação e consolidação da República. Estrutura de poder e instituições no período republicano. Pacto federativo republicano: autonomia e interdependência. Proprietários rurais e Coronelismo. Política dos Governadores. Política do "café-com-leite". Forças armadas e República. Formação do Estado Nacional. Revolução de 1930. Período getulista. Estado Novo. Primeiro período democrático brasileiro (1945-1964). Regime Militar. Transição e processo redemocratização nacional. História Política contemporânea.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  ARIAS NETO, J. M. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). <b>O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pp. 191-229.</p> BATALHA, C. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). <b>O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pp. 161-189. FAUSTO, B. <b>A revolução de 1930: historiografia e história.</b> São Paulo: Brasiliense, 1983. GOMES, Â. de C. O 15 de novembro. In: GOMES, Â. de C. (Org.). <b>A república no Brasil.</b> Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FGV/CPDOC, 2002. Pp. 13-30. GOMES, Â. de C. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Orgs.). <b>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia.</b> Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. Pp. 152-167. GOMES, Â. de C. História e historiografia de A revolução de 1930. In GOMES, Â. de C. (Org.). <b>Leituras críticas sobre Boris Fausto.</b> Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 13-48. JANOTTI, M. de L. M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C. de (Org.). <b>Historiografia brasileira em perspectiva.</b> São Paulo: Contexto, 2003. p. 119-143. <p><b>Bibliografia complementar:</b>  LAMOUNIER, B. Vítor Nunes Leal: Coronelismo, enxada e voto. In MOTA, L. D. (Org.). <b>Introdução ao Brasil: um banquete no trópico.</b> São Paulo: SENAC, 1999. p. 272-292.</p>		

RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 89-120.

SILVA, L. O. A apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, S. (Org.). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 157-169.

VIANNA, L. W. O Estado Novo e a "ampliação" autoritária da república. In: CARVALHO, M. A. R. de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 111-153.

WISSENBACH, M. C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 3. p. 49-130.

<b>DISCIPLINA: Introdução à Economia</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b>          Conceito e objeto da Economia. Ciência Econômica e suas origens. História do pensamento econômico e teoria econômica. O mecanismo de tomada de decisão. Escassez, acumulação de capital e política econômica. Flutuações e crises. Produção, crescimento e desenvolvimento econômico. Índices econômicos. Noções de análise microeconômica e macroeconômica. Elementos do funcionamento do mercado: análise da demanda e da oferta.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>COUTINHO, M. C. <b>Lições de economia política clássica</b>. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 1993.</p> <p>ROSSETTI, J. P. <b>Introdução à economia</b>. São Paulo: Atlas, 1988.</p> <p>VASCONCELLOS, M. S. <b>Economia, Micro e Macro</b>. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>GUIMARÃES, E. A. A.; TOLIPAN, R. <b>O curso de Economia e a crise da teoria econômica</b>. ANGE, Cadernos de orientação acadêmica, n.1, 1986.</p> <p>MARX, K. Para a crítica da economia política. In MARX, K. <b>Para a crítica da economia política</b>; Salário preço e lucro; O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.</p> <p>SINGER, P. <b>Aprender economia</b>. São Paulo: Brasiliense, 1984.</p> <p>_____. <b>O capitalismo</b>: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1996.</p> <p>VASCONCELLOS, M. S.; BENEVIDES, D. (Orgs.). <b>Manual de Economia dos Professores</b>. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>		

<b>DISCIPLINA: Direito Constitucional</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b>          Conceito e objeto do Direito Constitucional. Constituição: conceito, objeto, evolução. Controle de Constitucionalidade. Direitos Fundamentais na CF/88: direitos individuais, direitos sociais, direitos políticos. Organização do Estado: características do Estado Federal. A federação brasileira. Repartição das competências entre União, Estados-membros e Municípios. Organização dos Poderes: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Funções essenciais à Justiça.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>          BASTOS, C. R. <b>Curso de direito constitucional</b>. São Paulo: Saraiva, 1999.           BONAVIDES, P. <b>Direito constitucional</b>. Rio de Janeiro: Forense, 2010.           BRANCO, P. G.G.; MENDES, G. F.; COELHO, I. M. <b>Curso de Direito Constitucional</b>. São Paulo: Saraiva, 2009.           CANOTILHO, J. J. G. <b>Direito Constitucional e Teoria da Constituição</b>. Coimbra: Almedina, 2006.           CARVALHO, K. G. <b>Direito constitucional didático</b>. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.           CRETELLA Jr., J. <b>Elementos de direito constitucional</b>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>           CARVALHO, K. G. <b>Direito Constitucional</b>. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.           COSTA, N. N.; ALVES, G. M. <b>Constituição Federal Anotada e Explicada</b>. São Paulo: Forense, 2006.           FERREIRA, P. <b>Manual de direito constitucional</b>. Rio de Janeiro: Forense, 1990.           FERREIRA FILHO, M. G. <b>Curso de Direito Constitucional</b>. São Paulo: Saraiva, 2006.           MORAES, Alexandre de. <b>Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional</b>. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2006.           _____. <b>Direito constitucional</b>. 17. ed. São Paulo : Atlas, 2005.           SILVA, J. A. da. <b>Curso de Direito Constitucional Positivo</b>. São Paulo: Malheiros, 2010.</p>		

<b>DISCIPLINA: Fundamentos de lógica matemática</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Raciocínio lógico. Números. Teoria dos conjuntos. Relações. Noções de quantificação e demonstração. Funções. Noções de Derivadas e Integrais. Aplicações.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> CASTRUCCI, B. <b>Introdução à Lógica Matemática</b>. Rio de Janeiro: Nobel, 1984.</p> <p>HEGENBERG, Leônidas. <b>Lógica simbólica</b>. São Paulo: Herder, 1966.</p> <p>NOLT, J, ROHATYN, D. <b>Lógica</b>. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>ALENCAR FILHO, E. <b>Iniciação à Lógica matemática</b>. São Paulo: Nobel, 2002.</p> <p>ALENCAR FILHO, E. <b>Iniciação à Lógica matemática</b>. São Paulo: Nobel, 2002.</p> <p>DIAS, C. M. C. <b>Problemas e exercícios de lógica matemática</b>. Curitiba: C. M. C. Dias, 2003.</p> <p>HEGENBERG, L. <b>Lógica: cálculo sentencial</b>. 2 ed. São Paulo: Herder/EDUSP, 1977.</p> <p>MENDELSON, E. <b>Introduction to mathematical logic</b>. 5 ed. Pacific Grove, Ca.: Wadsworth &amp; Brooks, 2010.</p> <p>WONNACOTT, T. H.; WONNACOTT, R. J. <b>Introdução à Estatística</b>. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.</p>		

<b>DISCIPLINA: Estatística I</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Fundamentos da Lógica Matemática
<p><b>Ementa:</b>  Conceitos básicos da Estatística. Escalas de Mensuração. Estatística Descritiva: frequências; medidas de tendência central e medidas de dispersão. Média, Mediana, Moda e Variância. Teoria da Probabilidade. Espaço Amostral e Eventos Probabilísticos. A Matemática da Probabilidade. Características das Distribuições de Probabilidade. Independência. Distribuições discretas. Distribuições Contínuas. Distribuições Bi-variadas. Distribuição Normal. Amostragem. Teorema do Limite Central.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  COSTA, S. F. <b>Introdução Ilustrada à Estatística</b>. São Paulo: Harbra, 1998.</p> <p>LEVIN, J. <b>Estatística Aplicada às Ciências Humanas</b>. São Paulo: Harbra, 1987.</p> <p>WONNACOTT, T. H.; WONNACOTT, R. J. <b>Introdução à Estatística</b>. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  FIELD, A. <b>Descobrimo a Estatística Usando SPSS</b>. São Paulo: Bookman/Artmed, 2009.</p> <p>FREUD J.E., SIMON G. A. <b>Estatística Aplicada</b>. São Paulo: Ed. Bookman, 1999.</p> <p>KAZMIER, I. J. <b>Estatística Aplicada à Economia e Administração</b>. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.</p> <p>LEVINE, M; DAVID, B.; MARK L., STEPHAN, D. <b>Estatística: Teoria e Aplicações</b>. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2000.</p> <p>MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. <b>Noções de Probabilidade e Estatística</b>. São Paulo: Edusp, 2002.</p>		

<b>DISCIPLINA: Estatística II</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Estatística I
<p><b>Ementa:</b> Teoria da Decisão Estatística. Testes de Hipóteses. Intervalos de Confiança. Análise da Variância. Regressão Linear e Múltipla e correlação. Análise de dados estatísticos.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> COSTA, S. F. <b>Introdução Ilustrada à Estatística</b>. São Paulo: Harbra, 1998</p> <p>LEVIN, J. <b>Estatística Aplicada às Ciências Humanas</b>. São Paulo: Harbra, 1987.</p> <p>WONNACOTT, T. H.; WONNACOTT, R. J. <b>Introdução à Estatística</b>. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>COSTA NETO, P.L. De O. <b>Estatística</b>. São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda, 1980.</p> <p>DOWNING, D. <b>Estatística Aplicada</b>. São Paulo: Saraiva, 1998.</p> <p>KAZMIER, I. J. <b>Estatística Aplicada à Economia e Administração</b>. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.</p> <p>MARTINS, G. A. <b>Estatística Geral e Aplicada</b>. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.</p> <p>MIRSHAWKA, V. <b>Estatística para Engenharia</b>. São Paulo: Ed. Nobel S/A, 1981.</p> <p>SOARES, J. F., FARIAS, A. A. <b>Introdução à Estatística</b>. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1995.</p>		

<b>DISCIPLINA: Legislação eleitoral</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b>  Organização da Justiça Eleitoral: TSE, TRE, Juiz Eleitoral, Ministério Público Eleitoral. Partidos Políticos. Lei das Eleições. Lei n.º 9.504/97. Alistamento eleitoral. Registro de Candidatos. Inelegibilidade. Propaganda Eleitoral. Medidas Preliminares à Votação e à Apuração. Votação. Apuração. Diplomação. Recursos Eleitorais. Ação de impugnação e Mandato eletivo. Crimes eleitorais.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  BONFIM, E. M.; SPITZCOVSKY, C.; MORAES, F. N. S. de. <b>Direito Eleitoral</b>. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>COSTA, A. S. da. <b>Instituições de Direito Eleitoral</b>. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.</p> <p>GOMES, J. J. <b>Direito Eleitoral</b>. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.</p> <p>JARDIM, T. <b>Introdução ao Direito Eleitoral Positivo</b>. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.</p> <p>VELLOSO, C. M. da S.; AGRA, W. de M. <b>Elementos de Direito Eleitoral</b>. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  CÂNDIDO, J. J. <b>Direito eleitoral brasileiro: justiça eleitoral: registro de candidatos: propaganda política....</b> Bauru: Edipro, 2005.</p> <p>CONEGLIAN, O. <b>Propaganda eleitoral: de acordo com o código eleitoral e com a Lei 9.100/95</b>. Curitiba: Juruá, 1996.</p> <p>CERQUEIRA, T. T.; CERQUEIRA, C. A. <b>Direito eleitoral esquematizado</b>. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>COSTA, Tito. Recursos em matéria eleitoral. São Paulo: <b>Revista dos Tribunais</b>, 2004.</p> <p>JARDIM, T. <b>Direito eleitoral positivo</b>. Brasília: Brasília Jurídica, 1998.</p> <p>NISS, P. H. T. <b>Direitos Políticos: Condições de elegibilidade e inelegibilidades</b>. São Paulo: Saraiva, 1994.</p> <p>RAMAYANA, M. <b>Direito eleitoral</b>. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.</p> <p>STOCO, Rui; STOCO, Leandro de Oliveira. Legislação eleitoral interpretada: doutrina e jurisprudência. São Paulo: <b>Revista dos Tribunais</b>, 2010.</p>		

<b>DISCIPLINA: Gestão pública</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Políticas Públicas
<p><b>Ementa:</b> Estado, Governo e Administração Pública. Principais modelos de administração pública: patrimonialista, burocrático e gerencial. Papel e funções Econômicas do Estado. Políticas Públicas e Políticas Econômicas. Economia do Setor Público. Origem dos Recursos do Estado. Receita governamental. Orçamento Público. Reforma e Modernização da Gestão Pública. Novas Formas de Gestão Pública.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ABRUCIO, F. L. <b>O impacto do modelo gerencial na administração pública:</b> Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: MARE/ENAP, 1997. 52p.</p> <p>BRAGA, G. <b>Conflitos, Eficiência e Democracia na Gestão Pública.</b> Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.</p> <p>BRESSER PEREIRA, L. C. <b>Administração pública gerencial:</b> estratégia e estrutura para um novo Estado. Brasília: MARE/ENAP, 1996.</p> <p>_____. <b>Desenvolvimento e crise no Brasil.</b> São Paulo: Brasiliense, 1979.</p> <p>BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. <b>Reforma do Estado e administração pública gerencial.</b> Rio de Janeiro: FGV, 2001.</p> <p>CHIAVENATO, I. <b>Introdução à teoria geral da administração.</b> São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.</p> <p>JANNUZZI, P. de M. <b>Indicadores Sociais no Brasil:</b> conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas/São Paulo: Alínea, 2001.</p> <p>MELO, M. A. B.; SILVA, P. L. B. <b>O processo de implementação de Política Públicas no Brasil:</b> características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas NEEP, Caderno n. 48, 2000.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> ABRUCIO, F. L.; PEDROTI, P.; PÓ, M. V. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: LOUREIRO, M. R; ABRUCIO, F. L.; PACHECHO, R. S. (orgs) <b>Burocracia e Política no Brasil.</b> Rio de Janeiro: FGV. 2010.</p> <p>ARRETCHE, M. <b>Estado federativo e políticas Sociais.</b> Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 3ª edição, 2011.</p>		

GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. **Planejamento e orçamento governamental**. Volume 1. Brasília, ENAP. 2007.

LIMA JR, O. B. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n 2, 1998

MARTINS, H. F. Burocracia e a revolução gerencial – a persistência da dicotomia entre política e administração. **Revista do Serviço Público**, v. 48, n. 1, 1997.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a Sociedade Civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortêz, 2004.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1997.

PROCOPIUK, M. **Políticas Públicas e fundamentos da Administração Pública**, São Paulo: Atlas, 2013

SOBRINHO, J. D.; BALZAN, N. C. **Avaliação institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, M. A. C. **Estado, Governo e administração pública**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012 (série gestão pública)

TORRES, M. D. F. **Estado, Democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004

TORRES, M. D. F. **Fundamentos de Administração Pública Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

<b>DISCIPLINA: Política e Meio Ambiente</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> O papel do Estado frente à questão ambiental. Crescimento econômico e preservação ambiental. Desenvolvimento sustentável e teoria econômico-política. Política ambiental e questões éticas relacionadas ao meio ambiente. Políticas públicas e políticas ambientais. Instituições e defesa do meio ambiente.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ALONSO, A. E COSTA, V. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. <b>BIB.</b> Nº 53, 1º semestre 2002, p. 35-78.</p> <p>ALVES, A. C. Análise ambiental do ponto de vista jurídico. in TAUK, S. M. (org.) <b>Análise ambiental: uma visão interdisciplinar.</b> São Paulo: Unesp, 1991, p. 45-64.</p> <p>BURSZTYN, M. (org.) <b>Para pensar o desenvolvimento sustentável.</b> São Paulo: Brasiliense/IBAMA/ENAP, 1993.</p> <p>BERNARDIN, Pascal. <b>L'Empire Écologique ou La Subversion de l'écologie par lemondialism.</b> Paris : Notre-Dame des Grâces, 1998.</p> <p>BERNARDIN, Pascal. <b>Maquiavel Pedagogo ou o Ministério da Reforma Psicológica.</b> São Paulo :Ecclesiae, 2013.</p> <p>COLLINS, Phillip Darrel; COLLINS, Paul David. <b>The Ascendancy of the Scientific Dictatorship: An Examination of Epistemic Autocracy, From the 19th to the 21st Century.</b> New York. Lincoln. Shangai: iUniverse, Inc., 2004.</p> <p>DRUMMOND, J. A. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental favorável ao conservacionismo, <b>Ambiente &amp; Sociedade.</b> v. 2, n. 3-4, 1999, p. 127-149.</p> <p>FOLADORI, G. <b>Limites do desenvolvimento sustentável.</b> Campinas: UNICAMP/Imprensa Oficial, 2001.</p> <p>GUIMARÃES, R. La sostenibilidad del desarrollo entre Rio-92 y Johannesburgo 2002: eramos felices y no sabíamos, <b>Ambiente &amp; Sociedade.</b> v. IV. Nº 9, 2º semestre 2001, p. 5-24.</p> <p>GUIMARÃES, P. C. V., MACDOWELL, S. F. e DEMAJOROVIC, J. Fiscalização em meio ambiente no Estado de São Paulo, <b>Cadernos FUNDAP.</b> Nº 20, maio/agosto, 1996, p. 59-75.</p> <p>LIMA, HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs.) <b>Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável.</b> Campinas: UNICAMP, 1992.</p>		

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002.

PACHECO, R. S. et alii. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas, **Espaço & Debates**, n. 35, 1992, p. 46-51.

PEPPER, David. **Eco-socialism. From Deep Ecology to Social Justice**. Routledge : London. New York.

TAUK, S. M. (Org.) **Análise ambiental: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1991, p. 45-64.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. "O que faz o Espírito dos Povos Democráticos inclinar-se para o Panteísmo". [Vol.II; Cap.VII.]. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VARGAS, M. C. O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema sócio-ambiental, **Ambiente & Sociedade**. Ano II. n. 5, 2º semestre de 1999, p. 109-134.

VIGEVANI, T. Meio ambiente e relações internacionais, **Ambiente & Sociedade**. v. 1. n. 1. 1997, p. 27-61.

ZIEBIGNIEW Brzezinski. **La Era Tecnotronica**. Madrid: Paidós, 1970.

#### **Bibliografia complementar:**

COLBY, G.; DENNETT, C. **Seja Feita a Vossa Vontade. A Conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DEWAR, E. **Uma Demão de Verde: Os Laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios**. São Paulo: Capax Dei, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **A Ecologia Política das Grandes ONGs Transnacionais Conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

LAROUCHE, L. **A Máfia Verde – O Ambientalismo a Serviço do Governo Mundial**. São Paulo: Capax Dei Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Máfia Verde 2 – Ambientalismo - Novo Colonialismo**. São Paulo: Capax Dei Editora, 2010.

LINO, G. L. **A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido**

**numa falsa emergência mundial.** São Paulo: Capax Dei, 2009.

SANTOS JUNIOR, R. B. dos. Relazioni internazionali e ambiente: contrasti e negoziati tra crescita economia e sviluppo sostenibile. In: VECCHIO, A. Del.; JÚNIOR, A. Dal Ri. **Il Diritto Internazionale dell'ambiente dopo Il vértice di johannensburg.** Napoli: Editoriale Scientifica, 2005.

DISCIPLINA: <b>Ética e Política</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b>          Conceito e significação da ética. História das idéias sobre ética e justiça. Ética e política. Ética de convicção e ética da responsabilidade. Moral como objeto da ética. Ética e moralidade institucional. Ética e sociedade. Ética e Constituição. Ética Profissional. Ética e carreira política. Ética, corrupção e <i>accountability</i> nos sistemas políticos em perspectiva comparada.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>          ARENDT, H. <b>A condição humana</b>. São Paulo, Forense Universitária, 1993.</p> <p>ARISTÓTELES. <b>Ética a Nicômano</b>. São Paulo: Nova Cultural, 1987.</p> <p>AZEVEDO, L; REIS, A. <b>Roteiro da Impunidade</b>. Uma Radiografia dos Sistemas de Corrupção, s/l [São Paulo], Scritta Editorial, 1994.</p> <p>BEZERRA, M. O. <b>Corrupção</b>. Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil, Rio de Janeiro: Relume Dumará 1995.</p> <p>MAQUIAVEL, N. <b>O príncipe</b>. São Paulo: Nova Cultural, 1987.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>          BOBBIO, N. <b>A Era dos Direitos</b>. São Paulo: Campus, 1992.</p> <p>OLIVEIRA, M. A. <b>Ética e Sociabilidade (Aristóteles, Hobbes, Locke, Kant, Hegel e Marx)</b>. São Paulo: Edições Loyola, 1993.</p> <p>PLATÃO. <b>A República</b>. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.</p> <p>ROSSEAU, J. J. <b>Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens</b>. São Paulo: Ática, 1989.</p> <p>WEBER, M. <b>Ciência e Política</b>: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1972.</p>		

### 8.3 Disciplinas Optativas

DISCIPLINA: <b>Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Noções básicas de LIBRAS visando estabelecer um processo de comunicação funcional entre ouvintes e surdos. Noções lingüísticas de libras. Sistema de transcrição. Tipos de frases em libras. Técnicas de tradução da libras/português. Técnicas de tradução de português/libras.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BRITO, L. F. <b>Por uma gramática de línguas de sinais.</b> Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.  COUTINHO, D. <b>LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças.</b> João Pessoa: Arpoador, 2000  FELIPE, T. A. <b>Obra: Libras em contexto.</b> Brasília: MEC/SEESP, 2007.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  LABORIT, E. <b>O Vôo da Gaiivota.</b> Paris: Copyright, 1994.  PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. <b>Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.</b> Brasília: MEC, 2005.  QUADROS, R. M. <b>Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos</b> Porto Alegre: Artmed, 2004  SACKS, O. <b>Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 1998  SKLIAR, C. <b>A Surdez: um olhar sobre as diferenças.</b> Porto Alegre: Mediação, 1998.</p>		

<b>DISCIPLINA: Psicologia Política</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Objeto de estudo e métodos da Psicologia Política. Psicologia Social e Ciência Política. Socialização política. Comportamento Eleitoral: modelos sociológicos, psicológicos e psicossociológicos. Atitudes políticas e poder político. Ação individual e ação coletiva. Teorias sobre ações coletivas e movimentos sociais na perspectiva da Psicologia Política. Psicossociologia do controle social.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> AZEVEDO, M.A.; Menin, M. S. D. <b>Psicologia e Política:</b> reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>BOTTOMORE, T. <b>Sociologia Política.</b> Rio de Janeiro: Zahar, 1981.</p> <p>CAMINO, L., SANDOVAL, S.; LLUHLIER, L. (Orgs.). <b>Estudos Sobre Comportamento Político.</b> Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.</p> <p>D'ADAMO, O., et alii. <b>Psicologia Social-Política.</b> Buenos Aires: Paidós, 1998.</p> <p>SABUCEDO, J. M.C. <b>Psicologia Política.</b> Madri: Síntesis, 1996</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> ADORNO, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D.J., Sanford, R. N. <b>The Authoritarian Personality.</b> Norton: NY, 1950.</p> <p>BERNARDIN, P. <b>Maquiavel Pedagogo ou o Ministério da Reforma Psicológica.</b> São Paulo: Ecclesiae, 2013.</p> <p>CANETTI, E. <b>Massa e poder.</b> São Paulo: Cia das Letras, 1995.</p> <p>ELSTER, J. <b>Political Psychology.</b> Cambridge: Cambridge University Press, 1993.</p> <p>LOBACZEWSKI, A. <b>Ponerologia: Psicopatas no Poder.</b> São Paulo: Vide Editorial, 2014.</p> <p>SARTORI, G. <b>A Política.</b> Brasília: UnB, 1997.</p> <p>SILVA, A. S. da. <b>Consciência e Participação Política:</b> uma abordagem psicopolítica. Interações. São Paulo: UNIMARCO, 2001.</p> <p>SLOTERDIJK, P. <b>Ira e Tempo. Ensaio Político Psicológico.</b> São Paulo: Estação Liberdade, 2012.</p>		

<b>DISCIPLINA: Federalismo e representação política</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Teoria Política II (Clássica)
<p><b>Ementa:</b> O Significado e a Características do Federalismo na História Política do Brasil. A Conformação do Federalismo Político Brasileiro após a Constituinte de 1988. A Lógica da Representação Política dos Estados Brasileiros no Legislativo Federal (Câmara Federal e Senado Federal). Os Impactos da Sobre-Representação e Sub-Representação dos Estados na Produção de Políticas Públicas. O Federalismo, O Desenho Institucional e as Instituições Federativas no Brasil.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ABRUCIO, F. L. <b>Os Barões da Federação:</b> os governadores redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/USP, 1998.</p> <p>_____; SAMUELS, D. A “nova” política dos governadores. Política Subnacional e Transição Democrática no Brasil. <b>Lua Nova</b>, n. 40-41. São Paulo: Cedec, 1997.</p> <p>ALENCAR, J. de. <b>O sistema representativo.</b> Rio de Janeiro: Garnier Editores, 1868.</p> <p>ARRETCHE, M. Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana. <b>São Paulo em Perspectiva</b>, vol.15 (47). São Paulo: Fundação Seade, 2007. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10369.pdf">http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10369.pdf</a>.</p> <p>AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. (Orgs.). <b>Reforma política no Brasil.</b> Belo Horizonte: UFMG, 2006.</p> <p>CHEIBUB, J. A.; FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Quem Manda em Quem na Esfera Federal? <b>Inteligência</b>, Ano V, n. 21, 2003.</p> <p>FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. <b>Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional.</b> 2a. edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.</p> <p>KINZO, M. D. G. <b>Representação política:</b> perspectiva teórica e um exame da experiência brasileira. Dissertação de Mestrado. USP: São Paulo, 1978.</p> <p>LAMOUNIER, B. A representação proporcional no Brasil: mapeamento de um debate. <b>Revista de Cultura e Política.</b> CEDEC: São Paulo. n. 7, 1980.</p> <p>MENDES SANTOS, F. G. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. <b>Dados</b>, vol. 40 (3). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.</p>		

\_\_\_\_\_. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. **Dados**, vol. 42 (1). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

MILL, J. S. **Considerações sobre o Governo Representativo**. Brasília: UnB, 1981.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. As distorções na representação dos estados na Câmara dos Deputados brasileira. **Dados**, vol. 40 (3). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997b.

RANULFO, C. **Retirando as cadeiras do lugar** – migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

REIS, F. W. Governabilidade Instituições Política. **Novos Estudos** Cebrap, n. 41. (março). São Paulo: Cebrap, 1995.

SOARES, M. M. **Democracia, Representação Política e Federalismo no Brasil**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

#### **Bibliografia complementar:**

ANDERSON, G. **Federalismo. Uma introdução**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARVALHO, J. M. República, democracia e federalismo no Brasil, 1870-1891. **Varia Hist.** Belo Horizonte, v. 27, nº, 45, p. 141-157, Jan-Jun, 2011.

ELO, C. R. Partidos e Migração Partidária na Câmara dos Deputados. **Dados**, vol. 43 (2). Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

NEIVA, P. R.; SOARES, M. M. Senado brasileiro: casa federativa ou partidária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, nº 81, p. 97-115, fevereiro, 2013.

SOARES, M. M. **Teoria do Sistema Federal**: Heterogeneidades Territoriais. Democracia e Instituições Políticas. Dissertação de Mestrado. UFMG, 1997.

<b>DISCIPLINA: Política e desenvolvimento econômico</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Introdução à Economia
<p><b>Ementa:</b>  Conceituação e terminologia. O campo da economia do desenvolvimento. Teorias do desenvolvimento: Lewis, Rostow, Rosenstein-Rodan, Hirschman. O pensamento da CEPAL. O debate pós-cepalino: a teoria da dependência. A abordagem endogenista. Estado e desenvolvimento. Internacionalização do capital e desenvolvimento. Globalização. Interdependência.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  CARDOSO, F. H; FALETTO, E. <b>Dependência e desenvolvimento na América Latina</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.</p> <p>FRANK, A. G. <b>América Latina: subdesarrollo o revolución</b>. México: Era, 1980.</p> <p>FURTADO, C. <b>O mito do desenvolvimento econômico</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>HIRSCHMAN, A. O. <b>Estratégia do desenvolvimento econômico</b>. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.</p> <p>LEWIS, W.A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. <b>A economia do subdesenvolvimento</b>. Rio de Janeiro: Forense, 1969.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>BIELSCHOWSKY. R. <b>Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo</b>. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.</p> <p>HIRSCHMAN, A.O. Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento. In: HIRSCHMAN, A.O. <b>A economia como ciência moral e política</b>. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>MANTEGA, G. <b>A economia política brasileira</b>. São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.</p> <p>RODRÍGUEZ, O. <b>Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL</b>. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.</p> <p>ROSTOW, W.W. <b>Etapas do desenvolvimento econômico</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p>		

DISCIPLINA: <b>Estudos legislativos</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Instituições Políticas Brasileiras
<p><b>Ementa:</b> Teorias sobre as instituições legislativas. O Congresso Nacional na nova ordem constitucional. Processo decisório interno. Relação Executivo/Legislativo. Comportamento dos parlamentares e partidos políticos na arena legislativa: disciplina, migração e produção legislativa. Representação, conexão eleitoral e carreira parlamentar. Legislativos subnacionais.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. <b>Dados</b>, v. 31, n. 1, 1998, p. 5-33.</p> <p>AMES, B. <b>Os Entraves da Democracia no Brasil</b>. Rio de Janeiro: FGV, 2003.</p> <p>AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. A Produção Legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). <b>A Democracia e os Três Poderes no Brasil</b>. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 91-139.</p> <p>CAREY, J. M.; REINHARDT, G. Y. Impacto das instituições estaduais na unidade das coalizões parlamentares no Brasil. <b>Dados</b> - Revista de Ciências Sociais, 46, 4. 2003, p. 773-804.</p> <p>FIGUEIREDO, A; LIMONGI, F. <b>Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional</b>. Rio de Janeiro: FGV, 2001a.</p> <p>FIGUEIREDO, A; LIMONGI, F. <b>Política orçamentária no presidencialismo de coalizão</b>. Rio de Janeiro: FGV, 2008.</p> <p>KREHBIEL, K. <b>Information and legislative organization</b>. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1992.</p> <p>LEMOS, L. B. (Org.) <b>O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte</b>. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008.</p> <p>LEMOS, L. B. O Congresso Brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. <b>Dados</b> - Revista de Ciências Sociais, 44, 3, 2001, p. 561-630.</p> <p>LIMONGI, F. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. <b>BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais</b>, 37, 1994, p. 3-38.</p> <p>NICOLAU, J. M. As Distorções na Representação dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira. <b>Dados</b>, v. 40, n.3, 1997, p. 441-464.</p>		

PACHECO, L. B; MENDES, P. R. **Questões sobre o Processo Legislativo e Regimento Interno**. Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 1998.

PEREIRA, C; MUELLER, B. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 15, 43, 2000, p. 45-67.

RICCI, P. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 46, 4, 2003, p. 699-734.

SANTOS, F. Microfundamentos do clientelismo político no Brasil: 1959-1994. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 38, 3, 1995, p. 111-138.

SANTOS, F. (Org.). **O poder legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

**Bibliografia complementar:**

COX, G.; McCUBBINS, M. **Legislative Leviathan: Party Government in the House**. New York: Cambridge University Press, 1993.

RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Fevereiro, v. 17, no. 48, 2002, 2002, p. 31-47.

SHEPSLE, K. A; WEINGAST, B. R. Positive Theories of Congressional Institutions. **Legislative Studies Quarterly**, 19, 1994, p. 313-345.

SANTOS, F. **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: IUPERJ/UFMG, 2004.

SANTOS, F.; RENNÓ, L. The Selection of Committee Leadership in the Brazilian Chamber of Deputies. **The Journal of Legislative Studies**, 10, 1, 2004, p. 50 -70.

DISCIPLINA: <b>Política latino-americana</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Transição e consolidação democrática nos países latino-americanos. Questões políticas na América Latina: relações executivo/legislativo e governabilidade; sistemas partidários, eleições e representação política.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ABRÚCIO, F. L. <b>Os barões da federação</b>. São Paulo: Hucitec, 1997.</p> <p>ANASTASIA, F; MELO, C. R. <b>Governabilidade e representação política na América do Sul</b>. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.</p> <p>BIELSCHOWSKY, R. <b>Cinquenta anos de pensamento da CEPAL</b>. Rio de Janeiro: Record, 2000. vol. I.</p> <p>_____. <b>Cinquenta anos de pensamento da CEPAL</b>. Rio de Janeiro: Record, 2000. vol. II.</p> <p>TAVARES, J. A. G. <b>Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul</b>. Rio de Janeiro: FGV, 1998.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> ALCÁNTARA, M.; FREIDENBERG, F. (Coord.). <b>Partidos en América Latina</b>. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica-IFE, 2003.</p> <p>GARAVITO, C. A. R., BARRETT, P. S., CHAVEZ, D. (eds.). <b>La nueva izquierda en América Latina. Sus orígenes y trayectoria futura</b>. Bogotá: Norma, 2005.</p> <p>MAINWARING, S.; SHUGART, M. S. (Eds.). <b>Presidentialism and Democracy in Latin America</b>. New York: Cambridge University Press, 1997.</p> <p>O'DONNELL, G. Accountability Horizontal. In: Agora. <b>Cuadernos de Estudios Políticos</b>, Nro. 8, Buenos Aires, 1998.</p> <p>VALENZUELA, S. Democratic Consolidation in Post-Transitional Settings: Notion, Process, and Facilitating Conditions. In: SCOTT M.; O'DONNELL, G.; VALENZUELA, S. (Eds.) <b>Issues in Democratic Consolidation</b> (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992), págs. 57-73.</p>		

DISCIPLINA: <b>Regimes e organizações internacionais</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b>  História das organizações internacionais. Sistemas de organizações pré-Grande Guerra, do período da Liga das Nações e pós-Segunda Guerra. As principais organizações contemporâneas sob a perspectiva das diferentes vertentes teóricas, sua estrutura, fundamentação e funcionamento. Os diferentes tipos de regimes sob distintas perspectivas teóricas e suas principais tendências contemporâneas.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  COX, Robert W.; SINCLAIR. <b>Approaches to world order</b>. New York: Cambridge University Press, 2001.</p> <p>CRUZ, S. C. V. e. Um outro olhar: sobre a análise gramsciana das organizações internacionais. <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>, v.15, n. 42, p. 39-53, fev. 2000.</p> <p>KEOHANE, R. O. <b>After hegemony: Cooperation and discord in the World Political Economy</b>, Princeton: Princeton University Press, 1984.</p> <p>KRASNER, S. (Ed.). <b>International Regimes</b>. New York: Cornell University Press.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  HAGGARD, S.; SIMMONS, B. A. Theories of International Regimes In: <b>International Organization</b>, v. 41, n.o 3, Summer, 1987, p. 491-517.</p> <p>HASENCLEVER, A.; MAYER, P.; RITTBERGER, V. <b>Theories of international Regimes</b>, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.</p> <p>MURPHY, C. N. <b>International organization and industrial change</b>. Global governance since 1850. Cambridge: Polity Press, 1994.</p> <p>NYE, J. <b>Compreender os conflitos internacionais</b>. Lisboa: Gradiva, 2002.</p> <p>NYE, J.; KEOHANE, R. <b>Power and Interdependence</b>. New York: Harper Collins, 1989.</p>		

DISCIPLINA: <b>Relações internacionais e política social</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Fundamentos teóricos de políticas públicas e sociais. Consolidação e mudanças atuais das políticas sociais. Demandas e incorporação de políticas sociais na agenda internacional. Papel dos atores internacionais na formulação de políticas sociais. A questão social em um contexto de globalização.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ARRIGHI, G. <b>A ilusão do desenvolvimento</b>. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>CAHAMAN, W. J.; SCMITT, C. <b>O conceito de política social</b>. JSP, v.8, nº. 1, jan.1979.</p> <p>CASTEL, R. <b>As metamorfoses da questão social</b>: uma crônica dos salários. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>COHEN, D. <b>Riqueza do mundo, pobreza das nações</b>. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.</p> <p>COCCO, G. <b>Trabalho e cidadania</b>: proteção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>BELFIORE-WANDERLEY, M et all (Org.). <b>Desigualdade e a questão social</b>. São Paulo: Educ, 1997.</p> <p>COIMBRA, M. A., Abordagens teóricas ao Estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, S. et al. <b>Política social e combate à pobreza</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.</p> <p>CHOSSUDOVSKY, M. <b>A globalização da pobreza</b>: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.</p> <p>CRUZ, S. C. V. <b>Globalização democrática e ordem internacional</b>: ensaios de teoria e história. São Paulo: Unesp, 2004.</p> <p>DRAIBE, S. O Welfare state no Brasil: características e perspectivas. In: <b>Ciências Sociais Hoje</b>. São Paulo: Vértice-Anpocs, 1989.</p> <p>DRAIBE, S. <b>América Latina</b>: o sistema de proteção social na década de crise e das reformas. São Paulo: NEPP/UNICAMP/CEPAL, 1995.</p> <p>DUPAS, G. <b>Economia global e exclusão social</b>: pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</p>		

ESPING-ANDERSEN, G. As Três economias-políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n.24, set. 1991 (os. 97-111).

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova**, nº 35, 1995.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAURIEL, A. P. O. O imperativo político de combate à pobreza nos anos 90. **Cadernos CES**, nº 13, Niterói, 2000.

MAURIEL, A. P. O. Combate à pobreza na América Latina: impasses teóricos e ideológicos na construção da política social contemporânea. **Ser Social**, V. 1, n. 1, Brasília, Departamento de Serviço Social-Unb, 1998.

OLIVEIRA, M. A. de. **Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia-Unicamp, 1998.

PAUGAM, S. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PEREIRA, P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

#### **Bibliografia complementar:**

RIMINGLER, G. Desenvolvimento econômico, mudança social e seguridade social. In: **Welfare policy and industrialization in europe, América and Russia**. New York/ London: John Wiley, 1971(tradução livre).

ROSANVALLON, P. **Referências históricas**: em a crise do Estado providência. Goiânia: UNB/UFG, 1997.

SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SILVA, K. de S. **Globalização e exclusão social**. Curitiba: Juruá, 2000.

SOARES, L. T. R. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000. (Série Questões da Nossa Época).

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUSA, M. de. **A agenda social das relações internacionais**. Belo Horizonte: PUC- Minas, 2005.

STEIN, R. H. Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais. **Ser Social**, V. 1, n. 1, Brasília, Departamento de Serviço Social-Unb, 1998.

WERNECK-VIANNA, M. L. **A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

WILHELM, H. **Política social internacional**: conseqüências sociais da globalização. São Paulo: Konrad Adenauer, 2005.

<b>DISCIPLINA: Geografia internacional e geopolítica</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b>            Concepções geopolíticas clássicas. Poder terrestre, aéreo e naval. Geografia do Brasil. Geopolítica do Brasil. Crítica das concepções geopolíticas e de poder clássicas. O condicionamento geográfico como um dos determinantes das relações internacionais contemporâneas.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>            BRZEZINSKI, Z. <b>The Grand Chessboard – American Primacy and its Geostrategic Imperatives.</b> New York: BasicBooks, 1997.</p> CELERIER, P. <b>Geopolítica y geoestratégia.</b> Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1979.           CERVO, A. L.; BUENO, C. <b>História da política exterior do Brasil.</b> São Paulo: Ática, 1992.           CHALIAND, G.; RAGEAU, J-P. <b>Atlas Stratégique: Géopolitique des rapports de forces dans le monde – L’après-Guerre froide.</b> Paris: Editions Complexe, 1994.           CLAUSEWITZ, C. v. <b>On War.</b> Princeton: Princeton University Press, 1984.           COSTA, W. M. da: <b>Geografia Política e Geopolítica.</b> São Paulo: EDUSP, HUCITEC, 1992.           COUTO E SILVA, G. <b>Geopolítica e poder.</b> Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.           DOUHET, G. <b>O Domínio do Ar.</b> Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.           FERREIRA, O. <b>A crise da política externa – autonomia ou subordinação,</b> Rio de Janeiro: Revan, 2001.           _____ . <b>Forças Armadas, para quê?</b> São Paulo: GRD, 1988.           MACKINDER, H. J. <b>Democratic ideals and reality.</b> New York: Henry Molt and Company, 1942.           MAHAN, A. T. <b>The influence of sea power upon history, 1660-1783.</b> London: Methuen, 1965.           MEARSHEIMER, J. J. <b>The tragedy of great power politics.</b> New York, W. W. Norton & Company, 2001.           MELLO, L. I. de A. <b>A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata.</b> Manaus: da Universidade do Amazonas, 1997.		

\_\_\_\_\_. **Argentina e Brasil: a balança de poder no cone Sul.** São Paulo: Annablume, 1996.

\_\_\_\_\_. **Quem tem Medo da Geopolítica?** São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil.** Campinas: Papirus, 1995.

**Bibliografia complementar:**

PASSOS, R. D. F. dos. Um esboço crítico às concepções geopolíticas clássicas. In: MIALHE, J. (Org.). **Direito das Relações Internacionais: ensaios históricos e jurídicos.** Campinas, Millenium, 2007, p. 361-383.

PROENÇA JR., D; DINIZ, E.; RAZA, S. G. **Guia de Estudos de Estratégia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

RATTENBACH, A. (Org.). **Antologia Geopolítica.** Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1985.

SPYKMAN, N. J. **Estados Unidos frente al mundo.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1941.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil.** São Paulo: Companhia Nacional,, 1935.

VESENTINI, J. W. **Novas Geopolíticas.** São Paulo: Contexto, 2000.

VIZENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: da Universidade/UFGRS, 1998.

DISCIPLINA: <b>Processo legislativo</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b>  História e Funções do Poder Legislativo. Legislativo Brasileiro. Funcionamento do processo legislativo: formulação do projeto de lei, votação, emendas etc. Partidos e bancadas parlamentares. Legislativo e sociedade civil. Grupos de pressão de <i>lobby</i>. Legislativo brasileiro na nova ordem constitucional.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  BRASIL. <b>Constituição Federal</b>. São Paulo: RT, 2000.</p> <p>COX, G.W. <b>The Efficient Secret</b>. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.</p> <p>DINIZ, S. Processo Legislativo e Sistema de Comissões. <b>Revista do Legislativo</b>, nº 26, 1999, p. 60-78.</p> <p>FERREIRA FILHO, M.G. <b>Do processo legislativo</b>. São Paulo: Saraiva, 1995.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>AMORIM NETO, Octavio and TAFNER, Paulo. Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias. <b>Dados</b> [online]. 2002, vol.45, n.1, pp. 5-38.</p> <p>ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. <b>Dados</b>, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988, p. 5-33.</p> <p>AMORIM NETO, Octavio, O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). <b>Sistema político brasileiro: uma introdução</b>. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2007.</p> <p>AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. <b>Dados</b> – Revista de Ciências Sociais, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.</p> <p>FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. <b>Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional</b>. Rio de Janeiro: FGV, 1999.</p>		

<b>DISCIPLINA: Sociologia brasileira</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Origens e desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Estudos sobre classe, raça e desenvolvimento sócio-político no Brasil. Autores clássicos da Sociologia brasileira: Alberto Torres, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Sociologia brasileira contemporânea.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. <b>Dependência e desenvolvimento na América Latina</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.</p> <p>FERNANDES, F. <b>A Revolução Burguesa no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.</p> <p>FERNANDES, F. <b>A Sociologia no Brasil</b>. Contribuição Para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.</p> <p>FERNANDES, F. <b>Democracia e Desenvolvimento</b> - A Transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista na Era Atual. São Paulo: Hucitec, 1994.</p> <p>FREYRE, G. <b>Casa Grande &amp; Senzala</b>: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schimidt, 1933</p> <p>HOLANDA, S. B. de: <b>Raízes do Brasil</b>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.</p> <p>NOGUEIRA, O. <b>Preconceito de Marca</b>. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.</p> <p>OLIVEIRA VIANNA, F. J. de: <b>Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras</b>. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.</p> <p>RAMOS, A. G. <b>O processo da sociologia no Brasil</b>: esquema de uma história das idéias. Rio de Janeiro: 1953.</p> <p>PRADO JUNIOR, Caio: <b>Formação do Brasil contemporâneo</b>. Colônia, São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000.</p> <p>_____. <b>Evolução política do Brasil</b>: colônia e império. São Paulo, Brasiliense, 2007.</p>		

**Bibliografia complementar:**

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e Negro em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 1. São Paulo: Sumaré/Idesp/Fapesp, 1995.

MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 2. São Paulo: Sumaré/Idesp/Fapesp, 1995.

REIS, E.; REIS, Fábio W.; VELHO, G. As Ciências Sociais nos últimos vinte anos: três perspectivas. **RBCS**, v. 12, n. 35, 1997, pp. 7-38.

SORÁ, Gustavo. A Construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13. n. 36, fev. 1998.

<b>DISCIPLINA: História das ideias políticas e sociais</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Pensamento filosófico e político na Antiguidade Clássica e suas influências para o pensamento moderno. Pensamento político e social do século XVII ao XX. Formação do Estado Moderno e processo de secularização. Pensadores políticos e suas propostas. Concepções de Estado, Poder e Sociedade. Liberalismo e Socialismo. Pensamento neo-liberal.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ANDERSON, P. <b>Linhagens do Estado Absolutista</b>. Porto: Afrontamento, 1984.  ANDERSON, P. <b>Passagens da antiguidade ao feudalismo</b>. São Paulo: Brasiliense, 1974.  AYMARD, A.; AUBOYER, J. <b>História Geral das Civilizações</b>. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977. (Vol 1 e Vol 2).  FUNARI, P. P. <b>Grécia e Roma</b>. São Paulo: Contexto, 2001.  _____. <b>Roma: vida pública e vida privada</b>. São Paulo: Atual, 1998.  JONES, E. L. <b>O Milagre Europeu</b>. Lisboa: Gradiva, 1987.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>  MAQUIAVEL, N. <b>O Príncipe</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2001.  STRAUSS, L.; CROPSEY, J. <b>História da Filosofia Política</b>. São Paulo: Forense Universitária, 2013.  STRAUSS, L. <b>La Filosofía Política de Hobbes. Su Fundamento y su génesis</b>. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.  VOEGELIN, E. <b>História das Ideias Políticas. Vol 1</b>. São Paulo: É Realizações, 2013.  VOEGELIN, E. <b>História das Ideias Políticas. Renascença e Reforma. Vol 4</b>. São Paulo: É Realizações, 2014.</p>		

<b>DISCIPLINA: Introdução ao estudo do Direito</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Introdução ao Estudo do Direito. Concepções do Direito. Direito, Lei e Justiça. Norma Jurídica. Ordenamento Jurídico. Fontes do Direito. Interpretação Jurídica e Linguagem Normativa. Aplicação do Direito. Conceitos Jurídicos Fundamentais. Direito e Moral.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> FERRAZ JR., T. S. <b>Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação.</b> São Paulo, Atlas, 1994.</p> <p>_____. <b>Teoria Geral do Direito e do Estado.</b> São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>NADER, P. <b>Introdução ao Estudo do Direito.</b> Rio de Janeiro: Forense, 2001.</p> <p>REALE, M. <b>Lições Preliminares de Direito.</b> São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> CARVALHO, O. <b>Introdução ao Estudo do direito.</b> Belo Horizonte: Del Rey, 1997.</p> <p>CRETELLA Jr., J. <b>Primeiras lições de Direito.</b> Rio de Janeiro: Forense, 2000.</p> <p>CRISPIM, L. A. <b>Estudos preliminares de Direito.</b> São Paulo: Saraiva, 1997.</p> <p>FERRAZ Jr, T. S. <b>Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, decisão, dominação.</b> 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>KELSEN, H. <b>Teoria Pura do Direito.</b> São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>MONTORO, A. F. <b>Introdução à Ciência do Direito.</b> São Paulo: RT, 2000.</p>		

<b>DISCIPLINA: Democracia e competição política</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Teoria Democrática, Representação Política e Responsividade. Partidos e disputa política. Competição política e eleitoral. Índices de competitividade eleitoral. Disputa e eleições em regimes democráticos.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> CHARLOT, J. <b>Os Partidos Políticos</b>. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.</p> <p>DAHL, R. <b>Poliarquia</b>: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.</p> <p>DOWNS, A. <b>Uma Teoria Econômica da Democracia</b>. São Paulo: Edusp, 1999.</p> <p>DUVERGER, M. <b>Os Partidos Políticos</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.</p> <p>PANEBIANCO, A. <b>Modelos de Partido</b>: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> DIAMOND, L; GUNTHER, R. (eds.). <b>Political Parties and Democracy</b>. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 2001.</p> <p>GUNTHER, R; MONTERO, J.; LINZ, J. <b>Political Parties</b>: old concepts and new challenges. Oxford: Oxford University Press, 2002.</p> <p>PRZERWORSKI, A. <b>Capitalismo e Social-Democracia</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p> <p>SARTORI, G. <b>Partidos e Sistemas Partidários</b>. Rio de Janeiro/Brasília: Universidade de Brasília, 1982.</p> <p>SCHUMPETER, J. <b>Capitalismo, Socialismo e Democracia</b>. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.</p>		

<b>DISCIPLINA: Planejamento de campanha eleitoral</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Planejamento e organização de campanhas eleitorais. Planejamento de estratégias eleitorais a partir de resultados de pesquisas eleitorais e de opinião. Ética e legislação eleitoral. Planejamento estratégico institucional. Gestão da imagem. Relação entre marketing institucional e marketing político. Marketing político de imagem e de ideias. Ferramentas e tecnologias de planejamento eleitoral. Apresentação e discussão de <i>cases</i>.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> AAKER, D. A; KUMAR, V; DAY, G. S. <b>Pesquisa de marketing</b>. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>FIGUEIREDO, R. (Org.). <b>Marketing Político e persuasão eleitoral</b>. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.</p> <p>KUNTZ, R. A. <b>Marketing Político</b>. Manual de Campanha Eleitoral. São Paulo: Global, 2004.</p> <p>LAVAREDA, A.. <b>Emoções ocultas e estratégias eleitorais</b>. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.</p> <p>LIMA, M. O. C. de. <b>Marketing eleitoral: para não desperdiçar recursos</b>. São Paulo: Ícone, 1988.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> BARRETTO, L. <b>Propaganda política e direito processual eleitoral</b>. São Paulo: EDIPRO, 2004.</p> <p>BARRETO, R. M. <b>Criatividade em Propaganda</b>. São Paulo: Summus, 1982.</p> <p>CARVALHO, N. de. <b>Publicidade: a linguagem da sedução</b>. São Paulo: Ática, 2000.</p> <p>FIGUEIREDO, N. L. <b>Direto ao poder: estratégias de marketing político</b>. Campinas: Cartgraf, 1985.</p> <p>FIGUEIREDO, R. <b>Marketing político e persuasão eleitoral</b>. Rio de Janeiro: Conrad Adenauer, 2000.</p> <p>FIGUEIREDO, R. <b>O que é Marketing Político</b>. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>GARCIA, N. Jahr. In: DOMENACH, Jean-Marie. <b>A propaganda política</b>. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.</p> <p>MAQUIAVEL, N. <b>O Príncipe</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p>		

MANHANELLI, C. A. **Estratégias eleitorais: marketing político**. São Paulo: Summus, 1988.

MORAES, D. de. **A batalha da mídia**. Rio de Janeiro: Pães e Rosas, 2009.

<b>DISCIPLINA: <i>Corrupção e accountability</i> em sistemas políticos modernos</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Retrospectiva histórica dos sistemas políticos. Corrupção, nepotismo, fisiologismo, crime organizado, favorecimento e “mordomias”. Lesão ao patrimônio público, perda de credibilidade do sistema político-administrativo. Transgressão a regras legais ou ao consenso moral. Instituições, mecanismos e tipos de controle (Secretaria Federal de Controle, o controle externo por instituições como o Legislativo e os Tribunais de Contas e o controle societal partindo dos cidadãos, de movimentos e organizações sociais e a imprensa). Problemas de “accountability”.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> AZEVEDO, L; REIS, A. <b>Roteiro da Impunidade</b>. Uma Radiografia dos Sistemas de Corrupção, s/l [São Paulo], Scritta Editorial, 1994.</p> <p>AMARAL FILHO, M. J. T.: <b>O Ombudsman e o Controle da Administração</b>, São Paulo, Edusp, 1996.</p> <p>BARBOSA, L. <b>O jeitinho brasileiro</b>. A arte de ser mais igual que os outros, Rio de Janeiro, Campus, 1992.</p> <p>BEZERRA, M. O. <b>Corrupção</b>. Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil, Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará 1995.</p> <p>CAMPOS, A. M.. <b>Accountability</b>: Quando poderemos traduzi-la para o português?, in: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 24 (2): 30-50, 1990.</p> <p>CITADINI, A. R.. <b>O controle externo da administração pública</b>, São Paulo, Ed. Max Limonad 1995.</p> <p>COSTA, C. T. <b>O relógio de Pascal</b>: a experiência do primeiro Ombudsman na imprensa brasileira, São Paulo, Siciliano, 1991.</p> <p>FAGUNDES, M. S. Instrumentos institucionais de combate à corrupção, in: <b>X Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (Recife 1984)</b>, Tese nº 14, S. 397-407, 1984 (também em: Revista de Direito Público, nº 71, s/a ???, p. 60-65).</p> <p>FEDER, J. <b>Estado e a sobrevida da corrupção</b>. Curitiba: Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 1994.</p> <p>LEITE, C. B. <b>Ombudsman</b>. Corregedor Administrativo. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.</p> <p>LOPES, A. C. <b>Ensaio sobre o Tribunal de Contas</b>. São Paulo: s/e, 1947.</p>		

MARTINS, C. E. Governabilidade e Controles, in: **RAP**, FGV, vol. 23, nº 1, 1989, p. 5-20.

MEDAUR, O. Controle da administração pública pelo Tribunal de Contas, in: **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, nº 108, a 27, 1990, p. 101-126.

O'DONNELL, G. Accountability Horizontal e Novas Poliarquias, **Lua Nova**, São Paulo, nº 44, 1998, p. 27-54.

OLIVEIRA, M. M. **Comissões parlamentares de inquerito no Senado Federal**. Sua história e desempenho no período de 1946 a 1989, Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1990.

OLIVEIRA, T. A. de. **O Controle da Eficácia da Administração Pública no Brasil**, Salvador, EGBA, 1995 [Tese Mestrado 1994].

**Bibliografia complementar:**

PEREIRA, L. C. B. **A reforma do Estado dos anos 90**: Lógica e mecanismos de controle, in: **Lua Nova**, São Paulo, nº 45, 1998, p. 49-95.

PESSANHA, C. **Relações entre os poderes Executivo e Legislativo no Brasil: 1946-1994**. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. 1997.

PIETH, M. **Collective Action: innovative strategies to prevent corruption**. Zurich: Basel. 2012.

PINTO, O. de L.: Ombudsman nas instituições bancárias do Brasil: agentes de mudanças, Dissertação Mestrado UnB, Brasília 1993 Teixeira, Carla Costa: Decoro parlamentar: a legitimidade da esfera privada no mundo público?, in: **RBCS** ano 11, nº 30, 1996, p. 110-127.

VIEIRA, C. A. Frederico Lustosa da Costa; Lázaro Oliveira Barbosa. O "jeitinho" brasileiro como um recurso de poder, in: **Revista de Administração Pública**, 16 (2), p. 5-31, 1982.

<b>DISCIPLINA: Estado e sociedade no capitalismo contemporâneo</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> O papel do Estado no contexto das transformações que vêm marcando a economia mundial no final do século XX. Os vínculos entre Estado e capitalismo, focalizando-o numa perspectiva histórico-estrutural. As limitações à autonomia do Estado estabelecidas pelo processo de acumulação e a coexistência permanente de uma economia mundialmente integrada e uma estrutura de poder descentralizada, sob a forma de um sistema de Estados, sob o capitalismo. Capitalismo e globalização, os aspectos centrais da organização da economia mundial do pós guerra e de suas transformações mais recentes, o impacto de tais mudanças no papel do Estado no mundo contemporâneo. Processos emergentes e democracia.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. <b>Sociedade e Estado em transformação</b>. São Paulo: Unesp, Brasília: ENAP, 1999.</p> <p>CRUZ E VELASCO, S. C. <b>Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia</b>. São Paulo: Unesp, 2007.</p> <p>EVANS, P. <b>Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial</b>. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.</p> <p>GARRETT, G. Mercados globales y política nacional: ¿colisión inevitable o círculo virtuoso?, <b>Desarrollo Económico</b>, v. 38, no. 152, marzo de 1999, 883-924.</p> <p>TILLY, Charles. <b>Coerção, capital e estados europeus</b>. São Paulo: Edusp, 1996</p> <p>VELASCO E CRUZ, S. Democracia e Ordem Internacional. Reflexões a Partir de Um País Grande Semiperiférico. IFCH/UNICAMP, <b>Primeira Versão</b>, n.. 103, 2002.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> TODD, E. <b>Depois do Império</b>. Rio de Janeiro: Record, 2003.</p> <p>TUSSIE, D. The Uruguay round and the Trading System in the Balance: Dilemmas for Developing Countries, In: AGOSTIN, M. R.; TUSSIE, D. (Eds.). <b>Trade and Growth</b>. New Dilemmas in Trade Policy, London: St. Martin Press, 1993, p. 69-88.</p> <p>WALLERSTEIN, I. <b>The Politics of the World-Economy</b>. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.</p>		

WALTZ, K. N. Structural Realism after the Cold War, In: IKENBERRY, G. J. (Ed.). **American Unrivaled**. The future of the balance of power. Ithaca and London: Cornell University Press, 2002.

WALTZ, K. N. The New World Order, Millennium, **Journal of International Studies**, v. 22, n. 2, 1993, p. 187-95.

WALZER, M. De l'anarchie à l'ordre mondial: set modèles pour penser les relations internationales, **Esprit**, No. 274, 2001, p. 6-14.

<b>DISCIPLINA: Direitos humanos, política e direito</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b>          Debate teórico internacional relativo aos direitos humanos. Mudanças a partir do início dos anos noventa, nos instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos e nas instituições multilaterais dedicadas à sua proteção e promoção. Debates de teoria política, relações internacionais e estudos culturais concernentes à natureza e a efetividade dos direitos humanos face à soberania estatal na ordem internacional. Temas da universalidade e relatividade dos direitos humanos e suas relações com as normatividades sociais. Políticas de implementação dos direitos humanos, promovidas por instituições multilaterais, estatais ou por organizações da sociedade civil</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>          ALVES, J. A. L. <b>Relações Internacionais e Temas Sociais</b> – A Década das Conferências. Brasília: IBRI, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.</p> <p>_____. <b>A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos</b>. São Paulo: FTD (Co. Juristas da Atualidade), 1997.</p> <p>_____. <b>Os Direitos Humanos como Tema Global</b>. São Paulo: Perspectiva, 1994.</p> <p>ARNAUD, A-J. <b>O Direito entre Modernidade e Globalização</b>, Lições de Filosofia do Direito e do Estado. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.</p> <p>KOERNER, A. Os Direitos Humanos na Política Democrática. <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>, no. 54, 2003.</p> <p>_____. Sujeito de Direito e Ordem Política no Debate sobre Direitos Humanos nos Anos Noventa, <b>Lua Nova</b>, no. 57, 2002.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>          RAWLS, J. <b>O Direito dos Povos</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1994.</p> <p>SEN, A. <b>Desenvolvimento como Liberdade</b>. São Paulo: Comp. das Letras, 2000.</p> <p>SANTOS, B. de S. Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos, <b>Lua Nova</b>, Revista de Cultura e Política, nº 39, pp. 105-124, 1997.</p> <p>SINGER, H. <b>Discursos Desconcertados</b>. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2003.</p> <p>VILLA, R. D. <b>Da Crise do Realismo à segurança Global Multidimensional</b>. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.</p>		

<b>DISCIPLINA: Constitucionalismo, democracia e Estado de direito</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Teoria política e direito. Relações entre constitucionalismo, democracia e Estado de direito. A legitimidade política. A justificação de garantias constitucionais aos direitos fundamentais face à vontade da maioria e a legitimidade do controle judicial de decisões das instituições representativas. O debate teórico sobre formatos institucionais. Estrutura e a dinâmica das instituições democráticas contemporâneas. As relações entre os poderes e o controle da constitucionalidade no Brasil pós-1988.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ARANTES, R. B. <b>Judiciário e Política no Brasil</b>. São Paulo: Sumaré/FAPESP/EDUC, 1997.</p> <p>CAPPELLETTI, M. <b>O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado</b>. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1984.</p> <p>CASTRO, M F de. O Supremo Tribunal Federal e a Judicialização da Política, <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>, v. 12, n. 34, junho/1997.</p> <p>CITTADINO, G. <b>Pluralismo, direito e justiça distributiva</b>. Elementos da filosofia constitucional contemporânea. RJ: Lumen Juris, 2000.</p> <p>DWORKIN, Ronald. <b>O Império do Direito</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1999.</p> <p>_____. <b>Uma Questão de Princípio</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> VIANNA, L. W. (org.) <b>A Democracia e os Três Poderes no Brasil</b>. Belo Horizonte: UFMG, 2002.</p> <p>_____ et alii. <b>A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil</b>. Rio Janeiro: Revan, 1999.</p> <p>VIEIRA, O. V. <b>Supremo Tribunal Federal - Jurisprudência Política</b>. São Paulo: RT, 1994.</p> <p>HABERLE, P. <b>Hermenêutica Constitucional</b>. A Sociedade Aberta dos intérpretes da Constituição: Contribuição para a interpretação pluralista e 'procedimental' da Constituição. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1997.</p> <p>TEIXEIRA, A. <b>A Judicialização da Política no Brasil (1990-1996)</b>. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1997.</p>		

<b>DISCIPLINA: Financiamento da competição política em perspectiva comparada</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b>  Financiamento de partidos e campanhas eleitorais. Relação entre financiamento político e valores como equidade, transparência e a competitividade do processo eleitoral. Os padrões e práticas de financiamento de campanhas eleitorais em vários países, bem como os respectivos sistemas normativos. O impacto das relações econômicas sobre o relacionamento entre cidadãos e candidatos.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>  ARAÚJO, C. E. P. de. Financiamento de campanhas eleitorais. <b>Revista de Informação Legislativa</b>, Brasília, v. 41, n. 161, p. 59-66, jan/mar 2004.</p> <p>CAETANO, G. et alii. <b>Dinero y Política</b>. El Financiamiento de los Partidos en la Democracia. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2002.</p> <p>CASSEB, P. A. Custeio das despesas partidárias. <b>Revista do Instituto dos Advogados</b>, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 134-145, jan./jun. 2004.</p> <p>CASTILLO, P. del; ZOVATTO, D. (Orgs.). <b>La financiación de la política en Iberoamérica</b>, Instituto Interamericano de Derechos Humanos-Centro de Asesoría y Promoción Electoral (IIDH/CAPEL), San José, 1998.</p> <p>CINTRA, M. É fácil acabar com o caixa dois de campanha, mas interessa? <b>L &amp; C: Revista de Administração Pública e Política</b>, Brasília, v.9, n.95, p.8, maio 2006.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>FERNANDEZ RUBIO, D. (Org.): <b>Financiamiento de Partidos Políticos</b>. Buenos Aires: Fundación Konrad Adenauer y Ciedla, 1997.</p> <p>GASPAR, M. O tabu das doações. <b>Exame</b>, São Paulo, v.39, n.16, p.26-28, ago. 2000.</p> <p>RIAL, J. O dinheiro e as organizações políticas: regulações e realidade na América Latina. <b>Cadernos Adenauer</b>, v. 6, n. 2, p. 95-122, 2005.</p> <p>SPECK, B. W. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? a regulação do financiamento político no Brasil. <b>Cadernos Adenauer</b>, v. 6, n. 2, p. 123-159, 2005.</p> <p>_____. A compra de votos - Uma aproximação empírica. <b>Opinião Pública</b>, Revista do CESOP, Campinas, v. 9, n. 1, p. 148-169, 2003.</p>		

<b>DISCIPLINA: Democracia e participação</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Relação entre democracia e participação. Democracia participativa e a democracia deliberativa. Democracia e Participação. Sociedade Civil, Movimentos Sociais e Espaço Público. “Os Movimentos sociais e a Construção democrática: Sociedade Civil, Espaços Públicos e Gestão Participativa”.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> AVRITZER, L; NAVARRO, Z (Orgs.). <b>A Inovação democrática no Brasil</b>. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>BAIERLE, S. A Explosão da Experiência: A emergência de um novo princípio ético político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). <b>Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas Leituras</b>. Belo Horizonte: UFMG, 2000.</p> <p>CARVALHO, M. do C. Participação social no Brasil hoje. <b>Papers Pólis</b>, 2, 1998.</p> <p>DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). <b>Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil</b>. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.</p> <p>FEDOZZI, L. <b>Orçamento Participativo</b> – Reflexões sobre a Experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Editorial Tomo, 1997.</p> <p>GENRO, T.; SOUZA, U. de. <b>Orçamento Participativo</b> – a experiência de Porto Alegre/São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). <b>Democratizar a Democracia</b> – Os caminhos da democracia participativa. Rio: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>SANTOS, B. de S. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). <b>Democratizar a Democracia</b> – Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>PATEMAN, C. <b>Participação e Teoria Democrática</b>. São Paulo: Paz e Terra, 1988.</p> <p>RIBEIRO, A. C. T.; GRAZIA, G. de. <b>Experiências de Orçamento Participativo no Brasil</b>. Petrópolis: Vozes/Fórum Nacional de Participação Popular, 2003.</p>		

TATAGIBA, L. Os Conselhos gestores e a democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<b>DISCIPLINA: Desenvolvimento econômico e questões regionais</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 60 h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p><b>Ementa:</b> Novas interpretações sobre os processos de desenvolvimento econômico. Questões regionais e territoriais no mundo contemporâneo. Políticas públicas e planejamento econômico. Pacto federativo e questões regionais no Brasil. Políticas e programas de desenvolvimento regional no Brasil.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. <b>Nosso Futuro Comum</b>. Rio de Janeiro: FGV, 1991.</p> <p>CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. <b>Agenda 21</b>. Brasília: Senado Federal, 1997.</p> <p>FERNANDEZ, O. S. L. Desenvolvimento econômico, ciência e tecnologia. In: <b>Parcerias Estratégicas</b>, Brasília, n. 20, p. 1343-1376, jun. 2005.</p> <p>FURTADO, C. <b>Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico</b>. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Os Economistas).</p> <p>FURTADO, C. <b>O longo amanhecer</b>: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.</p> <p>FURTADO, C. A constatação do GTDN e as exigências da atualidade. In: <b>Revista Econômica do Nordeste</b>, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 375-386, out. dez. 1997.</p> <p>LANDES, D. S. <b>Riqueza e Pobreza das Nações</b>. Porque algumas são tão ricas e outras são tão pobres. Rio de Janeiro: Campus, 1998.</p> <p>PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. <b>Relatório do Desenvolvimento Humano 2005</b>. Resumo. New York: PNUD, 2005. Disponível em <a href="http://www.undp.org">www.undp.org</a>. Acesso fev. 2006.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> SILVA, C. G.; MELO, L. C. P. de (Coord.). <b>Ciência, Tecnologia e Inovação</b>. Desafios para a sociedade brasileira. Livro Verde. Brasília: MCT e Academia Brasileira de Ciências, 2001.</p> <p>THOMAS, V. et al. <b>A Qualidade do Crescimento</b>. Tradução Edécio Gonçalves de Souza. São Paulo: UNESP, 2002.</p>		

UNITED NATIONS. **United Nations Millennium Declaration**. Resolution adopted by the General Assembly, sep. 2000. Disponível em [www.undp.org](http://www.undp.org). Acesso fev. 2006.

VELLOSO, J. P. dos R. (Coord.). **O Brasil e a Economia do Conhecimento**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2002.

WORLD BANK. **Knowledge for Development**. Summary. Washington, D.C.: autor, 1999 (World Development Report 1998/99). Disponível em [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). Acesso fev. 2006.

#### 8.4 Estágio Obrigatório

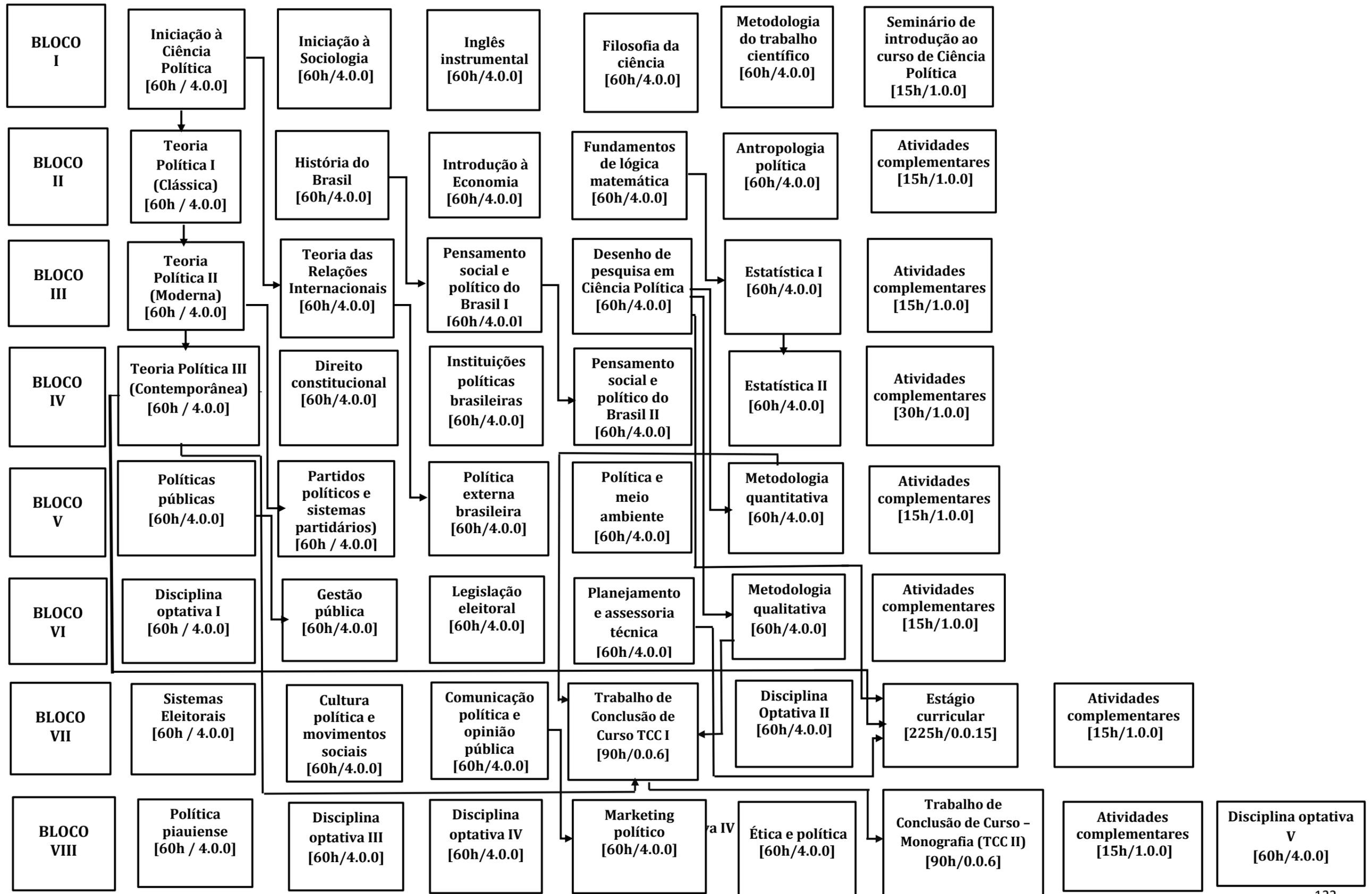
DISCIPLINA: <b>Estágio Obrigatório</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 225 h	CRÉDITOS 20.0.15	PRÉ-REQUISITOS: Teoria Política III (Contemporânea); Desenho de Pesquisa em Ciência Política; e Planejamento e Assessoria
<b>Ementa:</b> Orientação e supervisão da prática profissional. Sistematização da integração da teoria e da prática. Acompanhamento da aprendizagem visando o aprimoramento profissional. Orientação do estudante em instituições públicas e privadas visando o aprimoramento educativo-profissionalizante. Execução de projeto de intervenção e de pesquisa.		
<b>Bibliografia básica:</b> BASTOS, L. da R. et. Al. <b>Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações.</b> Rio de Janeiro: Zahar, 1981.  BIANCHI, A. C. DE M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. <b>Manual de Orientação - Estágio Supervisionado.</b> São Paulo: CENGAGE, 2009.  BURIOLLA, M. A. F. <b>Estágio Supervisionado.</b> São Paulo: Cortez, 1995.  ROESCH, S. M. A. <b>Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de casos.</b> São Paulo: Atlas, 1999.		
<b>Bibliografia complementar:</b>  LIMA, M. C.; OLIVO, S. <b>Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso.</b> São Paulo: Thomson, 2007.  MARTINS, G. A.; LINTZ, A. <b>Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.</b> 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.  PIMENTA, S. G., LIMA, M. S. L. (Orgs). <b>Estágio e Docência.</b> São Paulo: Cortez, 2004.  ROESCH, S. M.A. <b>Projetos de estágios e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de casos.</b> São Paulo: Atlas, 2000.  VERGARA, S. C. <b>Projeto e relatórios de pesquisa em administração.</b> 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.		

## 8.5 Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (TCC)

DISCIPLINA: <b>Trabalho de Conclusão do Curso I – TCC I</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 90 h	CRÉDITOS 0.0.6	PRÉ-REQUISITOS: Teoria Política III, Metodologia Qualitativa, Metodologia Quantitativa
<b>Ementa:</b> Técnicas para a elaboração de projetos de pesquisa acadêmica e projetos de intervenção. Discussão metodológica sobre desenhos de pesquisa. Tipos de pesquisa. Estrutura do trabalho científico. Questões básicas relativas ao projeto: objeto, problema, referencial teórico e metodologia. Relatório de pesquisa. Produção de artigos científicos. Produção de um Trabalho monográfico. Redação científica.		
<b>Bibliografia básica:</b>  AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). <b>Manual de publicação da APA</b> . São Paulo: Penso, 2012.  ECO, H. <b>Como se Faz uma Tese</b> . 12ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.  SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. T. <b>Métodos de pesquisa nas relações sociais</b> . 11ª reimpressão. São Paulo: EPU, 1987.		
<b>Bibliografia complementar:</b>  CRESWELL, J. W. <b>Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto</b> . São Paulo: Penso, 2010.  FLICK, U. <b>Desenho de pesquisa qualitativa</b> . São Paulo: Ed. Penso, 2009.  KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. <b>Manual de produção científica</b> . São Paulo: Penso, 2010  PRZERWORSKI, A.; SALOMON, F. The art of writing proposal: some candid suggestion for applicants to social science research council competition. <b>Social Science Research Council</b> , New York, p. 1-8, 1998.  SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho científico</b> . 18ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.		

<b>DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II – Monografia (TCC II)</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 90 h	CRÉDITOS 0.0.6	PRÉ-REQUISITOS:  TCC I
<p><b>Ementa:</b> Pesquisa científica. Interpretação dados da pesquisa empírica. Estruturação metodológica do trabalho de conclusão de curso. Socialização dos resultados.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BASTOS, L. da R. et al. <b>A arte de investigação criadora:</b> introdução a metodologia da pesquisa. Rio de Janeiro: JUENE, 1986.</p> <p>ECO, U. <b>Como se faz uma tese.</b> São Paulo: Perspectiva, 1995.</p> <p>GIL, A. C. <b>Como Elaborar Projetos de Pesquisa.</b> São Paulo: Atlas, 1991.</p> <p>SALOMON, D. V. <b>Como fazer uma monografia.</b> São Paulo: Martins Fontes, 1991.</p> <p>SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho Científico.</b> São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>BELL, J. <b>Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em Educação, Saúde e Ciências Sociais.</b> 4ª Ed. São Paulo: Penso. 2008.</p> <p>KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S..<b>Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research.</b> Princeton, Princeton University Press. 1994.</p> <p>LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. <b>Técnicas de pesquisa:</b> planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. <b>A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.</b> Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2008.</p> <p>PRZERWORSKI, A.; SALOMON, F. The art of writing proposal: some candid suggestion for applicants to social science research council competition. <b>Social Science Research Council,</b> New York, p. 1-8,1998.</p>		

## 9. FLUXOGRAMA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA



## **10. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO**

Durante todo o processo de execução do curso de Ciência Política, este será avaliado. A primeira avaliação ocorrerá durante sua implementação e a segunda avaliação após a conclusão das primeiras turmas.

A avaliação tem como pressuposto a participação efetiva de alunos, professores e da comunidade acadêmica em geral. O objetivo é repensar a metodologia e as práticas educacionais cotidianas, de forma a permitir um *feedback* entre as metas e os objetivos do curso. Dessa forma, os conteúdos das disciplinas e as práticas metodológicas utilizadas em sala de aula estarão em constante processo de avaliação, visando aperfeiçoar as práticas pedagógicas.

A Coordenação do Curso de Ciência Política, juntamente com os professores e o Colegiado do Curso, monitorarão as atividades de ensino, pesquisa, extensão, atividades complementares, Estágio Obrigatório e Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Visando atingir este fim, serão necessárias a implementação das seguintes formas de acompanhamento:

- 1) Aplicação de questionários, junto aos alunos, com o intuito de avaliar os conteúdos, métodos e práticas pedagógicas do curso;
- 2) A realização de reuniões mensais do Colegiado do Curso para discutir questões relacionadas ao andamento das atividades docentes e discentes;
- 3) Análise do desempenho dos discentes nas disciplinas a cada semestre letivo, para orientar a oferta de disciplinas aos alunos fora de bloco.

Dessa forma, a sistemática de avaliação do curso de Ciência Política abarcará duas dimensões: a do processo de ensino e de aprendizagem e a do próprio currículo.

### **10.1 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem**

O modelo de avaliação adotado pelo curso de Ciência Política da UFPI terá como metodologia a análise quantitativa, qualitativa e comparativa. A necessidade de optar por modelos plurais de avaliação advém da complexidade da

prática educacional, pois nenhuma abordagem é suficiente para aferir de modo preciso o desenvolvimento das atividades do curso.

A metodologia quantitativa, nesse sentido, permitirá mensurar percepções, opiniões, hábitos, atitudes, atividades e comportamentos de alunos e professores. O diagnóstico realizado a partir dessa abordagem permitirá o melhor direcionamento das atividades propostas, assim como, a melhoria dos serviços prestados à comunidade acadêmica. Além disso, esta metodologia possibilitará o redimensionamento das demandas e limites das práticas pedagógicas das disciplinas do curso.

A metodologia qualitativa considera os aspectos subjetivos do processo de avaliação, pois busca explicar as motivações individuais que movimentam a ação dos alunos e dos professores. Nesse sentido, as metodologias quantitativa e qualitativa devem ser consideradas conjuntamente para uma melhor avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, a metodologia comparativa será utilizada para demarcar o desenvolvimento dos alunos do curso de Ciência Política. Além disso, poder-se-á avaliar o desempenho período por período, turma por turma, verificando a adequação das abordagens utilizadas em sala e a aprendizagem do aluno. Optou-se, também, pela metodologia comparativa porque se entende que comparar significa assimilar e diferenciar limites e avanços.

A sistemática de avaliação do processo de ensino-aprendizagem tem, portanto, caráter eminentemente reflexivo. Assume, nesse caso, forma diagnóstica. Nesses termos, provas, seminários, trabalhos em grupo, projetos realizados, Estágio Obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), entre outros constituem instrumentos avaliativos importantes para a melhoria do curso de Ciência Política. Estes instrumentos servirão para a composição de indicadores tendo em vista o melhor desenvolvimento do alunado.

A avaliação servirá para a reformulação das práticas pedagógicas adotadas pelos professores, estimulando o aluno a desenvolver de forma plena suas atividades no curso. Este modelo intenta a reflexão do processo de ensinar e aprender, direcionando alunos e professores a uma ação mais consciente.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ser baseada nas competências, habilidades e conteúdos curriculares estabelecidos nesse Projeto Pedagógico, segundo as Diretrizes Curriculares do curso de Ciência Política. É importante observar-se que, além dessas diretrizes, a avaliação deverá orientar-se pela Resolução nº 177/12 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Piauí (CEPEX/UFPI), que normatiza a avaliação do rendimento escolar por período letivo, em cada disciplina, considerando, também, a assiduidade do aluno às atividades didáticas do curso.

Além do que, nas disciplinas Estágio Obrigatório e o Trabalho de Conclusão de Curso, a avaliação seguirá às normas estabelecidas pela Resolução nº 177/12 CEPEX/UFPI e pelos regulamentos definidos pelo Colegiado do Curso de Ciência Política.

## **10.2 Avaliação do Projeto Pedagógico**

O currículo do curso de Ciência Política deverá ser acompanhada e avaliada, de forma permanente, por alunos e professores. Assim, este Projeto Pedagógico poderá ser adequado visando atender as demandas da comunidade acadêmica.

Através da metodologia comparativa, analisar-se-á se as atividades estão a contento ou necessitando de ajustes e reformulações. Assim, a avaliação do Projeto Pedagógico e, conseqüentemente, do currículo proposto servirá de parâmetro para possíveis ajustes ao longo do tempo, sendo assim, ferramenta útil para o planejamento das atividades acadêmicas.

Como exposto anteriormente, a avaliação do Projeto Pedagógico ocorrerá durante todo o processo de execução do curso de Ciência Política, sendo a primeira avaliação durante sua implementação e a segunda após a conclusão das primeiras turmas. Posteriormente serão organizadas reuniões coletivas, na qual discutir-se-á a necessidade de alterações ou não do currículo do curso.

Assim, serão tomadas medidas para a avaliação do Projeto Pedagógico, como: 1) reunião periódica entre professores e alunos; 2) avaliação dos Planos de

Curso nas reuniões do Colegiado; 3) aplicação, ao final de cada período letivo, de questionários de avaliação sobre o desempenho dos professores; e 4) periodicamente, reunir os professores que orientam pesquisas e outras atividades acadêmicas.

## **11. ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

O docente e o discente do curso de Ciência Política da UFPI deverão participar dos três tipos de atividades relacionadas à Universidade: ensino, pesquisa e extensão. No caso dos alunos, é importante que, ao longo do curso, participe de atividades como as listadas abaixo:

- 1) No eixo Pesquisa, os estudantes, juntamente com os professores do curso, poderão participar e compor pesquisas de caráter técnico ou científico, tais como: projetos específicos de professores e projetos institucionais, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBIC-UFPI). Além disso, nos Núcleos de Pesquisa, vinculados ao Curso de Ciência Política da UFPI, o discente poderá aprimorar sua qualificação, através de grupos de pesquisa voltados para questões relevantes da política e sociedade;
- 2) No eixo Extensão, o aluno terá a possibilidade de participar de cursos e mini-cursos providos pelos professores da Universidade Federal do Piauí e de outras instituições de referência na área. Além disso, projetos de intervenção, vinculados aos Núcleos de Pesquisa e aos professores do curso de Ciência Política da UFPI, junto à sociedade, se consubstanciarão num espaço contínuo de exercício da atividade acadêmica, voltadas para o exercício efetivo da cidadania.

## **12. ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

O Bacharel em Ciência Política, formado pela Universidade Federal do Piauí, terá como área de atuação:

- 1) Consultoria, planejamento e assessoria técnica em órgãos governamentais (no Executivo e Legislativo), fundações, centros de pesquisa etc.;
- 2) Prestar serviços especializados para institutos privados de pesquisa de opinião pública, de consultoria e planejamento;
- 3) Participar do processo de formação de Organizações do Terceiro Setor, desde o processo de criação até a construção de projetos de intervenção social e política;
- 4) Atuar como analista político e consultor de marketing em órgãos públicos e privados;

### 13. CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

O curso de Bacharelado em Ciência Política foi fundado em 2012 a partir do desmembramento do corpo de professores de Ciência Política que estavam lotados no Departamento de Ciências Sociais. A fundação do curso fora, contudo, encaminhada anteriormente, desde a criação do programa de Mestrado em Ciência Política no ano de 2007. Atualmente, o curso conta com 8 (oito) professores efetivos na área de Ciência Política os quais compõem a base do corpo docente do curso. Dentre estes professores, 5 (cinco) têm atuação no Programa de Mestrado em Ciência Política. O curso dispõe ainda do auxílio de dois professores substitutos, dois professores doutores bolsistas externos e dois professores voluntários de outros departamentos (Ciências Sociais e Economia). Diante disso, faz-se necessário a especificação das condições de implantação do Curso.

#### 13.1 Recursos humanos e materiais do curso

Considerando a estrutura existente do curso, isto é, as salas de aula, os núcleos de pesquisa e a coordenação, dispomos do seguinte **espaço físico**:

- *Salas de aulas*

Instalações	Área (m <sup>2</sup> )	Qt <sup>a</sup> de carteiras	Qt <sup>a</sup> de quadros de acrílico
Sala 328	90 m <sup>2</sup> /sala	50 carteiras/sala	1 Quadro de acrílico/sala
Sala 315 (mestrado e graduação)	90 m <sup>2</sup> /sala	50 carteiras/sala	1 Quadro de acrílico/sala
Sala EUI 10 (provisória)	90 m <sup>2</sup> /sala	50 carteiras/sala	1 Quadro de acrílico/sala
Sala EUI 11 (provisória)	90 m <sup>2</sup> /sala	50 carteiras/sala	1 Quadro de acrílico/sala
<b>Total</b>	<b>360 m<sup>2</sup></b>	<b>200 carteiras</b>	<b>4 Quadros de acrílico</b>

- *Salas da Coordenação e Sub-coordenação do Curso*

Instalações	Área (m <sup>2</sup> )	Computadores	Cadeiras	Birô	Data-show
Sala 25 - CCHL	32 m <sup>2</sup> /sala	2 computadores	5 cadeiras	3 birôs	2 data-shows
<b>Total</b>	<b>32 m<sup>2</sup></b>	<b>2 computadores</b>	<b>5 cadeiras</b>	<b>3 birôs</b>	<b>2 data-shows</b>

- Salas dos Professores

Instalações	Área (m <sup>2</sup> )	Cadeiras	Mesa
03 salas	9 m <sup>2</sup> /sala	3 cadeiras/sala	3 mesas/sala
<b>Total</b>	<b>27 m<sup>2</sup></b>	<b>9 cadeiras</b>	<b>9 mesas</b>

- Sala do Centro Acadêmico do Curso

Instalações	Área Unitária (m <sup>2</sup> )	Cadeiras	Mesa
01 sala	9 m <sup>2</sup> /sala	3 cadeira/sala	1 mesa/sala
<b>Total</b>	<b>9 m<sup>2</sup></b>	<b>3 cadeiras</b>	<b>1 mesa</b>

- Sala dos Núcleos de Pesquisa – Prédio da pós-graduação CCHL

**Núcleo de Pesquisa sobre Desenvolvimento e Pobreza (NUDEPE)**

Coordenador: Raimundo Batista dos Santos Junior

E-mail: rjunior@ufpi.edu.br

**Núcleo de Estudos sobre Instituições e Políticas Públicas (NIPP)**

Coordenador: Monique de Menezes

E-mail: nucleonipp@googlegroups.com

**Núcleo de Estudos políticos e eleitorais (NEPE)**

Coordenador: Cleber de Deus Pereira da Silva.

E-mail: [dideus@superig.com.br](mailto:dideus@superig.com.br)

- Laboratórios e Sala de vídeo

O Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI possui uma sala de vídeo, um auditório e um laboratório de informática. Essas áreas comuns a outros cursos serão parte integrante do curso de Ciência Política.

## 14. APOIO AO DISCENTE

As políticas de apoio aos discentes da Universidade Federal do Piauí estão interligadas em um conjunto de ações assistenciais institucionalizadas na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), órgão responsável por desenvolver ações afirmativas de acesso e inclusão social visando garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes. Promove, portanto, as condições básicas à permanência dos estudantes na instituição. Desde 1992, com a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), a Coordenação de Assistência ao Estudante, criada através da Resolução 067/77, passou a ser Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM), vinculada à PRAEC, aglutinando os Programas de Assistência ao Estudante. As ações desenvolvidas e o impacto no âmbito da assistência estudantil nos *campi* que integram a UFPI deram cabo à implementação de um modelo social inclusivo, nas áreas de atenção, alimentação, moradia, saúde, psicopedagogia e psicossocial.

Assim, por meio da PRAEC é oferecido aos alunos da UFPI em geral, e aos alunos de Ciência Política em particular:

- 1) Bolsa Residência Universitária** - Propicia moradia ao estudante da UFPI em situação de vulnerabilidade social, em geral, estudantes provenientes do interior do Piauí ou de outros Estados. Garante-se, assim, a permanência dos discentes na instituição, além de acompanhar o rendimento acadêmico e oferecer apoio social e psicológico. O programa provê ainda as condições necessárias para o funcionamento e manutenção das casas, concedendo também alimentação integral e inclusão digital aos moradores.
- 2) Bolsa de Apoio Acadêmico** - benefício financeiro concedido ao estudante em dificuldade socioeconômica.
- 3) Projeto Inclusão Social** - integra a política de inclusão social e apoio ao estudante com deficiência, facilitando a sua permanência na instituição e melhorando, conseqüentemente, seu aprendizado e integração como os demais discentes. Uma das atividades deste projeto é a concessão de bolsa especial destinada aos universitários que tenham disponibilidade para auxiliar e acompanhar, nas atividades acadêmicas, os colegas com deficiência (visual, auditiva e outras).
- 4) Bolsa de Apoio Estudantil-BAE** - O Programa Bolsa de Apoio Estudantil contribui com o estudante da UFPI em dificuldade socioeconômica, por meio da concessão de uma bolsa, tendo como contrapartida a prestação de serviço nos diversos setores desta Instituição,

possibilitando as condições para permanência no curso de graduação e, conseqüentemente, a melhoria do rendimento acadêmico. Duração: 24 meses, consecutivos ou intercalados.

**5) Auxílio Creche** – concedido aos alunos e às alunas, pais e mães, com filhos de até 2 anos e 11 meses de idade. Estes alunos, devem comprovar ter renda inferior a 3 (três) salários mínimos. Este auxílio foi regulamentado pela Resolução Nº 146/07-CEPEX/02, de 25/6/2007, em consonância com as diretrizes normativas do Programa Nacional de Assistência Estudantil, conforme decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o qual tem como finalidade propiciar ao aluno de graduação presencial desta IES, em situação de vulnerabilidade social, a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão escolar, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

**6) Isenção da Taxa de Alimentação-ITA.** Este benefício é destinado a garantir o acesso do estudante em dificuldade socioeconômica ao Restaurante Universitário, com isenção total da taxa. Duração: o aluno pode ser beneficiado durante toda a sua graduação. A renovação ocorrerá mediante análise socioeconômica e do rendimento acadêmico semestral.

**7) Biama – Bolsa de Incentivo às Atividades Multiculturais e Acadêmicas.** Destina-se preferencialmente a alunos de graduação presencial, em situação de vulnerabilidade social e econômica. O Programa BIAMA tem por objetivo estimular a participação dos estudantes em projetos supervisionados por docentes ou técnicos da UFPI, possibilitando sua formação ampliada e melhoria da qualidade de vida, a partir de ações educativas que articulem ensino, pesquisa e extensão.

**8) Bolsa-Permanência e Bolsa-Trabalho** - O objetivo do Bolsa Permanência e da Bolsa-Trabalho é contribuir para a redução da evasão e permanência na UFPI do estudante em vulnerabilidade social. A situação socioeconômica é o critério determinante na seleção dos candidatos. Auxílio financeiro é concedido ao estudante da UFPI em dificuldade socioeconômica, tendo como contrapartida a prestação de serviços administrativos nos diversos setores desta instituição ou em projetos de extensão e de pesquisa

**9) Bolsas especiais – PIBIC e PIBIC AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -PIBIC e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas – PIBIC-AF,** de acordo com a Resolução Normativa nº 017/2006 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**10) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI)** - O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI e o **Programa de Iniciação Tecnológica Voluntária (ITV)** visam

estimular estudantes do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.

**11) Monitoria** - é uma modalidade de ensino e aprendizagem coordenada pela Coordenadoria de Apoio e Assessoramento pedagógico (CAAP), da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG — Alínea “e” do Art. 14 da Resolução Nº 021/93–CONSUN de 4/1/1994), desenvolvida por alunos bolsistas ou não bolsistas que recebem orientação acadêmica dos professores, com o fim de contribuir com a formação discente e o consequente incentivo à docência, integrando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**12) Restaurante Universitário** – Tem a finalidade de fornecer refeições balanceadas, higiênicas e de baixo custo à comunidade universitária.

**13) Serviço Odontológico** - O atendimento odontológico é um benefício gratuito disponibilizado através da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRAEC) para toda a comunidade da Universidade Federal do Piauí (estudantes, funcionários e dependentes), com atendimento clínico na área de diagnóstico (clínico e radiológico), prevenção, profilaxia, restauração e exodontia simples.

**14) Acompanhamento Pedagógico** - Acessível à comunidade universitária, com a finalidade de apoiar o estudante e o servidor, contribuindo para a superação de dificuldades sociais, psicológicas e pedagógicas.

**15) Projeto de Inclusão Cultural** - O Projeto é voltado para alunos em situação de vulnerabilidade social, em particular aos alunos interessados no conhecimento de uma segunda língua. A proposta é possibilitar que estes estudantes concorram a bolsas oferecidas pelos convênios com instituições internacionais em melhores condições com o domínio de outro idioma. O Projeto é mais um estímulo para que os estudantes ampliem os seus conhecimentos e tenham novas experiências culturais através de intercâmbios. O benefício vem atender ao Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, quando propõe a ampliação da formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade e intercâmbios culturais.

**16) Atendimento Psicológico.** Por meio de ações psicopedagógicas, presta atendimento à comunidade universitária, colaborando para a compreensão e para a mudança comportamental de estudantes, no processo de ensino-aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais. Objetiva a avaliação e diagnóstico psicológico, visando a prevenção e o apoio ao tratamento de problemas emocionais; Atendimento psicopedagógico individual e grupal; Orientação e acompanhamento pedagógico aos estudantes com baixo rendimento acadêmico; Análise do rendimento acadêmico de

estudantes cadastrados nos programas da CACOM; Supervisão sistemática e acompanhamento psicossocial aos estudantes das Residências Universitárias.

**17) Auxílio ao Estudante Estrangeiro** – Atendimento Odontológico, psicossocial, psicopedagógico e Bolsa Alimentação.

**18) Feira das Profissões** – Feira anual que promove o intercâmbio entre os estudantes de graduação da UFPI e os alunos do Ensino Médio em todos os *Campi*.

**19) Bolsas de Extensão - O Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX)** é um instrumento que oferece bolsas para estudantes regularmente matriculados na graduação, a fim de desenvolver Ações de Extensão Universitária, conceitualmente entendida como um processo acadêmico, interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade orientada pelo princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa.

Além dessas políticas assistenciais da PRAEC, a Resolução 237/13 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) instituiu o Programa de Apoio Institucional à Participação em Eventos Científicos no país — PROEC/UFPI no qual os alunos partícipes de programas de Iniciação Científica ou Tecnológica, PET, PIBID e PIBITI, recebem apoio financeiro com diárias, passagens, pagamento de taxas de inscrição de artigos ou propostas aceitas em eventos nacionais.

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciência Política, em acordo com o Programa de Mestrado em Ciência Política da UFPI, realiza anualmente palestras com professores convidados e Encontros anuais nos quais professores e alunos apresentam e publicam trabalhos, como é o caso do Seminário de Ciência Política da UFPI e da Mostra de Trabalhos Científicos. A Mostra de Trabalhos Científicos permite o intercâmbio entre alunos de Ciência Política, alunos do mestrado em Ciência Política e alunos dos demais cursos que se proponham participar. Trata-se, portanto, de um evento para divulgação de trabalhos e dos alunos e professores.

Há ainda, a página da Web na qual a coordenação divulga informações como Editais de monitoria, PIBID, PIBITI, eventos nacionais e internacionais da área de Ciência Política, entre outros eventos pertinentes aos alunos do curso. Nesse aspecto, a plataforma do SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades) também é bastante útil para divulgação de eventos e de informações em geral.

## 15. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, nº 9.394/1996. Brasília: Governo Federal, 1996.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 1363/2001**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 224/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 02/2007**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 17/2002**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014**. Teresina, 2010, p.232.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução 177/12 CEPEX (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão). Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, 2012. p.48.

## **16. ADAPTAÇÃO CURRICULAR**

Em virtude da necessidade de reorganização do fluxograma do curso, bem como em virtude das orientações e objeções feitas pela Coordenadoria de Currículo, a Assembleia Departamental do curso de Bacharelado em Ciência Política decidiu proceder uma série de alterações no Projeto Pedagógico redigido em 2010. Tais alterações, discriminadas na justificativa do Projeto Pedagógico redigido em 2014, incidem tão somente na distribuição das disciplinas do 7º (sétimo) e 8º (oitavo) período do curso. **O Projeto Pedagógico de 2010, nesta lógica, deverá ser válido e aplicado apenas para a turma que ingressou em 2012.1.**

Tendo em vista que o ingresso de alunos no curso ocorre anualmente, **as alterações dispostas no projeto pedagógico redigido em 2014 deverão se aplicar a todas as turmas que ingressaram no curso a partir do ano de 2013.1, incluindo-se aí própria turma de 2013.1.**

Assim sendo, somente a primeira turma do curso, a qual ingressou em 2012.1, deverá seguir o fluxograma do projeto pedagógico redigido em 2010. As demais, deverão migrar para o novo fluxograma, conforme consta neste atual Projeto Pedagógico, redigido em 2014.

**Portanto, a desativação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência Política em sua primeira versão redigida em 2010 deverá ocorrer ao fim do período de 2015.2.** A partir do período de 2016.1, operaremos tão somente com o fluxograma revisado do Projeto Pedagógico redigido em 2014 e conforme as alterações nele justificadas.

Nesta lógica, o Projeto Pedagógico de 2010, uma vez que válido apenas para a turma de 2012.1, aplicar-se-á para todos os alunos ingressantes neste período. Atualmente, esta turma possui 12 alunos regulares curricularmente matriculados, os quais, salvo algum percalço, deverão concluir o curso em 2015.2. Os alunos da turma de 2012.1 que estiverem retidos no andamento regular do fluxograma do PPC de 2010 deverão obrigatoriamente migrar para o fluxograma do PPC de 2014. Esta migração, conforme dispõe-se em ata da Assembleia Departamental, é aprovada pelos discentes

tendo em vista ser mais racional e eficiente, sobretudo no que diz respeito à redistribuição da carga horária da disciplina “Trabalho de Conclusão do Curso” (180h), anteriormente concentrada integralmente no 8º (oitavo bloco) e agora, no PPC revisado de 2014, subdividida em duas disciplinas (TCCI e TCCII) de noventa horas (90h), cada qual em um bloco, quais sejam, o sétimo e o oitavo.

Assim, não haverá concomitância na oferta de disciplinas entre os dois projetos pedagógicos do curso, tendo em vista tratar-se de alterações pontuais de redistribuição de carga horária nos dois últimos períodos do curso. A distribuição de disciplinas ao longo dos seis primeiros blocos do curso permaneceu inalterada. Não houve alterações substantivas de distribuição de disciplinas e ementas ao longo destes seis primeiros blocos.

Por fim, a Assembleia Departamental do Curso de Bacharelado em Ciência Política enfatiza que tais alterações procedidas no Projeto Pedagógico não prejudicarão ou sobrecarregarão o corpo docente tendo em vista que não haverá sobreposição de fluxogramas ou disciplinas no curso.

# APÊNDICES



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**REGULAMENTO PARA AFERIÇÃO E AVALIAÇÃO DAS  
ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE  
BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PIAUÍ – *CAMPUS* MINISTRO PETRÔNIO  
PORTELLA**

**TERESINA – PI**

**2014**

## **REGULAMENTO PARA AFERIÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Art.1.** As atividades curriculares são componentes complementares à formação do currículo do aluno. Como tais, possibilitam o reconhecimento de habilidades e conteúdos assimilados fora ou dentro do *Campus* da UFPI. Para que haja tal reconhecimento, o aluno deve proceder à devida comprovação documental no que diz respeito à frequência e aprovação em cursos de extensão, estágios, participações em congressos e publicações de artigos científicos, entre outros. Incluem-se dentre tais, atividades acadêmicas e atividades práticas independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e nos cursos de extensão junto à comunidade.

**Art. 2.** Os Supervisores das Atividades Complementares são vinculados à Coordenação de Ciência Política (CCP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e têm as atribuições de coordenar, supervisionar, controlar, acompanhar e avaliar as atividades complementares dos alunos do Curso de Bacharelado em Ciência Política nos termos das Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação e do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência Política da UFPI.

**Parágrafo único.** A realização de atividades complementares não se confunde com a realização do Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado, tampouco com a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.

**Art. 3.** O aluno do Curso Bacharelado em Ciência Política da UFPI deverá cumprir cento e vinte horas (120h) de atividades complementares nas seguintes modalidades estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso e na Resolução nº 177/2012 – CEPEX – UFPI, a qual regulamenta tais atividades:

- a)** Exercício de monitoria;
- b)** participação em PET;
- c)** participação em pesquisas e projetos institucionais;
- d)** participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI;
- e)** atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais: congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização);
- f)** experiências profissionais e/ou complementares: realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, realização de estágios em Empresa Júnior/Incubadora de Empresas, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais e participação em programas de bolsa da UFPI;
- g)** trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;
- h)** atividades de extensão: cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão;

- i) vivências de gestão: participação em órgãos colegiados da UFPI, participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionados a eventos, e participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria;
- j) atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos;
- l) disciplinas eletivas.

**Parágrafo único.** A descrição das atividades admitidas em cada uma das modalidades descritas nos incisos do caput deste artigo, bem como a carga horária correspondente a cada atividade serão indicadas no Edital a ser publicado pelo Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência Política (Anexos).

**Art. 4.** Para a integralização dos créditos das atividades complementares, o aluno entregará ao Supervisor das Atividades Complementares o Relatório das Atividades Complementares com a comprovação documental de cada atividade. A entrega do relatório e dos documentos comprobatórios deverá ser efetuada, no máximo, seis meses antes da conclusão do Curso, observado o calendário de cadastramento das atividades complementares constante no calendário acadêmico então vigente da UFPI.

**Art. 5.** O Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência Política publicará o Edital estabelecendo os critérios para a contagem de horas das modalidades das atividades complementares e os procedimentos de aferição e comprovação documental para a integralização dos créditos relativos a tais atividades.

**Art. 6.** Os alunos concludentes poderão apresentar requerimentos individuais acerca de atividades não indicadas ou cujas cargas horárias não estejam em conformidade com o previsto no Edital acima mencionado. Tais requerimentos serão analisados pelos Supervisores.

**Art. 7.** O presente Regulamento entra em vigor na data da sua aprovação.

Teresina, 25 de setembro de 2014.

---

Cleber Ranieri Ribas de Almeida  
Chefe/Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência Política

## FUNDAMENTOS LEGAIS DA AFERIÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Ministro Petrônio Portella, tem sua base legal pautada no Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Ciência Política e na Resolução 177/2012 — CEPEX. Seguem abaixo excertos destas disposições legais, os quais tratam das Atividades Complementares:

### RESOLUÇÃO 177/2012 - CEPEX NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

— \*\*\* —

#### CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA CURRICULAR

**Art. 19.** A carga horária de atividades complementares em uma estrutura curricular não pode ser superior a 10% da carga horária total do curso, a menos que expressamente recomendado nas Diretrizes Curriculares do Curso.

**Parágrafo único.** Não pode haver substituição da carga horária de atividades complementares por outros componentes curriculares obrigatórios e optativos.

#### SEÇÃO I DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS INDIVIDUAIS

**Art. 57.** As atividades acadêmicas individuais são as atividades acadêmicas específicas que o aluno desempenha sem participação ou orientação de um professor da UFPI e que, no entendimento do PPC, contribuem para sua formação e devem ser registradas no histórico escolar.

§ 1º São caracterizadas como atividades acadêmicas individuais as atividades complementares realizadas por livre iniciativa do aluno, tais como cursos, participações em eventos e publicações, além de outras atividades acadêmicas específicas que se enquadrem nas condições previstas no *caput* deste artigo.

§ 2º Também podem ser cadastradas como atividades acadêmicas individuais as atividades complementares nas quais, apesar de haver a participação ou orientação de professores, o esforço docente já esteja sendo comportado por outros meios de registro e controle.

§ 3º As atividades acadêmicas individuais não possuem carga horária docente associada.

#### SEÇÃO VI DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**Art. 92** As Atividades Complementares de Graduação, a serem desenvolvidas durante o período da formação, constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e

prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias a sua formação.

**Parágrafo único.** Podem ser consideradas atividades complementares:

- a) Exercício de monitoria
- b) participação em PET e PIBID;
- c) participação em pesquisa e projetos institucionais;
- d) participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI;
- e) atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais: congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização);
- f) experiências profissionais e/ou complementares: realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, realização de estágios em Empresa Júnior/Incubadora de Empresas, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais e participação em programas de bolsa da UFPI;
- g) trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;
- h) atividades de extensão: cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão;
- i) vivências de gestão: participação em órgãos colegiados da UFPI, participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionados a eventos, e participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria;
- j) atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos;
- l) disciplinas eletivas.

**Art. 93** As Coordenações/chefias de Cursos de Graduação serão responsáveis pela implantação, acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

**§ 1º** Os Colegiados dos Cursos de Graduação da UFPI estipularão a carga horária atinente às Atividades Complementares de Graduação, que integralizarão seus currículos, até o percentual de 10% (dez por cento) de sua carga horária total, tendo como patamar mínimo 120 (cento e vinte) horas.

**§ 2º** Os colegiados dos Cursos poderão aprovar normatizações específicas, incluindo estratégias didático-pedagógicas não previstas no parágrafo único, do art. 92 e estipulando carga horária mínima já integralizada ou período já cursado para o aluno iniciar as Atividades Complementares de Graduação.

**Art. 94** O aproveitamento da carga horária poderá observar os seguintes critérios:

- I - exercício de monitoria: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividade;
- II - participação em PET: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividade;
- III - PIBID: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividade;
- IV - participação em pesquisa e projetos institucionais: até 60 (sessenta) horas cada atividade;

**V** - participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI: até 60 (sessenta) horas cada atividade;

**VI** - atividades de participação e/ou organização de eventos: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;

**VII** - experiências profissionais e/ou complementares: até 120 (cento e vinte) horas para o conjunto de atividades;

**VIII** - trabalhos publicados: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;

**IX** - trabalhos de extensão: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;

**X** - vivências de gestão: até 40 (quarenta) horas para o conjunto de atividades;

**XI** - atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;

**XII** - disciplinas Eletivas: até 60 (sessenta) horas cada atividade.

**Art. 95.** O aproveitamento das atividades complementares poderá estabelecer as seguintes exigências:

**I** - Atividades de iniciação à docência e à pesquisa: relatório do professor orientador e/ou declarações dos órgãos/unidades competentes;

**II** - Atividades de participação e/ou organização de eventos: certificado de participação, apresentação de relatórios e declarações dos órgãos/unidades competentes;

**III** - Experiências profissionais competentes: Termo de Compromisso da Pró-Reitoria de Extensão, atestados de participação e apresentação de relatórios técnicos;

**IV** - Publicações: cópias dos artigos publicados e outros documentos comprobatórios;

**V** - Atividades de extensão: atestados ou certificados de participação, e apresentação de relatórios e projetos registrados na Pró-Reitoria de Extensão;

**VI** - Vivências de gestão: atas de reuniões das quais o aluno participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e apresentação de relatórios;

**VII** - Atividades artístico-culturais e esportistas e produções técnicas-científicas: atestados de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos;

**VIII**- Disciplinas Eletivas: Histórico escolar

**Art. 96.** Para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios que poderão ser complementados pelas normatizações internas previstas no § 2º do art. 93, cujas atividades devem ser:

**I** - Realizadas a partir do ingresso do aluno no curso;

**II** - Compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;

**III** - Variadas, com pelo menos 2 (duas) categorias entre os critérios citados no Art. 98.

**§ 1º** O Calendário Acadêmico estipulará período para registro de Atividades Complementares de Graduação pelo aluno no sistema eletrônico de cadastro, cada período letivo.

**§ 2º** O Calendário Acadêmico estipulará período para avaliação das Atividades Complementares de Graduação pelas Coordenações/chefias de Curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno.

§ 3º O Coordenador/Chefe de Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo a decisão Deferido/Indeferido, estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas estabelecidas para o curso, e homologará no sistema para que a seja incluída no histórico do aluno.

§ 4º Os casos de alunos ingressos no Curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pelos Coordenadores/Chefes de Cursos, que poderão computar total ou parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem, em conformidade com as disposições desta Resolução e de suas normatizações internas.

§ 5º Os alunos ingressos por admissão de graduado deverão desenvolver normalmente as Atividades Complementares requeridas por seu atual curso.

## **CAPÍTULO II**

### **DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DA ASSIDUIDADE EM OUTRAS UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

**Art. 119** As disposições relativas à avaliação da aprendizagem e assiduidade aplicam-se, na sua totalidade, aos módulos e agrupamento.

**Art. 120** As disposições relativas à avaliação da aprendizagem e assiduidade aplicam-se às atividades acadêmicas específicas, no que couberem, podendo os órgãos a que estejam vinculadas estabelecerem normas complementares e não-contrárias a este regulamento.

§ 1º É dispensável a expressão do rendimento escolar sob forma numérica para as atividades complementares, estágio e trabalho de conclusão de curso, mediante previsão no PPC, que, neste caso, deverá estabelecer os critérios de aprovação.

§ 2º O colegiado do curso poderá estabelecer, mediante portaria, a média de aprovação para as atividades acadêmicas específicas.

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - MODALIDADE BACHARELADO**

### **7.1.6 Atividades Complementares**

Segundo a Resolução CNE/CES nº 17/2002 e conforme o Parecer CNE/CES nº 492/2001, dentro da estrutura curricular, outras atividades acadêmicas podem ser consideradas parte da integralização curricular, dentre elas: “estágios, iniciação científica, laboratórios, trabalho em pesquisa, (...) participação em eventos científicos, seminários extra-classe, empresa júnior, projetos de extensão” (CNE/CES nº 492/2001). Essas atividades só poderão ser creditadas com aval do Colegiado do curso de Ciência Política da UFPI. Essas atividades visam à complementação da formação profissional do bacharel em Ciência Política, totalizando, no mínimo, **120 horas/aula**. Mais especificamente, de acordo com a Resolução CEPEX 177/12, as atividades complementares consideradas pela UFPI são as seguintes:

I - Atividades de iniciação à docência e à pesquisa: exercício de monitoria, participação em pesquisa e projetos institucionais, participação no PET/PIBIC e participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI; II – atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais: congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização); III - experiências profissionais e/ou complementares: realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, realização de estágios em Empresa Júnior/Incubadora de Empresa, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais e participação em programas de bolsa da UFPI; IV - trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos; V - atividades de extensão: cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão; VI - vivências de gestão: participação em órgãos colegiados da UFPI, participação em comitês ou comissões de trabalhos na UFPI, não relacionados a eventos, e participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria; e VII - atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção ou elaboração de vídeos, *softwares*, exposições e programas radiofônicos (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12).

## ANEXO 1

### DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO E CARGA HORÁRIA/ATIVIDADE

<b>Quadro 1: ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA: ATÉ 120 (SESSENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE</b>			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO(C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Ensino	Monitoria no curso por período letivo/ Participação em projetos institucionais, PET.	15	60
2. Iniciação à pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC	20	60
3. Grupo de Pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	15	60
<b>TOTAL</b>			<b>120</b>
<b>Certificação:</b> Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

<b>Quadro 2: ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS: ATÉ 120 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES</b>			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO(C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	03	10
2. Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	03	60
3. Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	03	60
<b>TOTAL</b>			<b>120</b>
<b>Certificação:</b> Declaração ou Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			

**Quadro 3: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO(C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Ministras aulas	Ministrar aulas de algum tema correlato à Ciência Política em Sindicatos, ONGs ou Partidos Políticos.	20	60
2. Participação em projetos	Participação em projetos sociais, governamentais e não governamentais, voltados à área de Ciência Política, com duração mínima de 60 dias.	05	60
<b>TOTAL</b>			<b>120</b>
<b>Certificação:</b> Declaração ou Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			

**Quadro 4: ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO(C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Projeto de extensão com bolsa.	Programas/projetos de extensão, sob orientação de professor da UFPI, por semestre concluído.	15	30
2. Projeto de extensão voluntário.	Minicurso / Oficina / Grupo de Estudo em assunto correlato ao curso.	05	10
3. Curso	Curso com duração mínima de 60h horas.	10	10
4. Participação em outras apresentações	Participação em outras apresentações, projeções comentadas de vídeos técnicos à comunidade durante o período de integralização do curso.	05	10
5. Excursões Científicas	Excursões científicas (apenas quando se relacionar com atividades de extensão).	05	10
6. Curso de Extensão	Curso de extensão na área de Ciência Política e/ou áreas afins, com duração mínima de 20 horas.	05	10
7. Participação em Exposições	Participação em exposições, feiras, datas temáticas na área de Ciência Política.	05	10
<b>TOTAL</b>			<b>90</b>
<b>Certificação:</b> Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade Competente.			

**Quadro 5: TRABALHOS PUBLICADOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO(C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	05	30
2. Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente(declaração, cópia dos anais).	05	20
3. Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	15	30
4. Premiação em evento	Premiação em evento ou concurso científico.	10	10
<b>TOTAL</b>			<b>90</b>
<b>Certificação:</b> Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

**Quadro 6: VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO(C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Representação estudantil.	Representação estudantil junto aos órgãos colegiados da UFPI com mandato mínimo de 1 ano.	05	15
2. Participação em entidades estudantis	Participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria.	05	15
3. Participação em Comitês	Participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionado a eventos.	05	15
<b>TOTAL</b>			<b>40</b>
<b>Certificação:</b> Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

**Quadro 7: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICOCIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO(C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Atividades Artístico culturais e esportivas e produções técnico científicas	Elaboração de texto teórico e/ou experimental para o Ensino de Ciência Política em partidos políticos, escolas de governo ou similares	20	60
2. Produção.	Produção ou elaboração de softwares e vídeos para o ensino de Ciência Política	05	10
3. Desportos.	Participação em atividades esportivas	05	10
4. Participação em Grupos.	Participação em grupos de arte: artes cênicas, plásticas, coral, dança, literatura, música, poesia, teatro.	02	10
<b>TOTAL</b>			<b>90</b>
<b>Certificação:</b> Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

**Quadro 8: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA IES OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO(C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Disciplina Eletiva	Disciplina cursada em outros cursos desta IES ou em outras Instituições de Educação Superior.	20	60
<b>TOTAL</b>			<b>60</b>
<b>Certificação:</b> Histórico Escolar.			

**Quadro 9: VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO(C/H)	
		Mínima	Máxima
1.Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um prof. responsável, consultado previamente.	05	10
<b>TOTAL</b>			<b>10</b>
<b>Certificação:</b> Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Essas atividades, uma vez comprovadas documentalmente pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite mínimo de 08 (oito) créditos para os cursos de Bacharelado, conforme dispõe a Resolução 177/2012 – CEPEX/UFPI.

Teresina, 25 de setembro de 2014.

---

Cleber Ranieri Ribas de Almeida  
Chefe/Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência Política



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**CARTA DE SOLICITAÇÃO DE VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES  
COMPLEMENTARES**

Eu, \_\_\_\_\_ (NOME DO (A) ESTUDANTE), discente do curso de Bacharelado em Ciência Política/UFPI- *Campus* Ministro Petrônio Portella, Nº de Matrícula \_\_\_\_\_, venho por meio desta solicitar a Coordenação deste Curso a validação dos documentos abaixo listados, para serem registrados como prova da certificação das Atividades Complementares, que deverão constar de um total de 120h, necessárias à conclusão do referido curso.

**Documentos Comprobatórios:** (Listar os documentos e anexar as cópias na ordem)

Teresina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Aluno(a)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**REGULAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE  
CONCLUSÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA  
POLÍTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ —  
*CAMPUS* MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA**

## **TERESINA – PI**

**2014**

### **FUNDAMENTOS LEGAIS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Ministro Petrônio Portella, tem sua base legal pautada no Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Ciência Política e na Resolução 177/2012 — CEPEX. Seguem abaixo excertos destas disposições legais, as quais tratam do Trabalho de Conclusão do Curso:

#### **RESOLUÇÃO 177/2012 – CEPEX NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

— \*\*\* —

#### **SEÇÃO V DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Art. 89. O trabalho de conclusão de curso corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação, e tem sua regulamentação em cada colegiado de curso, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado de curso.

Art. 90. O trabalho de conclusão de curso poderá ser desenvolvido individualmente ou em grupo de até 3 (três) alunos, de acordo com o previsto no PPC, sob a orientação de um professor designado para esse fim.

Parágrafo único. Cada professor poderá orientar no máximo 5 (cinco) Trabalhos de Conclusão de Curso por semestre.

Art. 91. O projeto pedagógico deve definir a carga horária discente e do docente-orientador para o trabalho de conclusão de curso, sendo que esta última

deverá ser no máximo  $\frac{1}{4}$  (um quarto) por daquela definida para o discente por trabalho.

## **CAPÍTULO II**

### **DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DA ASSIDUIDADE EM OUTRAS UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

§ 1º É dispensável a expressão do rendimento escolar sob forma numérica para as atividades complementares, estágio e trabalho de conclusão de curso, mediante previsão no PPC, que, neste caso, deverá estabelecer os critérios de aprovação.

#### **PROJETO PEDAGÓGICO - GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – MODALIDADE BACHARELADO**

7.1.5. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (TCC);

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória e totaliza 180 horas/aula. Deve ser realizada no final dos dois últimos períodos do curso, isto é, no 7º (sétimo) e no 8º (oitavo) períodos, sob orientação de um professor de Ciência Política da UFPI, possibilitando o aprofundamento do discente em um tópico específico do conteúdo estudado ao longo do curso. O TCC é, portanto, um momento de iniciação do aluno à prática acadêmica de pesquisa, ou seja, é um ato em que o estudante detém-se a dissertar sobre um determinado tema de relevância acadêmica ou social.

O TCC deve obedecer às normas atualizadas de produção de trabalho científico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O trabalho deverá ser apresentado publicamente e avaliado por uma banca composta de três professores: 1) o orientador; 2) um professor da Coordenação do Curso de Ciência Política da UFPI; e 3) um professor, de preferência, de outro Departamento/Coordenação ou de outra Instituição de Ensino Superior (IES).

8.5 Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (TCC)

<b>DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão do Curso I (TCC I)</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 90 h	CRÉDITOS 0.0.6	PRÉ-REQUISITOS: Teoria Política III, Metodologia Qualitativa, Metodologia Quantitativa
<p><b>Ementa:</b> Técnicas para a elaboração de projetos de pesquisa acadêmica e projetos de intervenção. Discussão metodológica sobre desenhos de pesquisa. Tipos de pesquisa. Estrutura do trabalho científico. Questões básicas relativas ao projeto: objeto, problema, referencial teórico e metodologia. Relatório de pesquisa. Produção de artigos científicos. Produção de um Trabalho monográfico. Redação científica.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>AMERICAN PSYCOLOGICAL ASSOCIATION (APA). <b>Manual de publicação da APA</b>. São Paulo: Penso, 2012.</p> <p>ECO, H. <b>Como se Faz uma Tese</b>. 12ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.</p> <p>SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. T. <b>Métodos de pesquisa nas relações sociais</b>. 11ª reimpressão. São Paulo: EPU, 1987.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>CRESWELL, J. W. <b>Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto</b>. São Paulo: Penso, 2010.</p> <p>FLICK, U. <b>Desenho de pesquisa qualitativa</b>. São Paulo: Ed. Penso, 2009.</p> <p>KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. <b>Manual de produção científica</b>. São Paulo: Penso, 2010</p> <p>PRZERWORSKI, A.; SALOMON, F. The art of writing proposal: some candid suggestion for applicants to social science research council competition. <b>Social Science Research Council</b>, New York, p. 1-8, 1998.</p> <p>SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho científico</b>. 18ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.</p>		

<b>DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II – Monografia (TCC II)</b>		
COORDENAÇÃO: CCP		
CH 90 h	CRÉDITOS 0.0.6	PRÉ-REQUISITOS: TCC I
<p><b>Ementa:</b> Pesquisa científica. Interpretação dados da pesquisa empírica. Estruturação metodológica do trabalho de conclusão de curso. Socialização dos resultados.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> BASTOS, L. da R. et al. <b>A arte de investigação criadora:</b> introdução a metodologia da pesquisa. Rio de Janeiro: JUENE, 1986.</p> <p>ECO, U. <b>Como se faz uma tese.</b> São Paulo: Perspectiva, 1995.</p> <p>GIL, A. C. <b>Como Elaborar Projetos de Pesquisa.</b> São Paulo: Atlas, 1991.</p> <p>SALOMON, D. V. <b>Como fazer uma monografia.</b> São Paulo: Martins Fontes, 1991.</p> <p>SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho Científico.</b> São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>BELL, J. <b>Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em Educação, Saúde e Ciências Sociais.</b> 4ª Ed. São Paulo: Penso. 2008.</p> <p>KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S..<b>Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research.</b> Princeton, Princeton University Press. 1994.</p> <p>LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. <b>Técnicas de pesquisa:</b> planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. <b>A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.</b> Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2008.</p> <p>PRZERWORSKI, A.; SALOMON, F. The art of writing proposal: some candid suggestion for applicants to social science research council competition. <b>Social Science Research Council,</b> New York, p. 1-8,1998.</p>		

## INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória a ser exercida pelo acadêmico concluinte do Curso de Bacharelado em Ciência Política. Deverá ser desenvolvido com a ajuda de um professor orientador, sob a supervisão geral do Coordenador de Curso. Trata-se de uma atividade de investigação científica a ser desenvolvida de forma escrita e conforme critérios acadêmicos definidos. Este regulamento tem por objetivo padronizar e legislar acerca dos critérios e disposições para elaboração e orientação dos TCC's do Curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. Tal regulamentação, contudo, não deverá se imiscuir na liberdade de pesquisa, orientação e investigação de temas conforme disponham o orientador, o aluno e os fundamentos legais da Lei Federal e da Resolução 177/2012 – CEPEX - UFPI.

### Disposições preliminares

**Art.1º** Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as normas relativas à elaboração, acompanhamento, orientação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. O TCC é requisito obrigatório para a conclusão do Bacharelado sobrescrito.

**Art.2º** O TCC constitui uma atividade curricular obrigatória de responsabilidade do acadêmico do Curso de Bacharelado em Ciência Política. A elaboração do TCC deve ocorrer nas seguintes condições de orientação: 1) sob orientação de um professor lotado na Coordenação de Ciência Política; 2) sob orientação de um professor lotado em outra Coordenação da Universidade Federal do Piauí; 3) sob orientação de um professor de outra Instituição de Ensino superior; 4) sob co-orientação de um professor externo ao corpo docente da UFPI; 5) sob co-orientação de um professor da UFPI. Toda e qualquer orientação externa à Coordenação de Ciência Política da UFPI deve ocorrer sob o consentimento e supervisão do coordenador do Curso.

**Art.3º** O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Ciência Política, bem como este Regulamento, não admitirão que a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seja feita em grupo, com dois ou mais alunos, exceto nos casos previstos no Capítulo V, artigo 6º deste Regulamento. O Trabalho de Conclusão do curso de Bacharelado em Ciência Política deve ser elaborado preferencialmente de forma *individual*.

**Art.4º** De acordo com o fluxograma do Curso de Bacharelado em Ciência Política, exposto no Projeto Pedagógico do Curso, a elaboração do TCC deverá ocorrer no 7º (sétimo) e 8º (oitavo) períodos, considerando-se o desenvolvimento regular do aluno na sucessão dos blocos. As disciplinas pré-requisitos para matricular-se na disciplina “Trabalho de Conclusão do Curso” serão: “Metodologia Quantitativa”, “Metodologia Qualitativa” e “Teoria Política III (Contemporânea)”.

**Parágrafo Único:** O Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciência Política (Monografia) equivalerá a uma carga horária de 180 horas e deverá ter um mínimo de 40 (quarenta) páginas redigidas em espaço 1,5, fonte Times New Roman ou Garamond, tamanho 12.

## **CAPÍTULO I – Do Conceito**

**Art. 1º.** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - monografia é uma atividade de integração curricular obrigatória do Curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella. Conceitualmente, trata-se de um trabalho acadêmico formal redigido com formatação padronizada, podendo ser apresentado como monografia ou artigo científico. Deve abordar temas específicos ou correlatos às áreas de pesquisa da área de Ciência Política, podendo concentrar-se na área empírica ou na área teórica. Deve ainda ser elaborado pelo aluno sob a orientação de um professor orientador. Ao término da redação, o Trabalho de Conclusão de Curso deve ser submetido à avaliação de uma Banca Examinadora que terá a prerrogativa de avaliar, corrigir e atribuir a nota final ao Trabalho.

**Art. 2º.** O TCC poderá ser um trabalho de revisão bibliográfica, uma pesquisa de campo, uma pesquisa quantitativa, uma pesquisa qualitativa, uma pesquisa comparativa, uma pesquisa teórica ou um trabalho de viés empírico-estatístico (*Hard Science*). O acompanhamento de um professor orientador definirá, em concordância com o aluno e com as linhas de pesquisa do quadro docente, o tema a ser desenvolvido em cada caso específico de orientação.

§ 1º - Não será permitida a orientação de TCC com o mesmo título ou objetivos, por um mesmo orientador, no mesmo período.

§ 2º - Caberá à Comissão do TCC o julgamento da coincidência de títulos ou objetivos de trabalhos e a não aceitação da inscrição de um ou mais TCC assim coincidentes, sob a mesma orientação.

§ 3º - O conhecimento e aplicação das normas de elaboração do TCC é de responsabilidade do aluno, cabendo ao professor orientador corrigir e orientar quando o trabalho do aluno infringir alguma regra ética ou técnica de confecção do TCC.

## **CAPÍTULO II – Dos Objetivos**

**Art. 3º** - O TCC é um trabalho científico que tem por finalidade propiciar ao aluno:

I - estímulo à produção científica;

II - aprofundamento teórico e/ou prático em uma área temática da profissão;

III - conscientização da natureza e dinâmica das atividades da comunidade científica na área de Ciência Política;

IV - desenvolvimento de criatividade e capacidade de produção científica;

V - realização e documentação de experiências de pesquisa e de extensão;

VI – Assimilação da correlação entre teoria e empiria na área de Ciência Política;

VII - interação entre o Corpo Docente e Discente.

### **CAPÍTULO III – Da Escolha do Professor Orientador**

**Art. 4º** - Compete ao aluno orientando comunicar ao Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência Política a escolha do seu orientador de TCC. Tal escolha deve ser realizada e formalizada no ato de efetuação da matrícula na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I”. A escolha do professor orientador deve ser realizada sob o consentimento do professor e do coordenador, tendo em vista que os docentes não podem extrapolar o número de cinco (5) orientandos (Cf. Resolução 177/2012 – CEPEX). Cabe ao Coordenador do Curso, quando necessário, fazer um levantamento semestral acerca da disponibilidade dos professores para orientação. Cabe também ao coordenador tornar público este levantamento periódico a fim de que os alunos possam escolher um orientador, caso este seja lotado na Coordenação de Ciência Política;

### **CAPÍTULO IV – Do Papel do Coordenador do Curso**

**Art.5º** - Cabe ao Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência Política, no que diz respeito à coordenação dos Trabalhos de Conclusão do Curso:

I- mediar se necessário, as relações entre orientador e orientando(s), sobretudo em casos de desentendimento, desobediência ou impossibilidade de uma das partes;

II - avaliar possíveis desistências de orientação;

III - receber dos orientadores a redação final dos TCC's e encaminhá-la para a Banca Examinadora;

IV - propor, junto com o professor orientador, a formação das Bancas Examinadoras;

V - analisar a indicação, a pertinência e a viabilidade da participação, em Banca Examinadora, de profissional externo à UFPI;

VI - receber as avaliações dos orientandos realizadas pelo orientador e os resultados da avaliação conduzida pela Banca Examinadora;

VII - publicar e divulgar as defesas à comunidade científica do CCHL e da UFPI;

VIII - receber o TCC em sua forma final e definitiva, com ficha catalográfica, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciência Política e na Biblioteca Central Carlos Castello Branco.

### **CAPÍTULO V - Dos Requisitos Gerais**

**Art. 6º** - O TCC deverá ser desenvolvido individualmente. Em casos excepcionais, os quais devem ser aprovados pelo colegiado do curso, poderão ser realizadas pesquisas com mais de um aluno. Tais casos deverão envolver a construção de bancos de dados ou desenvolvimento de softwares. Trata-se, portanto, de trabalhos de altíssima complexidade e que requerem coordenação coletiva de pesquisa.

**Art. 7º** - A inscrição no TCC será realizada no SIGAA por iniciativa do aluno.

§ 1º - Os alunos deverão se inscrever no 7º período do curso, em datas a serem determinadas e divulgadas pelo Calendário Acadêmico.

§ 2º - A aprovação da inscrição pelo coordenador é requisito para o início e o desenvolvimento do TCC.

§ 3º - Em caso de haver rejeição da inscrição de um aluno, o coordenador deverá, por força institucional, justificar as razões que motivaram a rejeição e abrirá novo prazo para que seja reapresentado o pedido de inscrição.

**Art. 8º** - Os TCC compõem-se de:

I – matrícula na disciplina de TCC I e TCC II;

II – Escolha do orientador e elaboração de um pré-projeto;

III - trabalho final redigido na forma de monografia ou artigo científico para publicação, de acordo com as normas deste regulamento e de seus apêndices;

IV – formulário de avaliação do TCC (ver Apêndices);

V - apresentação pública do TCC perante uma Banca Examinadora em horário e local definidos e publicizados;

VI – entrega da versão final do trabalho incorporando as alterações demandadas pela Banca Examinadora;

**Art. 9º** - O TCC poderá ser desenvolvido com a participação de um professor co-orientador, aceito pelo professor orientador, que o auxiliará nos aspectos relacionados com o desenvolvimento do trabalho.

**Art. 10º** - Após aceitação da inscrição, a mudança do tema inicialmente proposto ou

a mudança de orientador ou a diluição do grupo de alunos inscritos, ocorrerá somente com o conhecimento prévio do orientador inicialmente aceito e mediante elaboração de novo pedido de inscrição. Em todos os casos, a aceitação do pedido e a avaliação de novas inscrições serão submetidas à apreciação do Coordenador e decididas pelo colegiado do Curso de Bacharelado em Ciência Política.

**Art. 11º** - O TCC deverá ser elaborado de acordo com as normas de redação determinadas neste Regulamento.

## **CAPÍTULO VI - Da Orientação**

**Art. 12º** - Poderão ser orientadores de TCC os professores efetivos do curso de Bacharelado em Ciência Política e demais docentes da Instituição com experiência na temática a ser desenvolvida.

**Art. 13º** - Poderão ser co-orientadores os docentes da UFPI ou os docentes de outras Instituições de Ensino Superior. Em todo caso, as orientações e co-orientações externas ao corpo docente da UFPI deverão ser aceitas e comunicadas com antecedência ao coordenador do curso de Bacharelado em Ciência Política;

**Parágrafo Único** - O co-orientador externo à UFPI deverá preencher os seguintes requisitos:

- I - conhecer este regulamento e demais normas pertinentes da UFPI;
- III - assinar a co-orientação do TCC juntamente com o orientador titular.

Parágrafo Único – Os TCC's oriundos de iniciação científica poderão ser defendidos individualmente.

**Art. 14º** - O orientador e o co-orientador (se houver), deverão assinar o termo de compromisso constante na inscrição do TCC para cada orientação e co-orientação (Apêndice).

**Art. 15º** - A desistência por parte do orientador/orientando e a diluição do grupo de alunos inicialmente inscrito será formalizada em documento elaborado pelo proponente, contendo declaração de ciência do pedido por parte dos demais envolvidos à Coordenação, especificando as razões da desistência. A aceitação do pedido pela Comissão dependerá de:

- I - avaliação do mérito;
- II - nova(s) inscrição(ões) aceita(s).

**Art. 16º** - É de responsabilidade conjunta do orientador e da banca examinadora a elaboração de uma Ata de Defesa como prova documental da Defesa Pública do Trabalho;

Parágrafo Único - A forma impressa do TCC a ser apresentada à Banca Examinadora deverá ser entregue com pelo menos 20 dias de antecedência em relação à data aceita para sua apresentação. O TCC deverá ser entregue em formato impresso original em três cópias.

**Art. 17º** - Até cinco dias antes da data prevista de apresentação à Banca Examinadora, o orientador preencherá o formulário de avaliação da apresentação escrita do TCC (ver Apêndice) o encaminhará à Coordenação do Curso.

**Art. 18º** - As sessões de orientação ocorrerão a critério do orientador, de forma a cumprir os prazos determinados;

**Art. 19º** - São atribuições do orientador de TCC:

- I - atender seu(s) orientando(s) em horários previamente fixados;
- II - preencher e entregar à Coordenação o formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;
- III - participar das apresentações e defesas para as quais estiver designado;
- IV - preencher e assinar juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, a Ata de apresentação do TCC (Ver Apêndice) e entregá-la à Coordenação ao final da sessão de apresentação;
- V - cumprir e fazer cumprir este regulamento.

## **CAPÍTULO VII - Dos Alunos Inscritos em TCC**

**Art. 20º** - O(s) aluno(s) em fase de desenvolvimento de TCC terão as seguintes atribuições específicas:

- I - comparecer às reuniões convocadas pelo orientador ou co-orientador;
- II - comparecer às sessões de orientação regulares nos dias e horários estabelecidos;
- III - cumprir o calendário divulgado pela UFPI para a entrega do TCC e demais apêndices que o compõem;
- IV - elaborar o TCC na forma de monografia ou artigo científico, de acordo com o presente regulamento e as instruções do orientador;
- V - assinar a ficha de inscrição do TCC e a requisição de sua defesa juntamente com o orientador;
- VI - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender seu TCC;
- VII - cumprir este regulamento.

### **CAPÍTULO VIII - Dos Requisitos do TCC**

**Art. 21º** - A versão final do TCC, para que esteja apta à apresentação pública, deverá ter o aval do orientador, o qual, por meio do preenchimento do formulário, solicitará a apreciação e aprovação do Trabalho à uma Banca Examinadora.

**Parágrafo Único** - O TCC deverá ser entregue em 03 (três) vias encadernadas em espiral para a Comissão, no prazo determinado pela Coordenação do Curso;

**Art. 22º** - A apresentação pública oral e a defesa do TCC seguirão o calendário definido e divulgado pela Coordenação do Curso.

**Art. 23º** - O processo de apresentação oral e a defesa obedecerá às seguintes normas:

- I – concessão de vinte minutos ininterruptos para apresentação oral do TCC pelo orientando;
- II – concessão de vinte (20) minutos a cada componente da Banca Examinadora para arguições e respostas do(s) orientando(s);
- III- A necessidade de tréplica ficará sob a decisão do Presidente da Banca.

**Parágrafo Único** - No caso de TCC realizado por um grupo de alunos nos moldes que dispõe este regulamento, a apresentação deverá ser feita por dois alunos do grupo, cabendo a cada um metade do tempo alocado. O processo de defesa do TCC, incluindo sua arguição, será de responsabilidade de todos os integrantes. A nota de avaliação da banca será atribuída, por igual, a todos os membros do grupo, não cabendo recurso individual.

**Art. 24º** - No caso de impedimento devidamente justificado, o presidente da Banca Examinadora fixará nova data de apresentação, observando o prazo determinado pela Comissão.

**Art. 25º** - No caso de ocorrências excepcionais no decorrer da apresentação do trabalho, o presidente da Banca Examinadora poderá suspender a sessão, fixando, se necessário, nova data para a apresentação, observando o prazo determinado pela Comissão.

**Art. 26º** - Caso o aluno não entregue o TCC no prazo determinado pela Comissão ou o trabalho seja reprovado pela Banca Examinadora, ele deverá inscrever-se novamente na disciplina TCC II no período seguinte. O professor orientador ou a Banca Examinadora têm a prerrogativa de reprovar o TCC se assim julgar pertinente.

### **CAPÍTULO IX - Da Banca Examinadora**

**Art. 27º** - A Banca Examinadora será proposta pelo orientador em acordo com a coordenação do curso ou em Assembleia Departamental. Tal Banca será constituída pelo orientador como membro nato, dois outros membros titulares e um membro suplente escolhidos em uma lista proposta pelo orientador no formulário próprio (Apêndice).

§ 1º - Caso haja co-orientador, este poderá ser indicado como componente da banca Examinadora.

§ 2º - Somente um dos componentes da Banca Examinadora poderá ser externo à UFPI, desde que preencha os seguintes requisitos:

I - ser graduado na área do conhecimento ou em área afim;

II - ter conhecimento do regulamento do TCC do curso de Bacharelado em Ciência Política;

III - ser aprovado pela Coordenação do Curso.

**Art. 28º** - O orientador presidirá a Banca Examinadora na sessão de apresentação e defesa do TCC.

**Art. 29º** - Ao final da apresentação e defesa do trabalho, a Banca Examinadora, em reunião, avaliará e consolidará as avaliações de seus Membros em formulários próprios (Apêndice). Compete ao Presidente da Banca Examinadora consolidar as avaliações do TCC e emitir o parecer de aprovação, ou o parecer de aprovação com pendências ou, ainda, o parecer de reprovação do orientando na disciplina de TCC.

**Parágrafo único** - A aprovação com pendências será transformada em ofício, com data prevista para revisão e posterior aprovação, ou, outrossim, poderá se converter em reprovação se os prazos e pendências não forem satisfeitos. A data final para entrega da versão final do TCC será de 30 dias após a data da defesa. A Banca deve considerar, no agendamento desta data, os prazos do calendário acadêmico então vigente.

**Art. 30º** - A Banca Examinadora comprovará a sua avaliação do TCC pela apresentação de ficha de avaliação própria devidamente preenchida (Apêndice).

## CAPÍTULO X – Da Avaliação do TCC

**Art. 31º.** São Critérios para Avaliação do TCC:

§ 1º - A avaliação será feita na forma escrita exclusivamente pelo orientador. O resultado deve ser expresso em nota e deve obedecer a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, conforme formulário próprio (Apêndice). Em sua avaliação, o orientador deverá observar o trabalho escrito quanto a:

I - qualidade da apresentação: conteúdo, domínio metodológico e teórico, ortografia, gramática e clareza de exposição. Qualidade gráfica da exposição;

II - presença e a qualidade do resumo (*Abstract*) em português e inglês, com todas as informações necessárias e adequadas à elucidação do trabalho. O Resumo poderá ser feito em outra língua conforme a pertinência do tema exija;

III - delimitação do tema, a formulação do problema, a problematização, as hipóteses de pesquisa e a consecução dos objetivos previamente definidos;

IV - fundamentação teórica;

V - correção ética na citação de autores de forma direta ou parafraseada;

VI - metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;

VII - discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;

VIII - conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a proposição inicial;

IX - A coerência e a formatação normatizada da bibliografia não deverão ser critérios de corte de nota tendo em vista a altíssima volatilidade das regras da ABNT. Recomenda-se que se proceda um prazo para a normatização das citações e referências;

X- capacidade de síntese; apresentação de forma clara e consistente;

XI - utilização adequada do tempo de apresentação;

XIV - respostas corretas e convincentes às arguições da Banca Examinadora.

§ 3º - Os membros da Banca Examinadora utilizarão formulário próprio para registrar a pontuação emitida para o TCC (Apêndice).

**Art. 32º** - A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação em formato eletrônico \*.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento.

**Art. 33º** - A aprovação do orientando será encaminhada somente após o cumprimento dos Artigos 35 e 36.

## CAPÍTULO XI – Da Fraude Científica

**Art. 34º** - Denomina-se fraude científica “a apropriação indevida da produção de outrem mascarada por um modo distinto de escrever ou pela versão para outro idioma, entre várias possibilidades”. São três os tipos de fraude:

- 1) Plágio Integral: cópia de um trabalho inteiro, sem citar a fonte.
- 2) Parcial: ‘colagem’ resultante da seleção de parágrafos ou frases de um ou diversos autores, sem menção às obras;

3) **Conceitual:** utilização da essência da obra do autor expressa de forma distinta da original, isto é, a paráfrase de um texto sem a devida citação acadêmica.

**Art.35º** - Uma vez que seja constatado por qualquer membro da Banca Examinadora, pelo orientador ou pelo suplente que tenha ocorrido cópia sem citação em qualquer dos excertos do Trabalho de Conclusão do Curso, o aluno infrator será reprovado. Deverá ser formada uma comissão composta por três professores distintos da Banca examinadora. Esta comissão deverá julgar, mediante as provas apresentadas pelo acusador, a procedência da cópia ou fraude. A Banca examinadora, por fim, deverá apresentar um relatório especificando as fontes e os excertos copiados ou adulterados.

**Art.36º** - Crime contra o Direito Autoral, previsto nos Artigos 7, 22, 24, 33, 101 a 110, e 184 a 186 (direitos do Autor formulados pela Lei 9.610/1998) e 299 (falsidade ideológica) poderá ter consequências extra-acadêmicas se um dos membros da Banca Examinadora julgar necessário oferecer a denúncia, sobretudo em casos de reincidência;

**Art. 37º** - As sanções e disposições acerca da cópia ou fraude constam neste Regulamento (Apêndices).

## **CAPÍTULO XI - Das Disposições Finais**

**Art. 38º** - Este regulamento se aplica aos alunos do Curso de Bacharelado em Ciência Política da UFPI e a sua divulgação será feita pela Coordenação do Curso.

**Art. 39º** - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação.

---

Cleber Ranieri Ribas de Almeida  
Chefe/Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência Política  
Teresina, 25 de setembro de 2014

## APÊNDICE I

### FICHA DE INSCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

<b>Título do trabalho:</b>

<b>Orientador:</b>		<b>Curso:</b>	
<b>Co-orientador</b>		<b>Instituição</b>	

<b>Orientador 1:</b>		<b>Matrícula:</b>	
<b>Orientador 2:</b>		<b>Matrícula:</b>	
<b>Orientador 3:</b>		<b>Matrícula:</b>	
<b>Orientador 4:</b>		<b>Matrícula:</b>	

<b>Síntese do TCC:</b>

<b>Categoria do TCC</b>			
<b>Pesquisa Bibliográfica</b>		<b>Pesquisa Quantitativa</b>	
<b>Pesquisa Comparativa</b>		<b>Pesquisa Qualitativa</b>	

O orientador, o co-orientador (se houver) e o(s) orientando(s) assinam a presente ficha de inscrição do TCC e se comprometem a desenvolvê-lo após a aprovação dessa inscrição pela Comissão do TCC, observando e de acordo com as normativas presentes no Regulamento do TCC da UFPI.

\_\_\_\_\_  
Orientador 1  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Orientador 2  
\_\_\_\_\_

**APÊNDICE II**  
**FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**APRESENTAÇÃO ESCRITA**

Título do TCC: \_\_\_\_\_

Aluno (a): \_\_\_\_\_

Orientador: \_\_\_\_\_

Itens de avaliação	Pontuação máxima	Nota final
<b>Padronização</b>		
Domínio da norma padrão da língua portuguesa (ortografia, pontuação, periodização); Seleção e organização das informações; clareza	2,0	
<b>Resumo</b>		
O resumo redigido com clareza e concisão, apresentado em português e em língua franca (inglês, francês, espanhol).	0,5	
<b>Texto</b>		
Existe coerência entre a metodologia e os objetivos propostos.	0,5	
As ideias arroladas no texto mencionam seus autores	0,5	
As citações feitas no texto obedecem a um formato apropriado e coerente. Interpretação correta da bibliografia citada.	1,0	
Os objetivos da pesquisa estão claramente definidos.	0,5	
O problema está devidamente identificado dentro de um contexto que justifique o trabalho.	0,5	
Todos os elementos do método estão devidamente descritos e compatíveis com a metodologia proposta.	1,0	
A apresentação dos resultados é clara e compreensível.	0,5	
Gráficos e tabelas corretamente apresentados	0,5	
A apresentação da discussão está acompanhada de fundamentação teórica coerente aos objetivos propostos	0,5	
Apresenta uma conclusão adequada aos resultados e à discussão.	0,5	
Exposição sistemática do argumento.	0,5	
<b>Referências</b>		



**APÊNDICE III**  
**REQUERIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE**  
**CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA UFPI**

Eu, \_\_\_\_\_ orientador(a) do  
Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

tendo como orientando(a)(as)(os) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

REQUEIRO à Coordenação do curso de Bacharelado em Ciência Política da UFPI a designação de Banca Examinadora e da data para a defesa do referido TCC, se possível dentre as sugestões que se seguem:

Nomes sugeridos para compor a Banca Examinadora

	Nome	Instituição
<b>1</b>		
<b>2</b>		
<b>3</b>		
<b>4</b>		
<b>5</b>		

Datas sugeridas (de acordo com o calendário publicado pela Coordenação do TCC):

--	--	--

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Orientador

Teresina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**APÊNDICE IV**  
**FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**APRESENTAÇÃO ESCRITA E ORAL**

Título do TCC: \_\_\_\_\_

Aluno/a: \_\_\_\_\_

Critério	Pontuação o Máxima	Nota Final
1- O tema está bem delimitado e existe coerência com o problema e os objetivos do estudo.	1,0	
2- O referencial teórico e bibliográfico utilizado é coerente com o problema proposto.	1,0	
3 - O método é bem definido e adequado ao problema estudado.	1,0	
4 - O texto é claro, objetivo e demonstra domínio da norma padrão da língua portuguesa	1,0	
5 - O (a) candidato(a) apresentou o trabalho de maneira clara e segura.	1,0	
6 - O(a) candidato(a) demonstrou segurança e conhecimento nas respostas às perguntas realizadas.	1,0	
7 - Exposição sistemática do argumento.	1,0	
8- O(a) candidato(a) demonstrou capacidade autocrítica ao ser interpelado pela banca examinadora.	1,0	
9 - O(a) candidato(a) demonstrou oralmente o domínio da bibliografia citada por escrito.	2,0	
<b>Total</b>	<b>10,0</b>	

Hora do Início \_\_\_\_\_

Hora do Término: \_\_\_\_\_

Tempo da apresentação: \_\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

Membro da Banca: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**APÊNDICE V**  
**ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_ horas, em sessão pública na sala \_\_\_\_\_ da UFPI, na presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) professor(a) \_\_\_\_\_ e composta pelos examinadores:

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_

o(s) aluno(s) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

apresentou (aram) o Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Ciência Política da UFPI intitulado

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, como requisito curricular indispensável à integralização de curso. A Banca Examinadora após reunião em sessão reservada deliberou e decidiu pela \_\_\_\_\_ do referido Trabalho de Conclusão de Curso, divulgando o resultado formalmente ao(a) aluno(a) e aos demais presentes, e eu na qualidade de presidente da Banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais componentes da Banca Examinadora e pelo(s) aluno(s) orientado(s).

\_\_\_\_\_  
Orientador  
Presidente da Banca

\_\_\_\_\_  
Examinador 1

\_\_\_\_\_  
Examinador 2

\_\_\_\_\_  
Orientando 1

\_\_\_\_\_  
Orientando 2

\_\_\_\_\_  
Orientando 3

\_\_\_\_\_  
Orientando 4

## **AUTOR - DEFINIÇÃO, DIREITOS E PROTEÇÃO<sup>1</sup>**

Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica. Quando mais de uma pessoa é a criadora, surge a figura da coautoria: porém, a lei não considera coautor a “quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação, por qualquer meio”.

### **Direito de Autor**

É o ramo da ciência jurídica que cuida da proteção das criações do espírito, nos campos da literatura, das artes e das ciências (no Brasil, os direitos e obrigações estão estabelecidos na Constituição Federal, Artigo 5o., Parágrafos 27 e 28, no Código Civil e na Lei 9.610/98, bem como em acordos internacionais).

### **Proteção ao Direito de Autor**

Independente de registro. Este constitui prova evidente de autoria que se presume pertencer a quem se declara autor, até prova em contrário, e data da criação. A proteção se inicia com a criação da obra e perdura por 70 anos após a morte do autor, contados a partir do dia 1º de janeiro após o óbito.

### **Obras protegidas pelo Direito de Autor**

Nos termos do artigo 7º, da Lei 9.610/98, “são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como os textos de obras literárias, artísticas ou científicas; as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza; as obras dramáticas e dramático-musicais; as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma; as composições musicais, tenham ou não letra; as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas; as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia; as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética; as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza; os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência; as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova; os programas de computador; as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual”. Os direitos decorrentes dessa proteção são de ordem moral e patrimonial.

Os direitos morais do autor são os de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra; o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/vrac/plagio.html#sancoes>

anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra; o de conservar a obra inédita; o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-la, como autor, em sua reputação ou honra; o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada; o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem; o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

São direitos patrimoniais, para o que diz respeito aos objetivos destas orientações básicas, “o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.” Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como a reprodução parcial ou integral; a edição; a adaptação; a tradução para qualquer idioma; a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra; a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.

### **PLÁGIO – RESPONSABILIDADES E SANÇÕES**

Como regra geral, todo aquele que contribui com culpa para um ilícito é co-responsável pela suas consequências. Especificamente no que diz ao Direito de Autor, é certamente responsável o autor da obra que constitui plágio.

Dada a complexidade da matéria, a responsabilização de terceiros deve ser apurada em cada caso concreto, sendo certo que a avaliação da participação de um eventual corresponsável – professor, orientador, pesquisador e outros - deve partir da identificação de sua culpa no evento. Ou seja, só há possibilidade de responsabilização quando comprovadamente houver ciência do plágio ou quando houver clara e inaceitável negligência na identificação da violação. As sanções são de ordem civil e penal

#### **Na Esfera Civil**

“o titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível.” Além disso “quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade”

#### **No campo penal**

“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003). Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003). § 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, o produtor, conforme o caso, ou de quem os represente: (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003). Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003)”.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2008.

PRZERWORSKI, A.; SALOMON, F. The Art of Whirring Proposal: Some Candid Suggestion for Applicants to Social Science Research Council Competittion. 2006.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S.. Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research. Princeton, Princeton University Press. 1994.